



ANGOLA

Fevereiro de 2017

CONSULTAS DE 2016 AO ABRIGO DO ARTIGO IV – COMUNICADO DE IMPRENSA, RELATÓRIO DO CORPO TÉCNICO E DECLARAÇÃO DO ADMINISTRADOR DO FMI PARA ANGOLA

Nos termos do Artigo IV do seu Convénio Constitutivo, o FMI mantém discussões bilaterais com os países membros, normalmente uma vez por ano. No contexto das consultas de 2016 com Angola, os seguintes documentos foram liberados para publicação e estão incluídos neste pacote:

- **Comunicado de Imprensa**, que resume as opiniões do Conselho de Administração conforme expressas durante as deliberações de 23 de janeiro de 2017 sobre o relatório do corpo técnico que concluiu as consultas ao abrigo do Artigo IV a Angola.
- **Relatório do Corpo Técnico** elaborado por uma equipa de especialistas do FMI para a consideração do Conselho de Administração em 23 de janeiro de 2017, após as discussões encerradas em 17 de novembro de 2016 com as autoridades angolanas sobre a evolução da economia e as políticas económicas. O relatório do corpo técnico foi finalizado em 23 de dezembro de 2016, com base na informação disponível à altura das discussões.
- **Anexo Informativo** elaborado por especialistas do FMI.
- **Análise da Sustentabilidade da Dívida**, elaborada por especialistas do FMI.
- **Declaração do Administrador** do FMI para Angola.

A política de transparência do FMI permite a supressão de informações suscetíveis de influenciar os mercados ou que constituam uma divulgação antecipada das intenções de política das autoridades nos relatórios do corpo técnico e outros documentos publicados.

Para adquirir exemplares deste relatório, entre em contacto com

International Monetary Fund • Publication Services
PO Box 92780 • Washington, D.C. 20090
Telephone: (202) 623-7430 • Fax: (202) 623-7201
E-mail: publications@imf.org Web: <http://www.imf.org>
Preço unitário: \$18,00

**Fundo Monetário Internacional
Washington, D.C.**



Comunicado de Imprensa nº 17/21
PARA DIVULGAÇÃO IMEDIATA
24 de janeiro de 2017

Fundo Monetário Internacional
700 19th Street, NW
Washington, D. C. 20431 EUA

Conselho de Administração do FMI conclui a consulta de 2016 a Angola ao abrigo do Artigo IV

O Conselho de Administração do Fundo Monetário Internacional (FMI) concluiu, em 23 de janeiro de 2017, a consulta a Angola ao abrigo do Artigo IV.¹

O choque do preço do petróleo que se iniciou em meados de 2014 reduziu consideravelmente as receitas fiscais e as exportações. Estimou-se que o crescimento tenha estagnado em 2016 com a contração do setor não petrolífero em ½%, pressionado pelos setores industrial, da construção e dos serviços; a produção industrial, apesar do potencial de substituição das importações, foi limitada pela escassez de insumos importados devido à disponibilidade limitada de divisas. Previu-se que inflação anual chegasse aos 45% no final do 2016 – a maior taxa em mais de uma década – refletindo preços internos mais elevados dos combustíveis, um kwanza mais fraco e os efeitos desfasados das condições monetárias mais brandas até ao primeiro semestre de 2016. O saldo primário não petrolífero em 2015-16 mostrou uma melhoria de 18% do PIB principalmente através da racionalização da despesa. Projeta-se que o défice da conta corrente, que alcançou um máximo de 10% do PIB em 2015, diminua para metade em 2016-17, à medida que as importações continuam a ajustar-se à disponibilidade limitada de divisas. As reservas internacionais estão a diminuir mas permanecem relativamente confortáveis. Entretanto, continua a existir um grande diferencial entre as taxas de câmbio dos mercados paralelo e primário, o que indica um desequilíbrio significativo no mercado cambial.

Avaliação do Conselho de Administração²

Os Administradores observaram que o choque do preço do petróleo que se iniciou em 2014 reduziu consideravelmente as receitas fiscais e as exportações, enquanto o crescimento

¹ Ao abrigo do Artigo IV do seu Convénio Constitutivo, o FMI mantém discussões bilaterais com os seus países membros, normalmente com uma periodicidade anual. Uma equipa de especialistas visita o país, recolhe informações de natureza económica e financeira e discute com as autoridades a evolução da economia e as políticas económicas do país. De regresso à sede do FMI, os especialistas elaboram um relatório que constitui a base para as discussões do Conselho de Administração.

² Concluídas as discussões, a Diretora-Geral, na qualidade de Presidente do Conselho, resume os pontos de vista dos Administradores, e este resumo é transmitido às autoridades do país. A ligação a seguir contém uma explicação dos principais qualificadores empregados nos resumos:
<http://www.imf.org/external/lang/portuguese/np/sec/misc/qualifiersp.pdf>.

estancou e a inflação acelerou. Os Administradores enalteceram as autoridades por tomarem medidas para mitigar o impacto do choque, mas instaram a medidas adicionais para estabilizar as condições macroeconômicas, abordar de forma mais contundente a dependência do petróleo e diversificar a economia.

Os Administradores louvaram a consolidação significativa realizada até à data no saldo primário não petrolífero, mas realçaram que, no futuro, será necessário um ajustamento orçamental continuado para colocar a dívida pública numa trajetória descendente clara e, em simultâneo, apoiar o crescimento económico no médio prazo. Os Administradores instaram a esforços concertados para conter o crescimento da massa salarial, melhorar a qualidade do investimento público, continuar a racionalizar os subsídios expandindo, em simultâneo, a assistência social bem orientada para os pobres, e reforçar as receitas não petrolíferas, incluindo através da implementação de um IVA em devido tempo. Salientaram igualmente a necessidade de regularizar os atrasados de pagamentos internos e acolheram positivamente os planos para reestruturar as empresas públicas. Os Administradores observaram que a adoção de um quadro fiscal de médio prazo ajudaria a reduzir a pró-ciclicidade da despesa pública e a melhorar a planificação dos investimentos.

Os Administradores sublinharam que as políticas monetária e cambial devem desempenhar um papel central no reequilíbrio do mercado cambial. Acolheram com agrado as medidas recentes tomadas pelo banco central para apertar as condições de liquidez, mas consideraram necessário um reforço do quadro de política monetária para melhor ancorar as expectativas de inflação e facilitar a transição para uma maior flexibilidade cambial. Salientaram que uma taxa de câmbio mais flexível, associada a políticas monetária e orçamental mais favoráveis, será essencial para abordar os desequilíbrios do mercado cambial e conter a inflação. Os Administradores instaram a eliminação gradual das restrições cambiais e práticas de taxas de câmbio múltiplas.

Os Administradores destacaram a necessidade de preservar a saúde do setor bancário e apoiam os esforços das autoridades para reforçar os quadros de supervisão bancária e de resolução. Recomendaram a realização de avaliações rigorosas da qualidade dos ativos, e enalteceram as ações das autoridades para assegurar que os bancos mais fracos sejam recapitalizados. Referiram que o plano de reestruturação e recapitalização do banco público de importância sistémica, o BPC, é um passo importante.

Os Administradores salientaram a necessidade de abordar os efeitos da perda de relações de correspondência bancária em dólares americanos. Consideraram positivo o diálogo de alto nível que as autoridades estabeleceram com as autoridades nacionais dos bancos correspondentes globais para melhor compreender as expectativas regulamentares associadas a tais relações. Simultaneamente, os Administradores observaram que o banco central deve intensificar a compilação e a análise de dados; desenvolver planos de contingência para mitigar os riscos decorrentes da perda de relações de correspondência bancária e abordar as suas causas; e reforçar ainda mais os quadros prudencial e de CBC/FT.

Os Administradores louvaram a agenda de reforma das autoridades para abordar as limitações à diversificação económica, nomeadamente através do desenvolvimento das infraestruturas e do capital humano. Realçaram que estas medidas devem ser complementadas por melhorias ao ambiente de negócios e pelo reforço da governação, incluindo esforços para enfrentar os riscos relacionados à corrupção, para fomentar o investimento privado e o crescimento inclusivo.

Os Administradores incentivaram as autoridades a abordarem as lacunas remanescentes na produção de dados económicos.

Angola: Principais Indicadores Económicos, 2010-17 (Cenário de Base)

	2010	2011	2012	2013	2014	2015	2016	2017
						Prel.	Proj.	
Economia real (variação percentual, salvo indicação em contrário)								
Produto interno bruto real	3,4	3,9	5,2	6,8	4,8	3,0	0,0	1,3
Setor petrolífero	-3,0	-5,4	4,5	-1,1	-2,6	6,4	0,8	1,5
Setor não petrolífero	7,6	9,5	5,5	10,9	8,2	1,6	-0,4	1,3
Produto interno bruto nominal	26,6	29,0	12,6	9,5	3,4	-1,1	27,7	27,6
Setor petrolífero	27,6	36,7	8,4	-2,9	-10,7	-33,2	11,7	16,9
Setor não petrolífero	25,7	22,8	16,4	19,9	12,9	16,1	32,6	30,4
Deflador do PIB	22,4	24,2	7,1	2,5	-1,4	-4,0	27,7	25,9
Deflador do PIB não petrolífero	16,8	12,2	10,3	8,2	4,4	14,3	33,1	28,8
Preços no consumidor (média anual)	14,5	13,5	10,3	8,8	7,3	10,3	33,0	29,2
Preços no consumidor (fim do período)	15,3	11,4	9,0	7,7	7,5	14,3	45,0	20,0
Produto interno bruto (mil milhões de kwanzas)	7.580	9.780	11.011	12.056	12.462	12.321	15.729	20.072
Produto interno bruto petrolífero (mil milhões de kwanzas)	3.396	4.641	5.030	4.882	4.360	2.914	3.254	3.805
Produto interno bruto não petrolífero (mil milhões de kwanzas)	4.184	5.139	5.982	7.175	8.102	9.408	12.475	16.267
Produto interno bruto (mil milhões de USD)	82,5	104,1	115,3	124,9	126,8	103,0	96,2	121,0
Produto interno bruto per capita (USD)	3.599	4.412	4.745	4.989	4.916	3.876	3.514	4.294
Governo central (percentagem do PIB)								
Total da receita	43,5	48,8	45,9	40,2	35,3	27,3	19,5	18,9
D/q: Petrolífera	33,0	39,0	37,3	30,1	23,8	15,4	9,5	8,7
D/q: Receitas fiscais não petrolíferas	7,8	7,3	6,6	8,1	9,1	9,3	8,0	8,2
Total da despesa	40,0	40,2	41,3	40,5	41,9	30,6	23,6	25,6
Despesas correntes	28,6	30,0	29,0	28,5	29,4	24,7	19,1	20,7
Despesa de capital	11,4	10,2	12,3	12,0	12,5	6,0	4,5	5,0
Saldo orçamental global	3,4	8,7	4,6	-0,3	-6,6	-3,3	-4,1	-6,7
Saldo orçamental primário não petrolífero	-26,2	-26,9	-29,2	-28,2	-28,1	-15,9	-10,2	-11,5
Saldo orçamental prim. não petrolífero (% do PIB não petrolífero)	-47,4	-51,1	-53,7	-47,4	-43,2	-20,9	-12,9	-14,1
Moeda e crédito (fim de período, variação percentual)								
Massa monetária (M2)	11,0	35,7	7,9	14,2	16,1	11,8	12,0	15,0
Percentagem do PIB	35,3	37,6	35,0	36,5	41,0	46,4	40,6	36,6
Velocidade (PIB não petrolífero/M2)	1,6	1,4	1,6	1,6	1,6	1,6	2,0	2,2
Crédito ao setor privado (variação percentual em 12 meses)	19,2	28,8	24,2	15,0	1,1	17,6	12,4	19,1
Balança de pagamentos								
Balança comercial (percentagem do PIB)	41,1	45,2	41,1	33,5	24,1	12,1	14,0	11,6
Exportações de bens, FOB (percentagem do PIB)	61,3	64,6	61,6	54,6	46,7	32,2	28,6	26,1
D/q: Exportações de petróleo e gás (percentagem do PIB)	59,8	63,0	60,4	53,6	45,5	31,0	27,3	25,0
Importações de bens, FOB (percentagem do PIB)	20,2	19,4	20,6	21,1	22,5	20,1	14,6	14,5
Termos de troca (variação percentual)	19,6	24,1	5,7	-1,8	-8,6	-41,6	-16,2	12,7
Saldo da conta corrente (percentagem do PIB)	9,1	12,6	12,0	6,7	-3,0	-10,0	-4,3	-6,1
Reservas internacionais brutas (fim de período, milhões de USD)	19.679	27.517	32.156	32.231	27.795	24.419	22.448	19.433
Reservas internacionais brutas (meses de import. do ano seguinte)	5,4	7,2	7,8	7,2	8,8	11,0	8,1	6,8
Reservas internacionais líquidas (fim de período, milhões de USD)	18.797	26.323	30.828	31.172	27.276	24.266	20.416	17.416
Taxa de câmbio								
Taxa de câmbio oficial (média, kwanzas por USD)	91,9	93,9	95,5	96,5	98,3	119,7
Taxa de câmbio oficial (fim de período, kwanzas por USD)	92,6	95,3	95,8	97,6	102,9	135,3
Dívida (percentagem do PIB)								
Total da dívida (bruta) do setor público ¹	44,3	33,8	29,5	32,9	40,7	65,4	71,6	62,8
D/q: Sonangol	9,1	9,5	7,8	10,9	12,5	14,2	18,9	13,7
Petróleo								
Produção de petróleo (milhões de barris por dia)	1.758	1.660	1.730	1.716	1.672	1.780	1.789	1.821
Exportações de petróleo e gás (mil milhões de USD)	49,4	65,6	69,7	66,9	57,6	31,9	26,2	30,2
Preço do petróleo angolano (média, USD por barril)	76,5	108,7	110,9	107,7	96,9	50,0	40,5	46,0
Preço do petróleo Brent (média, USD por barril) ²	79,6	111,0	112,0	108,8	98,9	52,4	42,7	49,4
Preço do petróleo bruto (média dos 3 preços spot, USD por barril) ²	79,0	104,0	105,0	104,1	96,2	50,8	41,6	47,9

Fontes: Autoridades angolanas e estimativas e projeções do corpo técnico do FMI.

¹ Inclui a dívida da empresa petrolífera pública, Sonangol, que não é diretamente garantida pelo governo.

² Projeções de 3 de novembro de 2016.

ANGOLA

RELATÓRIO DO CORPO TÉCNICO SOBRE AS CONSULTAS DE 2016 AO ABRIGO DO ARTIGO IV

23 de dezembro de 2016

PRINCIPAIS TEMAS

Contexto e perspectivas: O choque do preço do petróleo que se iniciou em meados de 2014 reduziu consideravelmente as receitas fiscais e as exportações, tendo o crescimento estagnado e a inflação acelerado de forma acentuada. Isto pôs em evidência a necessidade de fazer face, de forma mais contundente, às vulnerabilidades e à dependência do petróleo, e de diversificar a economia. As autoridades tomaram medidas para mitigar o impacto do choque externo: uma melhoria de 18% do PIB no saldo orçamental primário não petrolífero em 2015-16, alcançada principalmente através da implementação de cortes dos gastos incluindo a eliminação de subsídios ao combustível; e o kwanza foi desvalorizado face ao USD em mais de 40% desde setembro de 2014, sendo as reservas internacionais utilizadas para atenuar a depreciação. No entanto, a taxa de câmbio foi novamente fixada desde abril de 2016, o que conduziu a uma apreciação do kwanza em termos reais, e são necessárias políticas adicionais para continuar a ajustar a economia ao “novo normal” no mercado do petróleo e para fazer regressar o crescimento a um nível consistente com a redução da pobreza.

Foco das consultas: As discussões centraram-se em políticas para resolver os desequilíbrios macroeconómicos promovendo, em simultâneo, a estabilidade financeira, a diversificação económica e o crescimento.

Principais recomendações de política:

- Almejar um défice orçamental global para 2017 inferior a 2¼% do PIB, em consonância com uma melhoria do saldo orçamental primário não petrolífero de 1% do PIB.
- No médio prazo, almejar uma melhoria do saldo orçamental primário não petrolífero de 1% do PIB ao ano, consistente com o posicionamento da dívida numa trajetória claramente descendente. Tal pode ser alcançado através da mobilização de impostos não petrolíferos adicionais, da redução das despesas correntes e do aumento do investimento público, simultaneamente à melhoria da sua eficiência.
- Adotar um quadro fiscal de médio prazo (QFMP) melhorado, centrando-se em regras de despesa e num fundo de estabilização fiscal bem concebido para reduzir a pró-ciclicidade da despesa.
- Passar para um regime de taxa de câmbio flexível mas administrada para abordar de forma urgente os desequilíbrios no mercado cambial, desenvolver um calendário claro para a eliminação das restrições cambiais e práticas de taxas de câmbio múltiplas.
- Adotar uma meta para a base monetária consistente com o objetivo de inflação.
- Aumentar a resiliência do setor financeiro, reforçando os quadros de supervisão bancária, resolução e CBC/FT, e encerrando ou recapitalizando os bancos mais fracos.
- Promover a diversificação económica melhorando o ambiente de negócios, e reforçando o papel do setor privado na reconstrução de infraestrutura.

Aprovado por
David Robinson e
Bob Traa

As discussões decorreram em Luanda, entre os dias 3 e 17 de novembro de 2016. A equipa da missão foi composta pelos Srs. Velloso (chefe), Sra. Sab, Sra. Takebe, Sr. Alier (Representante Residente) (todos do AFR), Sr. Norat (MCM), Sr. Tashu (SPR) e o Sr. Miguel (economista local no escritório do representante residente). O Sr. Tivane (OED) participou na maioria das discussões de política económica. O Sr. Fiess e o Sr. Coulibaly (ambos do Banco Mundial) acompanharam a missão. A missão teve encontros com Suas Excelências o Sr. Vice-Presidente, Manuel Vicente, o Sr. Ministro das Finanças, Archer Manguera, o Sr. Ministro do Planeamento, Job Graça, o Sr. Ministro da Economia, Abraão Gourgel, o Sr. Ministro da Construção, Artur Fortunato, o Sr. Ministro dos Petróleos, Botelho Vasconcelos, o Sr. Ministro da Energia e Águas, João Baptista Borges, o Sr. Ministro do Comércio, Fiel Domingos Constantino, o Sr. Governador do Banco Nacional de Angola (BNA), Valter Filipe Duarte da Silva, bem como com outros altos-quadros do executivo. A missão teve ainda reuniões com membros da Comissão de Economia e Finanças da Assembleia Nacional e com representantes da empresa estatal de petróleo, Sonangol, do setor financeiro, do setor privado não financeiro, de organizações não-governamentais e da comunidade diplomática.

ÍNDICE

CONTEXTO	4
DESENVOLVIMENTOS ECONÓMICOS RECENTES, PERSPETIVAS E RISCOS	4
DISCUSSÕES DE POLÍTICA	8
A. Política Orçamental no “Novo Normal”	8
B. Melhorar o Quadro de Política Monetária	11
C. Reforçar a Estabilidade Financeira	13
D. Promover a Diversificação Económica	17
E. Questões Relativas aos Dados	18
AVALIAÇÃO DO CORPO TÉCNICO	18
CAIXAS	
1. Alargamento da Base Tributária	11
2. Suspensão das Relações com Bancos Correspondentes	14

FIGURAS

1. Indicadores de Alta Frequência Seleccionados, 2008-2016 _____	21
2. Indicadores Monetários Seleccionados, 2008-2016 _____	22
3. Projeções Orçamentais, Reservas Internacionais e Evolução da Taxa de Câmbio para Exportadores de Petróleo Seleccionados, 2014-2016 _____	23
4. Evolução Orçamental, 2005-17 _____	24
5. Evolução Monetária, 2010-17 _____	25
6. Evolução do Setor Externo, 2005-17 _____	26
7. Matriz de Avaliação do Risco (julho de 2016) _____	27
8. Principais Recomendações da Consulta de 2015 ao abrigo do Artigo IV e Ponto da Situação _____	28

TABELAS

1. Principais Indicadores Económicos, 2010-17 _____	30
2a. Demonstrativo das Operações do Governo Central, 2010-17 (Em mil milhões de kwanzas) _____	31
2b. Demonstrativo das Operações do Governo Central, 2010-17 (Em percentagem do PIB) _____	32
2c. Demonstrativo das Operações do Governo Central, 2010-17 (Em percentagem do PIB não petrolífero) _____	33
3. Contas Monetárias, 2010-17 _____	34
4. Balança de Pagamentos, 2010-17 _____	35
5a. Cenário de Base Ilustrativo de Médio Prazo, 2010-21 _____	36
5b. Cenário Ativo Ilustrativo de Médio Prazo, 2010-21 _____	37
6. Indicadores de Estabilidade Financeira, Dezembro de 2012 – Setembro de 2016 _____	38
7. Dívida Externa e Pública, 2010-21 _____	39

APÊNDICE

I. Atualização da Avaliação do Equilíbrio Externo _____	40
---	----

CONTEXTO

1. Angola é um país pós-conflito – décadas de hostilidades terminaram em 2002 – com défices significativos de infraestruturas e capital humano. As receitas do petróleo apoiaram um forte crescimento na última década, mas também tornaram o país vulnerável à volatilidade dessas receitas. Foram realizados progressos na redução das taxas de pobreza, que passaram de 54% em 2000 para 43% em 2008. No entanto, a desigualdade aumentou. Na sequência das eleições de 2012, o governo deu início a um Plano Nacional de Desenvolvimento (PND) que dá prioridade a uma grande expansão da despesa em infraestruturas para apoiar a diversificação económica e o crescimento inclusivo. Contudo, a despesa é bem inferior ao estipulado no PND. As eleições parlamentares estão marcadas para agosto de 2017, e o primeiro nome da lista de candidatos do partido vencedor tornar-se-á o próximo Presidente da República.

DESENVOLVIMENTOS ECONÓMICOS RECENTES, PERSPETIVAS E RISCOS

2. A economia foi gravemente afetada pela descida dos preços internacionais do petróleo:

- O *crescimento* diminuiu para 3% em 2015, impulsionado por um abrandamento muito acentuado da atividade não petrolífera para 1½%, dado que os setores industrial, da construção e dos serviços se ajustaram aos cortes no consumo privado e no investimento público num contexto de disponibilidade mais limitada de divisas, e do fraco desempenho da agricultura face ao seu potencial devido a choques da oferta. Os indicadores de atividade económica de alta frequência apontam para um abrandamento mais profundo em 2016, tendo a confiança empresarial atingido os níveis mais baixos já registados no segundo e terceiro trimestres de 2016.
- A *inflação* chegou a 41% em novembro de 2016, em termos homólogos, refletindo um kwanza mais fraco, preços internos dos combustíveis mais elevados e condições monetárias laxas até ao primeiro semestre do ano.
- A *política orçamental* tornou-se mais restritiva. O défice orçamental global reduziu para 3¼% do PIB em 2015, tendo o saldo orçamental primário não petrolífero melhorado 12¼% do PIB devido às grandes reduções na despesa com subsídios,¹ bens e serviços, e investimento. A subexecução orçamental nos primeiros nove meses de 2016 levou a uma

¹ O Governo tem estado a implementar uma reforma bem concebida dos subsídios aos combustíveis. Em 31 de dezembro de 2015, os preços internos dos combustíveis aumentaram pela quarta vez desde setembro de 2014. Com este último aumento, os subsídios ao gasóleo foram totalmente eliminados e o preço do gasóleo foi liberalizado, o que acrescentou este produto aos preços já liberalizados da gasolina, asfalto e óleo combustível leve e pesado. Os preços internos do GLP e do petróleo iluminante subiram também nessa altura, mas mantiverem um subsídio de cerca de 40% e de 10%, respetivamente.

nova melhoria do saldo orçamental primário não petrolífero, mas estima-se que se tenham acumulado 3% do PIB em atrasados de pagamentos internos.

- Recentemente, o BNA tornou a *política monetária* mais restritiva. A base monetária contraiu-se em 3% em outubro de 2016, em termos homólogos, a partir de uma expansão de 25% em maio de 2016, e o excesso de liquidez do setor bancário diminuiu para $\frac{1}{3}\%$ do PIB em novembro de 2016 face a $1\frac{1}{2}\%$ do PIB em maio de 2016. As taxas de juro de curto prazo permaneceram, contudo, negativas em termos reais.
- A saúde do *sistema bancário* deteriorou-se devido ao crescimento mais lento. O rácio de adequação de fundos próprios do sistema bancário diminuiu para $18\frac{3}{4}\%$ em setembro de 2016 comparativamente a $19\frac{3}{4}\%$ em dezembro de 2015, ao passo que os créditos mal parados aumentaram durante o mesmo período para $15\frac{1}{4}\%$ face a $11\frac{1}{2}\%$, refletindo uma menor capacidade de as empresas cumprirem as suas obrigações devido ao abrandamento do crescimento. Os bancos comerciais conseguiram conter uma deterioração mais significativa dos indicadores de solidez financeira (ISF) através de um maior provisionamento e da subscrição mais rigorosa para mitigar o risco de crédito, e da reestruturação de alguns créditos a empresas. Em setembro de 2016, cinco bancos, incluindo o banco público de importância sistémica, BPC, estavam subcapitalizados e precisavam de cumprir os requisitos prudenciais.
- O *défice da balança corrente externa* aumentou, mas as *reservas internacionais líquidas (RIL)* permaneceram relativamente confortáveis em USD $24\frac{1}{4}$ mil milhões no final de 2015. O défice da balança corrente externa alcançou 10% do PIB em 2015, em comparação com 3% do PIB em 2014, dado que o menor volume de exportações foi apenas parcialmente compensado pelo menor volume de importações. A balança comercial melhorou nos dez primeiros meses de 2016, uma vez que as menores exportações foram compensadas por uma contração mais acentuada das importações. As RIL diminuíram para USD $20\frac{1}{3}$ mil milhões em novembro de 2016, dado que o BNA aumentou as suas vendas de divisas num contexto de escassez no mercado, financiadas, em parte, por USD 2 mil milhões em operações de recompra com um prazo de 2-5 anos, usando como garantia alguns dos seus ativos de reserva (Obrigações do Tesouro dos EUA).²
- *Os desequilíbrios significativos no mercado cambial persistem.* Apesar de uma desvalorização da taxa de câmbio oficial face ao USD superior a 40% entre setembro de 2014 e abril de 2016,³ e da crescente provisão de moeda estrangeira do BNA ao mercado nos últimos meses, o diferencial entre taxas de câmbio paralela e oficial permaneceu elevado e volátil

² Estas operações não influenciam o nível de RIL dado que a perda de ativos líquidos do BNA – uma vez que os títulos usados como garantia não são líquidos durante o período de contrato – é compensada pelos seus empréstimos em numerário. Contudo, em conformidade com a metodologia recomendada pelo STA, as reservas brutas aumentaram em consequência destas operações.

³ O kwanza foi novamente fixado ao USD desde abril de 2016.

(190% em novembro de 2016),⁴ e estima-se, de forma conservadora, que os pedidos de compra de divisas em atraso no sistema bancário ascendam a cerca de USD 3 mil milhões.

- 3. As perspetivas para 2016 são adversas.** Projeta-se que o crescimento tenha estagnado, com uma contração do setor não petrolífero em ½% devido ao fraco desempenho dos setores industrial, da construção e dos serviços; a produção industrial, a despeito do potencial de substituição das importações, sofre os efeitos da escassez de insumos importados devido à disponibilidade limitada de divisas. A inflação anual deverá chegar aos 45% no final do 2016 – a maior taxa em mais de uma década – o que reflete a subida dos preços internos dos combustíveis, um kwanza mais fraco e os efeitos desfasados das condições monetárias laxas até ao primeiro semestre de 2016, não obstante uma melhoria de 5¾% do PIB no saldo orçamental primário não petrolífero em 2016.
- 4. Os vínculos do setor real ao setor financeiro são limitados.** Conforme referido acima, os bancos comerciais foram afetados pelo abrandamento económico, conduzindo à elevação dos créditos mal parados. Recentemente, os vínculos do crédito privado do setor financeiro ao setor real tornaram-se menos significativos, em parte devido ao aumento de risco de crédito, com os bancos, em particular, reduzindo o crédito ao consumo e hipotecário, bem como o crédito à mineração e à construção. Historicamente, o nível de crédito ao setor privado tem sido relativamente baixo e os bancos têm canalizado menos de metade dos seus ativos internos ao setor privado. À medida que o crescimento económico abranda, os bancos continuam a tornar as normas de concessão de crédito mais restritivas, o que pode atrasar, em termos marginais, uma recuperação.
- 5. No cenário de base, as perspetivas para 2017 são ligeiramente melhores, mas sujeitas a riscos negativos.** O crescimento deverá recuperar para 1¼% em 2017, com a expansão do setor não petrolífero na mesma magnitude devido a uma maior despesa pública e melhores termos de troca. A inflação deverá diminuir para 20% no final de 2017, presumindo condições monetárias mais restritivas, nenhum novo aumento interno dos preços dos combustíveis e um kwanza estável. Projeta-se que as RIL diminuam ainda mais para USD 17½ mil milhões.
- 6. No cenário de ajustamento proposto pelo corpo técnico, discutido abaixo, o crescimento deverá acelerar a um ritmo mais rápido e a inflação deverá diminuir para um único dígito no médio prazo.** Embora mais lento no curto prazo, o crescimento não petrolífero deverá aumentar ao longo do tempo refletindo, para além de melhores termos de troca e a conclusão de vários projetos importantes, uma taxa de câmbio efetiva real (TCER) mais competitiva⁵ e um ritmo mais rápido da implementação de reformas estruturais, incluindo uma melhoria mais contundente do ambiente de negócios que conduzirá a um maior investimento privado. Projeta-se que a inflação diminua à medida que a política monetária se torne mais restritiva antecipadamente e de forma agressiva, regressando ao objetivo do BNA de inflação anual de 7-9% no final do período de projeção. O adiamento da implementação das necessárias medidas de ajustamento de

⁴ A taxa do mercado paralelo não deve ser interpretada como uma taxa de equilíbrio, uma vez que se trata de um mercado muito limitado com um subconjunto estreito de operações em notas bancárias.

⁵ Este cenário pressupõe uma depreciação do kwanza face ao USD de 30% em 2016 e de 45% em 2017.

políticas até 2018 – depois da formação de um novo governo na sequência das eleições – irá provavelmente aumentar o custo de ajustamento e preterir os seus benefícios futuros.

7. Esta perspetiva de médio prazo no cenário de base não é isenta de riscos e não constitui o resultado desejável. O crescimento deverá permanecer ligeiramente positivo e abaixo do crescimento da população, espera-se que a inflação diminua apenas gradualmente, o espaço orçamental será limitado e os desequilíbrios no mercado cambial irão perdurar. Angola enfrenta o desafio de equilibrar as pressões decorrentes de menores receitas do petróleo face aos níveis de 2010-13 e a procura elevada das tão necessárias melhorias da infraestrutura física e do capital humano do país, bem como de alívio da pobreza. Isto irá requerer um melhor equilíbrio entre a racionalização da despesa corrente e de capital, tornando a consolidação orçamental mais sustentável no médio prazo. A análise de sustentabilidade da dívida (ASD) mostra que a dívida pública de Angola permanece sustentável mas é altamente sensível a choques, incluindo ao preço internacional do petróleo, ao crescimento do PIB real, ao passivo contingente financeiro e à taxa de câmbio.

8. Os riscos são negativos (Matriz de Avaliação do Risco). Estes incluem os preços do petróleo mais baixos, dificuldades em controlar a despesa no período que antecede as eleições do próximo ano, a continuação de desequilíbrios no mercado cambial, um período sustentado de baixo crescimento com oportunidades limitadas para abordar as necessidades sociais, a suspensão das relações de correspondência bancária (RCB) dos bancos globais, atrasos na recapitalização de bancos mais fracos e derrapagens na implementação de reformas estruturais.

9. Repercussões: As repercussões externas para a região são, em geral, limitadas, tendo em conta os fluxos comerciais e financeiros marginais de Angola com países na região — e não obstante alguns países, como a República Democrática do Congo e a Namíbia, que fazem fronteira com Angola, estarem a ser mais afetados pelas dificuldades económicas em Angola em razão do comércio transfronteiras. Para Portugal, embora Angola seja o maior mercado de exportação fora da UE e vários bancos portugueses estejam presentes no sistema bancário angolano através de *joint ventures* com investidores locais, a magnitude destes interesses continua relativamente pequena quando comparada à dimensão da economia portuguesa. Por outro lado, as repercussões internas dos desenvolvimentos na China e na Europa podem ser tangíveis se o crescimento económico desses parceiros abrandar significativamente, exercendo uma pressão adicional à baixa sobre os preços do petróleo.

Opinião das Autoridades

10. As autoridades concordam com o teor geral da avaliação do corpo técnico sobre as perspetivas e os riscos. Todavia, esperam que o crescimento seja mais forte e que a inflação seja inferior ao cenário de base do corpo técnico.

DISCUSSÕES DE POLÍTICA

11. O choque do preço do petróleo que se iniciou em meados de 2014 pôs em relevo a necessidade de fazer face à dependência do petróleo, diversificar a economia e reduzir as vulnerabilidades. Em consequência da quebra do preço do petróleo, a receita fiscal e as exportações diminuíram consideravelmente, o crescimento do produto estagnou e a inflação acelerou de forma acentuada. As políticas tomadas para mitigar o impacto do choque externo foram significativas, incluindo uma melhoria de 18% do PIB no saldo orçamental primário não petrolífero ao longo de 2015-16; e a desvalorização do kwanza face ao dólar americano em mais de 40% desde setembro de 2014. No entanto, são necessárias mais medidas para continuar a ajustar a economia ao “novo normal” nos mercados internacionais do petróleo, incluindo uma consolidação orçamental adicional mas gradual no médio prazo; uma maior flexibilidade cambial e condições monetárias restritas para abordar os desequilíbrios no mercado cambial, restaurando a estabilidade dos preços; e o apoio à maior diversificação da economia para reforçar a resiliência a futuros choques do preço do petróleo. As vulnerabilidades no sistema bancário também têm de ser abordadas.

A. Política Orçamental no “Novo Normal”

12. Um défice fiscal global da magnitude estimada no projeto de orçamento para 2017 deixaria a economia vulnerável a preços de petróleo inferiores ao projetado e a maiores preocupações quanto à sustentabilidade da dívida pública.⁶ Para 2017 é possível alcançar uma meta de défice orçamental global não superior a 2¼% do PIB que seja consistente com uma melhoria de, pelo menos, 1% do PIB no saldo orçamental primário não petrolífero – em linha com o ajustamento gradual que seria necessário no médio prazo para posicionar a dívida pública numa trajetória descendente clara – através de uma maior racionalização da despesa. As seguintes medidas podem ser consideradas para atingir este objetivo: i) não atribuição de aumentos salariais

Angola. Posição orçamental, 2014-2017				
	2014	2015	2016	2017
		Proj.	Proj. de base	
			do FMI	
	(Em percentagem do PIB)			
Saldo orçamental global	-6,6	-3,3	-4,1	-6,7
Saldo orç. primário não petrol.	-28,1	-15,9	-10,2	-11,5
Total das despesas	41,9	30,6	23,6	25,6
Salários	10,6	11,3	9,5	8,6
Bens e serviços	10,0	6,4	3,2	5,2
Despesa de capital	12,5	6,0	4,5	5,0
Subsídios	5,4	2,3	1,3	1,4
Outros	3,5	4,7	5,1	5,5
<i>Por memória:</i>				
Dívida pública	40,7	65,4	71,6	62,8

Fontes: Autoridades angolanas e projeções do corpo técnico do FMI.

Angola: Nec. brutas e fontes de financiamento, 2017	
(Em percentagem do PIB)	
Necessidades brutas de financiamento	15,7
Défice orçamental global	6,7
Amortização	9,0
Externa	3,4
Interna	5,6
Fontes brutas de financiamento	15,7
Externas	7,2
Internas	8,5

Fontes: Autoridades angolanas e projeções do corpo técnico FMI.

⁶ Espera-se que o financiamento do orçamento de 2017 seja proveniente de linhas de crédito/empréstimos bilaterais. Não está prevista qualquer emissão de eurobonds.

($\frac{2}{3}$ % do PIB face ao cenário de base); ii) uso das poupanças da massa salarial resultante do recenseamento biométrico dos funcionários públicos em curso para a redução do défice (até $\frac{1}{2}$ % do PIB); iii) prosseguimento da racionalização da despesa em bens e serviços (até 1% do PIB); e iv) manutenção da execução do investimento público em linha com as recentes taxas (mais baixas) de execução ($\frac{3}{4}$ % do PIB).

13. No médio prazo, as receitas do petróleo persistentemente baixas necessitam de ser compensadas pela racionalização da despesa e por maiores receitas não petrolíferas; e as instituições orçamentais têm de ser reforçadas para gerir adequadamente a volatilidade das receitas do petróleo. Já foram tomadas medidas importantes nesta direção, incluindo o abrangente programa para eliminar gradualmente os subsídios aos combustíveis e reformas para reforçar as receitas não petrolíferas, incluindo o alargamento da base tributária; a criação de uma agência de administração fiscal única; o reforço das inspeções fiscais e uma melhor aplicação da tributação dos bens imóveis. No sentido de se consolidar a sustentabilidade orçamental no médio prazo seriam necessárias as seguintes políticas e reformas orçamentais estruturais adicionais:

- Visar uma trajetória de consolidação orçamental primária não petrolífera de 1% do PIB ao ano no médio prazo que, nos pressupostos atuais relativos aos preços internacionais do petróleo, seja consistente com a eliminação do défice orçamental global até 2018 e o posicionamento da dívida numa trajetória claramente descendente.
- Reforçar a credibilidade da Lei da Dívida Pública através da introdução de uma cláusula de salvaguarda do teto de dívida de 60% do PIB quando a economia for sujeita a um grande choque exógeno, implementando simultaneamente um mecanismo transparente para assegurar a convergência ao longo do tempo para o teto de dívida de 60% do PIB.
- Reforçar os esforços em curso para alargar a base tributária, melhorar as inspeções fiscais e aplicar melhor a tributação dos bens imóveis; introduzir um IVA em 1 de janeiro de 2019 (Caixa 1). Se implementado corretamente, um IVA poderá proporcionar uma fonte de receitas estável para o orçamento, reduzindo a sua elevada dependência das receitas do petróleo e protegendo-o mais da volatilidade dessas receitas.
- Usar parte do espaço orçamental adicional para expandir programas sociais bem orientados para os mais vulneráveis e aumentar a despesa em infraestruturas, em linha com a capacidade de absorção.
- Reduzir a massa salarial enquanto percentagem do PIB, à medida que a dimensão da administração pública é racionalizada e reformada através de uma orientação para a provisão eficiente de bens públicos; alinhar os aumentos salariais no setor público com os ganhos de produtividade e os indicadores de desempenho.

- Ajustar os preços internos dos combustíveis para refletir as subidas (ou descidas) dos preços internacionais da gasolina e do gásóleo, tendo em conta os movimentos da taxa de câmbio.⁷
- Eliminar os subsídios à tarifa da eletricidade e da água à medida que os investimentos em curso aumentam a oferta de ambos produtos, adotando ao mesmo tempo taxas sociais para proteger os pobres.
- Melhorar a qualidade do investimento público através da melhoria da conformidade do processo de gestão do investimento público com a legislação existente; dar prioridade e monitorizar a execução de projetos; realizar avaliações *ex ante* e *ex post* dos projetos; melhorar a capacidade técnica para selecionar e monitorizar os projetos e desenvolver uma base de dados dos preços de referência para avaliar melhor o custo dos projetos.
- Adotar um quadro fiscal de médio prazo (QFMP) melhorado e centrado em regras de despesas e num fundo de estabilização fiscal bem concebido, com regras de depósito e levantamento claras que contribuam para atenuar a volatilidade das receitas do petróleo e reduzir a pró-ciclicidade da despesa no futuro. Além disso, o QFMP deve avaliar as necessidades de despesa associadas à manutenção e execução de projetos de investimento logo que estes estejam concluídos, e os projetos de investimento devem ser aprovados e iniciados somente se existir espaço orçamental para as suas necessidades de despesas correntes no futuro.
- Acelerar o processo de reestruturação, privatização e/ou encerramento de empresas públicas (EP) para reduzir a sua carga ou potencial carga para o Tesouro. No caso da Sonangol, será importante considerar a racionalização da sua força de trabalho relativamente elevada e alienar alguns dos seus negócios não principais, tornando a empresa mais eficiente e centrada no seu principal negócio de petróleo e de gás, reduzindo as necessidades de financiamento no futuro.

Angola. Saldo operacional das EP, 2014-15		
	2014	2015
	Prel.	
	(Em % do PIB)	
Total	0,9	-0,3
Sonangol	1,1	0,3
Outras empresas públicas	-0,2	-0,6
Fonte: Autoridades angolanas.		

⁷ O corpo técnico considera que o preço interno da gasolina e do gásóleo deve ser imediatamente ajustado em cerca de 40% para restaurar o compromisso das autoridades de eliminar os subsídios explícitos (ou implícitos) a estes produtos.

Caixa 1. Angola: Alargamento da Base Tributária

A base tributária de Angola continua altamente dependente das receitas do petróleo que, mesmo após o colapso dos preços, contribuíram para 56% das receitas totais. A principal componente da base de receitas não petrolíferas é um imposto sobre o consumo (IC) com uma base muito estreita que exclui: as atividades do setor primário da economia; o valor adicionado pelo setor comercial, em particular, a parte do valor adicionado à indústria transformadora que corresponde aos lucros; e alguns serviços. Embora a taxa normal do IC seja 10% e muitos produtos estejam sujeitos a uma taxa reduzida (2%), a maioria dos serviços são tributados a 5%, e as outras taxas variam entre 15% a 80%. Além disso, existe um imposto de selo cuja principal incidência é sobre as faturas.

As autoridades estão a considerar a substituição do IC por um IVA. Uma possível reforma pode incluir: i) a adoção de uma taxa de IVA positiva única (aplicando-se uma taxa zero exclusivamente às exportações); ii) a introdução de um imposto especial sobre o consumo; iii) a eliminação de cerca de 50% da incidência do imposto de selo; iv) uma reforma do imposto sobre a transferência de bens imóveis (SISA) para evitar a dupla tributação; e v) um limiar muito elevado para o IVA (o equivalente em kwanzas a uma receita anual bruta de USD 250.000) uma vez que uma lei existente já isenta as empresas com receitas brutas inferiores de manter procedimentos de contabilidade que são necessários para cumprir os regulamentos do IVA, e porque um limiar elevado facilitaria a introdução e a gestão do IVA. As estimativas preliminares aproximadas sugerem que um IVA de 10% poderia produzir cerca de 2,5% do PIB em receitas para Angola.

O corpo técnico estima que o IVA poderia ser introduzido já em 1 de janeiro de 2019, mas é importante assegurar uma preparação apropriada antes da sua implementação: a capacidade institucional da Administração Geral Tributária (AGT) tem de ser reforçada; a formação do pessoal da AGT e a comunicação aos contribuintes e outros intervenientes têm de ser melhoradas. Além disso, o IVA só deverá ser implementado depois de novos sistemas de IT das alfândegas e da administração tributária interna estarem implementados, testados e preparados.

Opinião das Autoridades

14. As autoridades não contestam a necessidade de consolidação orçamental no médio prazo, mas salientaram a necessidade urgente no curto prazo de apoiar o crescimento após dois anos de contenção orçamental. Por conseguinte, a Assembleia Nacional aprovou para 2017 um orçamento relativamente expansionista. Salientaram que a dívida pública permanece administrável e que o necessário aumento de investimento em infraestruturas pode ser financiado. Simultaneamente, estão empenhadas em reduzir a despesa pública relativamente aos níveis orçamentados se o financiamento externo não se concretizar de acordo com o projetado. As autoridades continuam interessadas em trabalhar em estreita colaboração com o FMI na reforma orçamental estrutural, incluindo um IVA, embora acreditem que um IVA poderá demorar até quatro anos a ser introduzido em Angola. As autoridades referiram que estão em vias de encerrar 48 empresas públicas que não estão operacionais e de privatizar outras 53. Além disso, um plano de reestruturação da Sonangol foi lançado em junho de 2016 a ser implementado ao longo de 24 meses. O Conselho de Administração recentemente nomeado planeia reorientar a Sonangol para os seus principais negócios de petróleo e gás, tornando a empresa mais transparente e eficiente.

B. Melhorar o Quadro de Política Monetária

15. Uma maior flexibilidade da taxa de câmbio, apoiada por condições monetárias restritivas, continua a ser fundamental para abordar de forma ordenada os desequilíbrios do mercado cambial e assegurar uma âncora nominal à economia. Tendo em conta o nível ainda

ligeiramente elevado de dolarização da economia, os maiores desequilíbrios no mercado cambial, se não abordados, poderão conduzir a um ajustamento desordenado da taxa de câmbio, a uma aceleração acentuada da inflação e a perdas para os bancos. A avaliação do equilíbrio externo (*EBA*) mostra que a TCER estava sobrevalorizada em 8% a 42% em 2015. Projeta-se que a TCER se tenha depreciado em apenas 2% em 2016 e, na ausência de uma alteração de política, se aprecie em 20% a 25% em 2017. As medidas para ajudar a melhorar o quadro de política monetária com vista a apoiar uma transição harmoniosa para um regime cambial mais flexível incluem:

- Adotar um regime de flutuação administrada a partir de uma posição de força, tendo em conta o nível ainda relativamente confortável de reservas internacionais. Embora inicialmente a taxa de câmbio possa aumentar, estabilizará num nível consistente com a correção da sobrevalorização estimada da TCER, se as políticas orçamentais e monetárias de apoio estiverem implementadas.
- Reverter as medidas administrativas adotadas no ano passado, incluindo o acesso prioritário à compra de divisas, à medida que uma maior flexibilidade da taxa de câmbio for introduzida. Estas restrições encorajaram a má afetação de recursos e exacerbaram a escassez dos necessários insumos importados, limitando o crescimento e adicionando pressões inflacionistas.
- Adotar uma meta para a base monetária consistente com o objetivo de inflação e realizar operações monetárias de forma proativa para alcançar a meta e ancorar as expectativas de inflação. Em particular, o crescimento da base monetária deve ser mantido próximo de zero ao longo dos próximos meses para se distanciar das expectativas de inflação, colocando a taxa de juros dos bilhetes do Tesouro a três meses em território positivo em termos reais.
- Conduzir operações de política monetária de forma independente para conferir credibilidade ao novo quadro de política monetária.
- Melhorar a capacidade de previsão de liquidez e gestão, acompanhada por um maior empenho nas operações de mercado aberto, e reforçar a coordenação com o Ministério das Finanças para mitigar o impacto das operações orçamentais sobre as condições monetárias e ajudar o BNA a alcançar a meta para a base monetária.

16. Esforços adicionais para reforçar a política monetária são fundamentais para melhorar a eficácia de política e conter as vulnerabilidades, incluindo:

- Estreitar o corredor da taxa de juro diretora para 500 p.b. para melhorar a tração das decisões de política monetária e tornar a política monetária mais eficaz, e ajustar a política de taxas de juro, conforme necessário, para indicar a orientação de política aos mercados interbancário e de bilhetes do Tesouro.

- Manter os esforços em curso para melhorar a previsão de inflação e de gestão da liquidez, incluindo através do alargamento do horizonte do exercício de previsão da liquidez de um dia a um período mensal contínuo.

Opinião das Autoridades

17. As autoridades concordaram que as condições monetárias devem ser mantidas restritivas nos próximos meses mas, neste momento, consideraram importante preservar a paridade cambial para ajudar a conter a inflação, tendo em conta a elevada transmissão da taxa de câmbio aos preços. As autoridades reiteraram o seu forte empenho em diminuir a inflação rapidamente, salientando que as condições monetárias ficaram significativamente mais restritivas nos últimos meses e que a inflação já está a diminuir.

C. Reforçar a Estabilidade Financeira

18. Angola está a ser adversamente afetada pela perda das relações de correspondência bancária (RCB) em USD. Desde dezembro de 2015, os bancos globais interromperam a provisão de notas de USD e cortaram as relações de correspondência bancária em USD com os bancos angolanos. O último banco correspondente dos EUA que assegurou acesso a dois bancos respondentes angolanos já não é capaz de assegurar serviços a clientes angolanos no tocante às suas necessidades de pagamentos transfronteiras em USD. No entanto, os bancos correspondentes angolanos são ainda capazes de gerir as suas próprias carteiras, tesouraria, financiamento do comércio e algumas operações de cartão de crédito com o seu banco correspondente dos EUA. As subsidiárias angolanas dos restantes bancos globais dos EUA podem também dar resposta às necessidades dos seus clientes empresariais angolanos. Estes clientes são principalmente operadores angolanos de entidades mundiais do petróleo, gás e construção. Canais alternativos de pagamento através de uma maior utilização de RCB em USD através de bancos intermediários ou em euros têm mitigado até agora os impactos adversos, mas o risco de perder estes canais de pagamento é elevado.

19. Existe uma necessidade urgente de aperfeiçoar as soluções de política para abordar os efeitos de uma perda considerável das RCB em USD (Caixa 2). O impacto sobre o acesso direto a financiamento e pagamentos transfronteiras tanto para as exportações como para as importações em USD poderá ser considerável, em especial se também se perderem as relações de correspondência bancária através de bancos intermediários. Várias medidas poderiam ajudar a abordar esta questão:

- Mitigar os fatores determinantes e os riscos decorrentes da perda de RCB através da intensificação por parte do BNA dos seus esforços de compilação e de análise de dados (dados SWIFT e Questionário do BNA); melhorar o diálogo com o setor privado e as autoridades nacionais dos bancos correspondentes globais; reforçar o quadro prudencial e de CBC/FT, em particular, no que se refere a riscos associados à corrupção, e desenvolver planos de contingência em coordenação com todas as partes interessadas.

- Continuar a aperfeiçoar soluções de políticas que possam incluir como último recurso a disponibilização por parte do BNA de acesso temporário a transferências de baixo risco em USD, mas tendo em conta as limitações legais e riscos para as outras funções principais do BNA. As soluções ao nível da indústria bancária continuam a ser a primeira melhor opção. Uma maior utilização de RCB através de bancos intermediários demonstrar-se-á ser, provavelmente, uma solução de curto prazo.

Caixa 2. Angola: Suspensão das Relações com Bancos Correspondentes

A decisão de terminar as RCB em Angola deve-se provavelmente a uma série de fatores diferentes que se verificam em simultâneo. Por exemplo, a retração dos bancos globais desde a crise financeira mundial levou a uma reconsideração do alcance geográfico dos seus modelos de negócio à luz de mudanças das condições macroeconómicas mundiais, dos requisitos regulamentares e dos requisitos de gestão de risco dos próprios bancos e à perceção de Angola como uma jurisdição de risco mais elevado, incluindo no tocante aos montantes associados à corrupção. Todos estes fatores desempenharam um papel para a suspensão das RCB diretas em USD.

Os bancos angolanos respondentes reagiram à perda direta das RCB em USD aos seus clientes encontrando canais de pagamento alternativos, o que mitigou os impactos macrofinanceiros adversos. Tem-se verificado uma maior utilização de RCB indiretas (*nested*) em USD através de bancos intermediários em países como Portugal e a África do Sul. Além disso, tem-se registado um maior uso de RCB em euros para fluxos de pagamento para fora de Angola. Todavia, embora estes canais de pagamento alternativos assegurem uma solução no curto prazo, continuam a representar um risco de serem suspensos uma vez que podem não dar resposta plena às preocupações de conformidade dos bancos correspondentes globais. A continuação do reforço do quadro de supervisão, regulamentar e prudencial e do quadro de CBC/FT angolanos através da abordagem das deficiências legais existentes, incluindo no que respeita a medidas preventivas relativas a pessoas politicamente expostas, fiscalização ativa, incluindo na condução de uma supervisão baseada nos riscos de instituições financeiras, e uma melhor compreensão entre bancos correspondentes globais e bancos respondentes angolanos relativa às necessidades de informação como parte da abordagem baseada no risco, abordaria melhor a perceção de Angola enquanto jurisdição de risco mais elevado.

As autoridades têm estado ativamente envolvidas num diálogo de alto nível com as autoridades nacionais dos bancos correspondentes globais para melhor compreenderem as expectativas regulamentares associadas às RCB. Nesse contexto, está em curso um trabalho para reforçar os quadros de supervisão, regulamentar e prudencial e a sua aplicação em linha com os pares regionais e mundiais. Além disso, existe um diálogo aberto no setor público-privado sobre como abordar a suspensão de RCB e reforçar os quadros de CBC/FT, através de várias mesas-redondas locais e seminários, incluindo um organizado pelos funcionários do BNA e do FMI, bem como em grupos regionais. Está também em curso um trabalho no banco central nomeadamente através de um questionário de dados regular e de dados de pagamento de RCB, com a contribuição da assistência técnica do FMI, para melhor compreender a natureza, a escala e o âmbito da suspensão das RCB para ajudar a aperfeiçoar soluções de política.

20. O sistema bancário necessita de ser reforçado. Embora os indicadores de solvência do sistema bancário estejam a deteriorar apenas gradualmente, podem não refletir plenamente a deterioração subjacente em parte devido à reestruturação do crédito que tem sido estendida também a algumas empresas não viáveis (*ever-greening*). Além disso, cinco bancos estão subcapitalizados. Seria importante para o BNA tomar as seguintes medidas:

- Realizar avaliações rigorosas da qualidade dos ativos associados a testes de stress nos treze maiores bancos (abrangendo cerca de 90% dos ativos do sistema bancário) numa base anual para ajudar a identificar as necessidades futuras de capitalização.
- Exigir que os bancos subcapitalizados implementem planos de ação e monitorizar estreitamente a sua implementação. Em particular, os dois bancos com uma situação líquida negativa podem colocar em risco a confiança no sistema bancário mesmo sendo bancos relativamente pequenos. Consequentemente, estes bancos devem ser imediatamente recapitalizados ou liquidados, vendidos ou ter o controle transferido.
- Concluir logo que possível o processo de avaliação da carteira de empréstimos, reestruturar a gestão e as operações e recapitalizar o BPC. Igualmente, a capacidade de gestão de risco do BPC tem de ser melhorada para assegurar que a subscrição de crédito seja reforçada para evitar uma repetição de problemas dos ativos de qualidade insustentável.
- Investigar a extensão em que os bancos estão a recorrer ao “ever-greening” dos empréstimos e assegurar que esta prática seja interrompida e que os créditos mal parados sejam integralmente provisionados e amortizados antecipadamente.
- Reforçar o regime de preparação para situações de crise – como as Facilidades de Liquidez de Emergência e outros planos de contingência – concluindo os Exercícios de Simulação de Crise. É necessário dar atenção à avaliação da eficácia operacional e às limitações das facilidades de liquidez de emergência para apoiar os bancos solventes e bem administrados em períodos de dificuldade.

21. As autoridades fizeram progressos constantes na implementação das recomendações do Programa de Avaliação do Setor Financeiro (FSAP) de 2012, em especial, relativas a governança, supervisão e mecanismo de resolução. As funções de supervisão foram reestruturadas com departamentos dedicados à supervisão bancária, regulação, supervisão cambial e proteção do consumidor. Foram emitidos regulamentos relativos a supervisão consolidada, a controlos internos dos bancos e a requisitos de governança corporativa. Um Comité de Estabilidade Financeira sob a alçada do BNA foi criado e foi publicado um Relatório de Estabilidade Financeira.⁸ Está a ser criada uma unidade de supervisão de risco com melhorias adicionais a serem realizadas para a supervisão *in situ* e o desenvolvimento de novos manuais de supervisão e licenciamento em linha com uma abordagem de supervisão baseada no risco. O BNA também efetuou progressos no alinhamento das práticas contabilísticas e de reporte dos bancos às mais recentes normas internacionais de relato financeiro (NIRF/IRFS). Será necessário prosseguir o trabalho adicional para aumentar a eficácia da supervisão no que se refere à implementação da supervisão consolidada, análise da estabilidade sistémica e operacionalização de medidas corretivas imediatas e regulamentos relativos à assistência de liquidez de emergência e preparação para crises.

⁸ O último Relatório de Estabilidade Financeira foi publicado no início de 2015.

22. As autoridades estão a realizar progressos no reforço do quadro de combate ao branqueamento de capitais e de repressão ao financiamento do terrorismo (CBC/FT). Angola foi retirada da lista do Grupo de Ação Financeira (GAFI) de países com deficiências estratégicas de CBC/FT em fevereiro de 2016, na sequência dos progressos alcançados para abordar os pontos técnicos do plano de ação acordado com o GAFI.⁹ As autoridades estão a continuar a trabalhar com o organismo regional do GAFI (ESSAMLG) para abordar todos os problemas identificados no seu relatório de avaliação mútua. Devem prosseguir os esforços para reforçar o quadro de CBC/FT em linha com a norma do GAFI 2012, incluindo no tocante a medidas preventivas relativas a pessoas politicamente expostas e à supervisão baseada no risco de instituições financeiras e empresas e profissões não financeiras designadas, antes da próxima avaliação do CBC/FT, provisoriamente marcada para 2020.

23. Para além das medidas cambiais existentes, o corpo técnico concluiu a sua avaliação das medidas cambiais introduzidas pelas autoridades em 2015.¹⁰ A operação da lista prioritária de acesso a USD ao câmbio oficial e um imposto especial de 10% sobre as transferências para não residentes ao abrigo de contratos de serviços de assistência técnica estrangeira ou de gestão dão origem a restrições cambiais sujeitas à aprovação do FMI ao abrigo da Secção 2(a) do Artigo VIII. Além disso, a falta de um mecanismo que impeça um desvio de mais de 2% entre as taxas de câmbio efetivas para transações que se realizam à taxa de referência em vigor e a taxa à qual se realizam transações nos leilões de divisas nesse dia leva a uma prática de taxas de câmbio múltiplas sujeita à aprovação do FMI nos termos da Secção 3 do Artigo VIII. O corpo técnico encorajou as autoridades a eliminar tais medidas, bem como as medidas cambiais existentes, logo que possível.

24. Uma primeira avaliação das salvaguardas do BNA foi realizada em 2010. A avaliação concluiu que o BNA é sujeito a auditorias externas anuais realizadas por uma empresa de renome e que tomou medidas para abordar as ressalvas da auditoria. As recomendações centraram-se no reforço da governança e de práticas de transparência, auditoria interna e o quadro de controlo na área de gestão de reservas. Desde então, realizaram-se alguns progressos no que se refere às recomendações relativas às salvaguardas. Em particular, o BNA reforçou a sua função de auditoria interna e reinstalou o seu Conselho de Auditoria. O BNA publicou as suas demonstrações financeiras anuais de 2011 a 2014, mas as demonstrações financeiras auditadas de 2015 ainda não foram publicadas.

Opinião das Autoridades

25. As autoridades concordaram com a análise e as recomendações do corpo técnico. Estão a tomar medidas para reforçar o setor bancário. Nomearam, por exemplo, um novo Conselho de Administração do banco BPC e reservaram até 1½% do PIB para o recapitalizar e limpar a sua carteira de crédito mal parado. Concordaram também com a necessidade de melhorar o quadro de CBC/FT de Angola para ajudar a abordar as preocupações que têm contribuído para a perda de

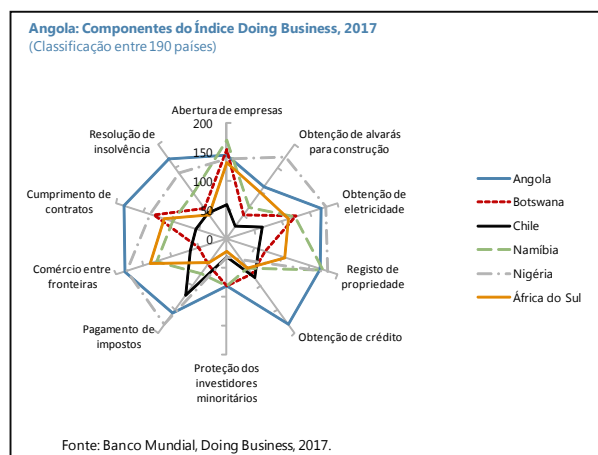
⁹ O quadro angolano de CBC/FT foi avaliado pela última vez face à norma do GAFI de 2003 em novembro de 2011, tendo o relatório de avaliação mútua sido publicado em outubro de 2012.

¹⁰ O Anexo Informativo inclui a lista completa de medidas cambiais.

todas as RCB diretas em USD. As autoridades solicitaram assistência técnica adicional do FMI nesta área.

D. Promover a Diversificação Económica

26. O principal desafio económico para Angola continua a ser a necessidade de diversificar a sua economia e base de exportação. A realização deste objetivo exige uma redução de custos no setor não petrolífero e a resolução dos constrangimentos em termos de capital físico e humano. Estes esforços devem ser complementados abordando, de forma mais contundente, os graves obstáculos à atividade empresarial em Angola, conforme identificado pelo inquérito *Doing Business 2017* do Banco Mundial sobre a facilidade de fazer negócios. Por exemplo, simplificar e agilizar os procedimentos para a emissão de vistos de trabalho constituem uma prioridade para o desenvolvimento do setor privado e para atrair o IDE. No processo de melhorar o clima económico e promover a diversificação, é importante tentar reduzir a grande presença do Estado na economia promovendo, simultaneamente, a governança, e confiando mais na alocação de recursos baseada no mercado.



27. As autoridades lançaram um programa destinado a setores considerados como tendo um elevado potencial de substituição das importações e/ou de promoção das exportações. Espera-se que estes programas sejam financiados através de linhas de crédito externas contratadas pelo Governo que depois serão canalizadas (emprestadas) ao setor privado através do banco público BDA. Na sua fase inicial, este programa está a facilitar o acesso das empresas privadas, com o potencial acima referido, à moeda estrangeira necessária para importar bens intermédios e bens de capital. Será importante definir claramente a forma como a seleção de projetos é realizada e ter antecipadamente bem em conta os riscos de não reembolso dos recursos que serão disponibilizados. Este programa levanta preocupações tendo em conta o potencial custo orçamental que poderia envolver; deve ser temporário; e o seu progresso e implementação devem ser mais transparentes, devendo os respetivos custos serem divulgados no orçamento anual.

28. Além disso, as autoridades estão a implementar reformas para melhorar o sistema de proteção social. Com a assistência da UE e da UNICEF, as autoridades lançaram em 2015 o Projeto de Apoio à Proteção Social em Angola (APROSOC), que visa melhorar a assistência social à população mais vulnerável. Pretende melhorar a eficiência, eficácia e impacto das intervenções de assistência social nacionais em Angola e reforçar a capacidade do ministério setorial líder (MINARS) para conceber e implementar uma agenda de assistência social baseada num novo quadro de políticas setorial. O Governo pretende também criar um Cadastro Social Único para ajudar a identificar e focalizar nos pobres.

Opinião das Autoridades

29. As autoridades estão confiantes em que as medidas que estão a ser tomadas para modernizar as infraestruturas do país, melhorar o seu capital humano e fortalecer o ambiente de negócios conduzirão à diversificação da economia, tornando o crescimento mais inclusivo.

Elas têm investido fortemente em infraestruturas e esperam que duas grandes barragens comecem a produzir energia em 2017, e iniciaram a construção do porto de águas profundas de Cabinda. Com a assistência do Banco Mundial, planeiam igualmente expandir o acesso ao fornecimento de água e promover a agricultura. Esperaram que as reformas recentemente implementadas para facilitar a abertura de uma empresa – tais como a redução dos seus custos e prazos – tivessem sido refletidas na classificação de Angola no Inquérito *Doing Business* do Banco Mundial. O Banco Mundial continua a trabalhar em estreita colaboração com as autoridades para ajudar a melhorar os seus indicadores de negócios. As autoridades também salientaram a necessidade de acelerar e aprofundar as reformas para promover a diversificação. Neste contexto, aprovaram 23 programas orientados para os setores da agricultura, indústria, pescas, geologia e telecomunicações, mas argumentaram que a sua implementação tem sido lenta e que, até agora, apenas o acesso a divisas tem sido assegurado às empresas.

E. Questões Relativas aos Dados

30. Embora os dados fornecidos ao FMI sejam avaliados como, em geral, adequados à supervisão (*surveillance*), existe uma margem de manobra considerável para melhoria nas contas nacionais, incluindo a publicação de dados trimestrais, balança de pagamentos, índices de preços no produtor, estatísticas monetárias e ISF. São necessários esforços significativos para melhorar a qualidade e a atualidade dos dados orçamentais, incluindo o balanço operacional de todas as empresas públicas. A monitorização dos atrasados de pagamentos internos deve continuar a ser melhorada. As melhorias da qualidade dos dados económicos e sociais são fundamentais para informar melhor os responsáveis pela elaboração de políticas. A este respeito, será muito importante assegurar um financiamento apropriado ao INE de modo a que possa desempenhar as suas funções.

AVALIAÇÃO DO CORPO TÉCNICO

31. O choque do preço do petróleo que se iniciou em meados de 2014 reduziu consideravelmente as receitas fiscais e as exportações, tendo o crescimento estagnado e a inflação acelerado de forma acentuada. Isto põs em relevo a necessidade de fazer face, de forma mais contundente, às vulnerabilidades e à dependência do petróleo, e de diversificar a economia.

32. Os riscos para as perspetivas a curto prazo são negativos. Incluem preços do petróleo mais baixos para além dos incluídos no cenário de base, dificuldades em controlar a despesa no período que antecede as eleições do próximo ano, a continuação de desequilíbrios no mercado cambial, um período sustentado de baixo crescimento com oportunidades limitadas para abordar as

necessidades sociais, a suspensão das RCB dos bancos globais, atrasos na recapitalização de bancos mais fracos e derrapagens na implementação de reformas estruturais.

33. As autoridades tomaram medidas para mitigar o impacto do choque externo. Uma melhoria de 18% do PIB no saldo orçamental primário não petrolífero em 2015-16, alcançada principalmente através da implementação de cortes das despesas, incluindo a eliminação de subsídios ao combustível. Contudo, projeta-se que, até ao final de 2016, a dívida pública aumente significativamente para cerca de 71½% do PIB, dos quais 19% do PIB correspondem à Sonangol, e verifica-se uma reemergência dos atrasados de pagamentos internos. A regularização dos atrasados e, com o tempo, a inversão deste acentuado aumento da dívida serão essenciais. Em 2017 deve ser perseguida uma meta de défice orçamental global não superior a 2¼% do PIB que seja consistente com uma melhoria de, pelo menos, 1% do PIB no saldo orçamental primário não petrolífero – em linha com o ajustamento gradual que seria necessário no médio prazo para posicionar a dívida pública numa trajetória descendente clara – através de uma maior racionalização da despesa.

34. No contexto de receitas do petróleo mais limitadas, a racionalização da despesa e melhoria nas receitas não petrolíferas serão essenciais. Os défices orçamentais devem ser gradualmente reduzidos e, ao longo do tempo, deve visar-se uma trajetória de consolidação orçamental primária não petrolífera de 1% do PIB ao ano para restaurar a margem de manobra das políticas e assegurar que parte da riqueza do petróleo de Angola seja poupada para gerações futuras. Tal pode ser conseguido se forem realizados esforços concertados para a contenção do crescimento da massa salarial, o reforço da arrecadação das receitas não petrolíferas, incluindo a implementação de um IVA, a melhoria da qualidade do investimento público, a eliminação dos subsídios à eletricidade e água e, em simultâneo, o alargamento de assistência social bem orientada para os pobres.

35. As políticas monetária e cambial devem desempenhar um papel central no reequilíbrio do mercado cambial. Nos últimos meses, o BNA restringiu, adequadamente, as condições de liquidez, aumentando a sua taxa de juro diretora, os requisitos de reservas obrigatórias dos bancos e contraindo em 3% a base monetária em termos homólogos. O BNA fixou, efetivamente, a taxa de câmbio oficial desde abril de 2016, mas a sua provisão de moeda estrangeira não tem sido suficiente para dar resposta às necessidades. Por conseguinte, existem desequilíbrios no mercado cambial, conforme refletido num diferencial alargado, embora volátil, entre as taxas de câmbio dos mercados oficial e paralelo. Se não for abordado, é provável que isto enfraqueça a taxa de câmbio oficial enquanto base para a formação dos preços e expectativas de inflação, e conduza à má alocação de recursos na economia. A abordagem deste desequilíbrio insta a uma maior flexibilidade cambial, à utilização moderada das reservas internacionais para atenuar a depreciação do kwanza e a uma política monetária mais restritiva apoiada por um ajustamento orçamental para conter os efeitos da moeda mais fraca na inflação.

36. Os efeitos da perda das RCB em USD têm de ser abordados. As autoridades têm estado corretamente e ativamente envolvidas num diálogo de alto nível com as autoridades nacionais dos bancos correspondentes globais para melhor compreenderem as expectativas regulamentares associadas às RCB. Mitigar os fatores determinantes e os riscos decorrentes da perda de RCB através

da intensificação por parte do BNA dos seus esforços de compilação de dados e de análise, melhorar o diálogo com o setor privado e os reguladores nacionais dos bancos correspondentes globais, reforçar o quadro prudencial e de CBC/FT, e desenvolver planos de contingência em coordenação com todas as partes interessadas serão fundamentais para abordar este risco.

37. A preservação da saúde do setor bancário é essencial para, ao longo do tempo, permitir a recuperação da economia a partir do abrandamento atual. O BNA centrou apropriadamente os seus esforços no reforço da supervisão bancária. No entanto, não devem ser poupados esforços no reforço adicional da supervisão bancária, nos quadros de resolução e no encerramento ou recapitalização dos bancos mais fracos. A este respeito, a conclusão das avaliações em curso da qualidade dos ativos dos principais bancos e a recapitalização do banco público de importância sistémica, o BPC, têm de ser aceleradas.

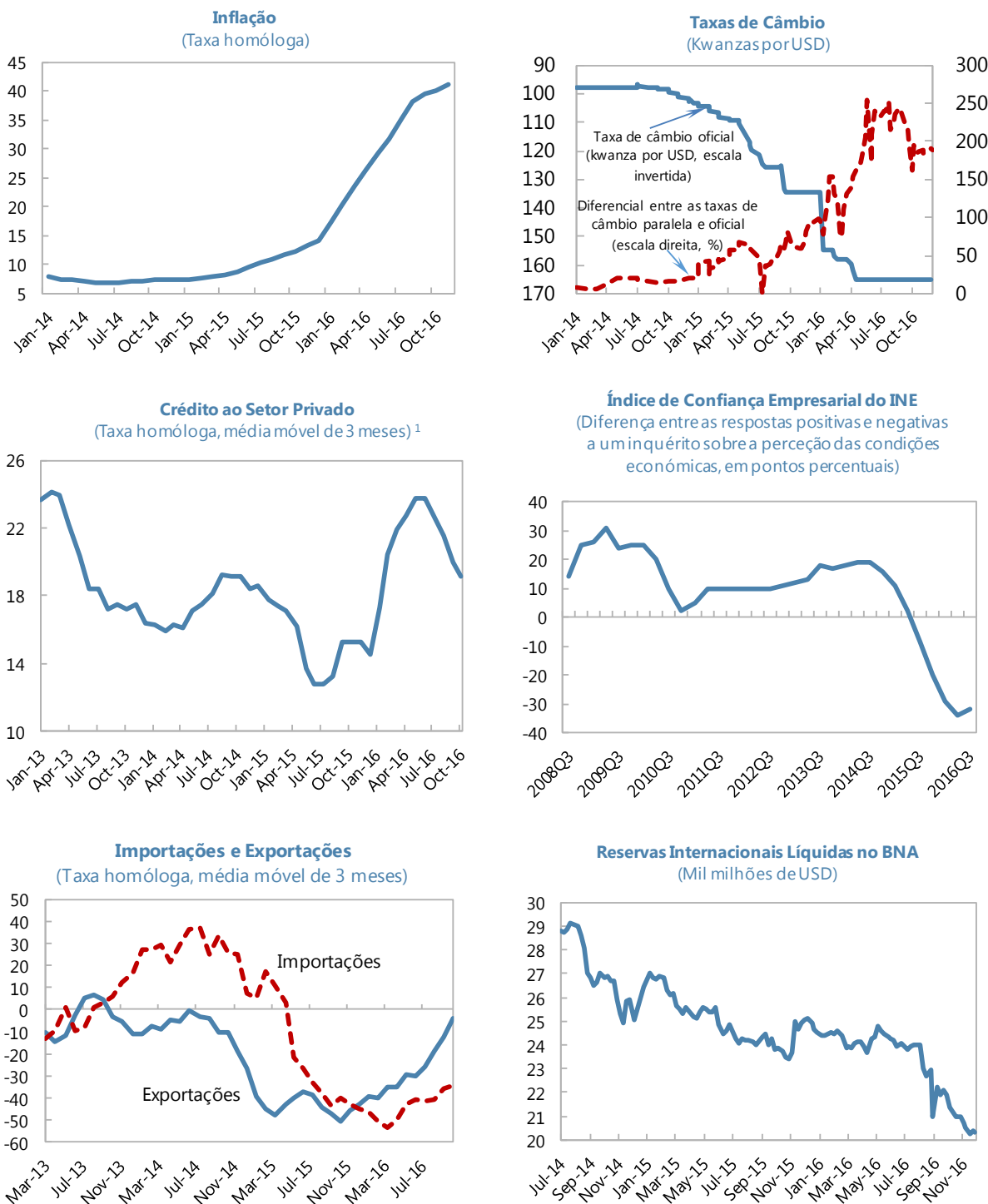
38. A diversificação económica é fundamental para ajudar Angola a ajustar-se ao “novo normal” no mercado internacional do petróleo. Depois de usufruir dos benefícios dos elevados preços internacionais do petróleo durante quase quatro anos consecutivos, a economia necessitará de tempo para se ajustar a preços mais baixos. A agenda de reformas das autoridades aborda uma série de limitações críticas à diversificação económica através da melhoria das infraestruturas, em particular, nos transportes, energia e água. A implementação destas iniciativas será fundamental para melhorar a competitividade tornando, simultaneamente, o crescimento mais inclusivo. Contudo, estes esforços devem ser também complementados pelo investimento em capital humano e por uma abordagem mais contundente dos graves impedimentos de Angola à realização de negócios. Por exemplo, simplificar e agilizar os procedimentos para a emissão de vistos de trabalho constituem uma prioridade para o desenvolvimento do setor privado e para atrair o IDE.

39. Os dados macroeconómicos de Angola são basicamente apropriados para fins de supervisão (*surveillance*). Foram realizados progressos na melhoria da compilação e disseminação de estatísticas, mas ainda é preciso lidar com as deficiências, particularmente nas contas nacionais, incluindo a publicação de dados trimestrais, dados orçamentais, balança de pagamentos, índices de preços no produtor, estatísticas monetárias e ISF.

40. Apesar de as autoridades não terem solicitado a aprovação do FMI e de o corpo técnico não recomendar a aprovação, o corpo técnico encorajou as autoridades a definir um calendário claro para a eliminação de medidas que deem origem a restrições cambiais e práticas de taxas de câmbio múltiplas.

41. O corpo técnico recomenda que a próxima consulta a Angola ao abrigo do Artigo IV seja realizada no ciclo normal de doze meses.

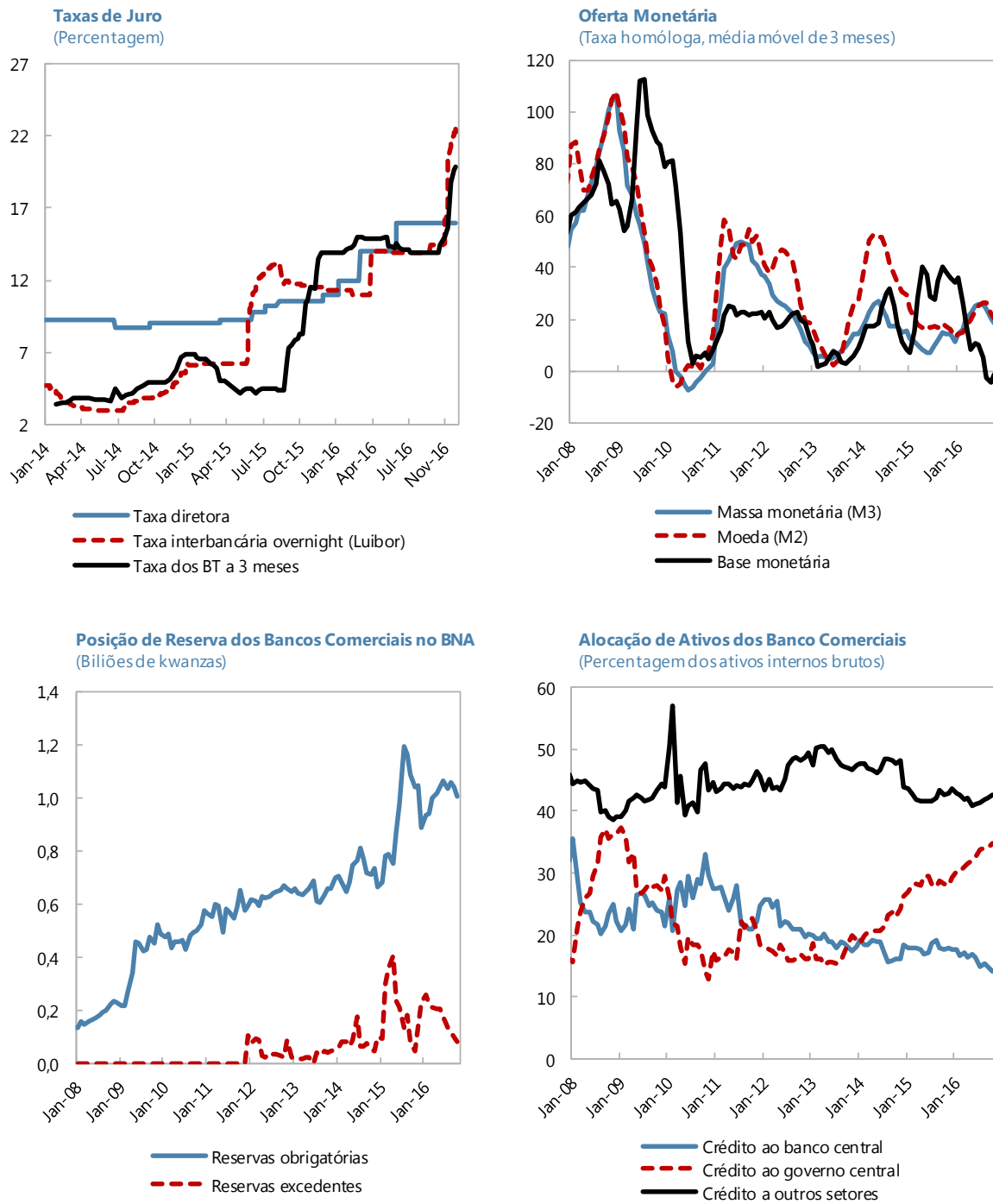
Figura 1. Angola: Indicadores de Alta Frequência Seleccionados, 2008-2016



Fontes: Autoridades angolanas e cálculos do corpo técnico do FMI.

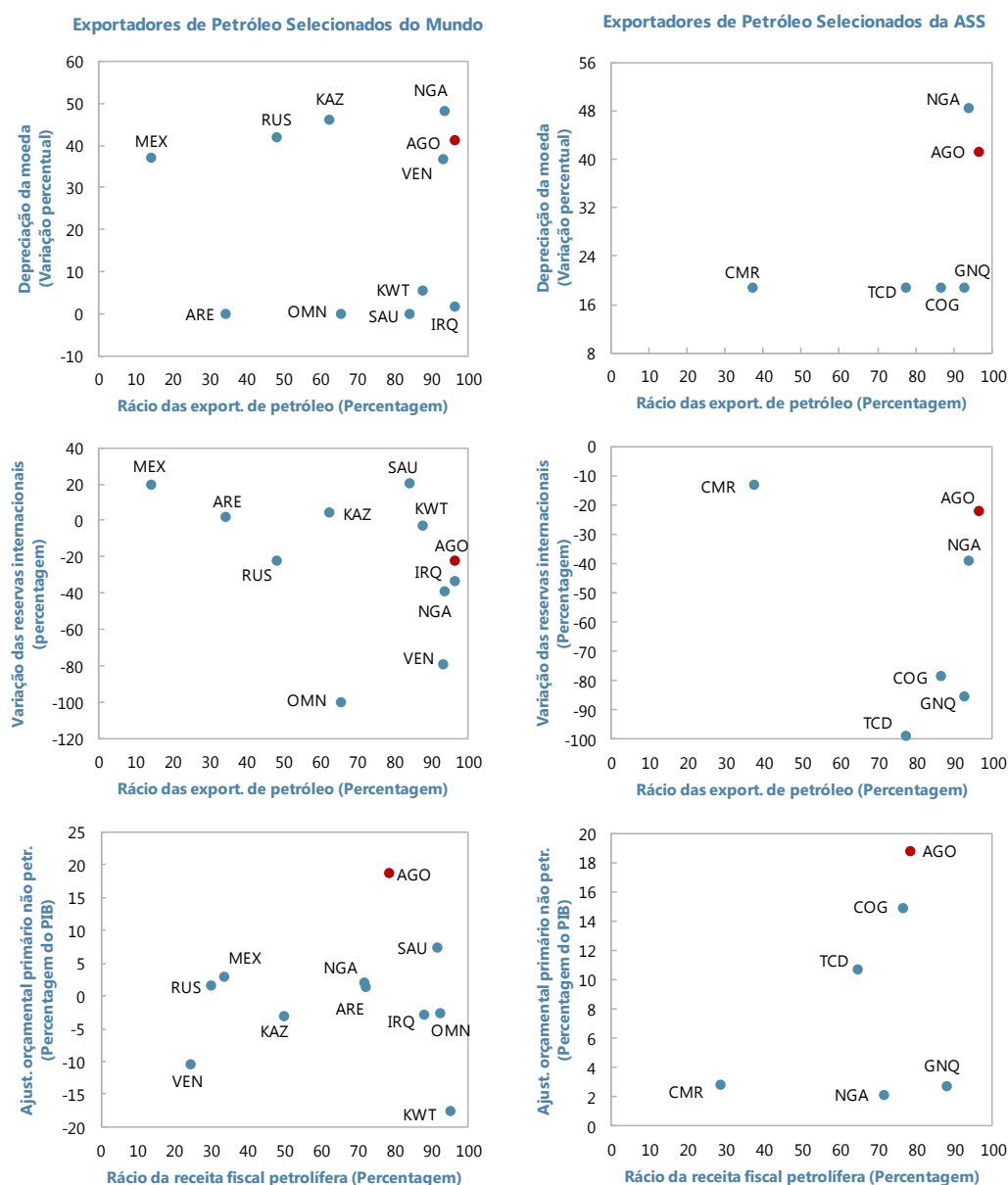
¹ Excluindo o cancelamento do BESA.

Figura 2. Angola: Indicadores Monetários Seleccionados, 2008-2016



Fontes: Autoridades angolanas e cálculos do corpo técnico do FMI.

Figura 3. Angola: Projeções Orçamentais, Reservas Internacionais e Evolução da Taxa de Câmbio para Exportadores de Petróleo Seleccionados, 2014-2016¹



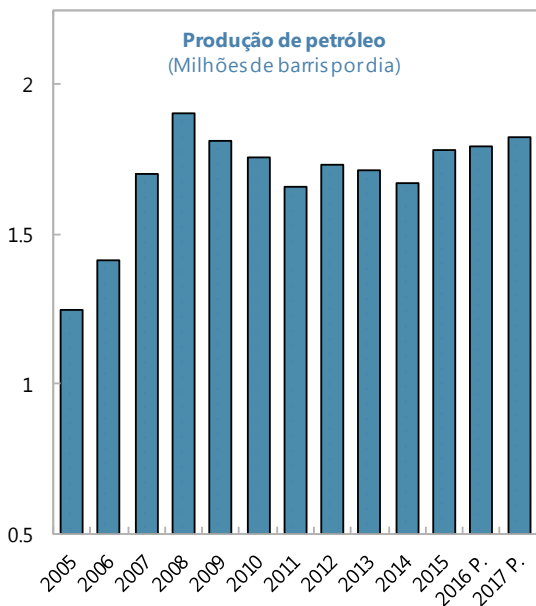
Fontes: Autoridades nacionais, Bloomberg e cálculos e projeções do corpo técnico do FMI.

Legenda: AGO - Angola; ARE - Emirados Árabes Unidos; CMR - Camarões; COG - República do Congo; GNQ - Guiné Equatorial; IRQ - Iraque; KAZ - Cazaquistão; KWT - Kuwait; MEX - México; NGA - Nigéria; OMN - Omã; RUS - Federação Russa; SAU - Arábia Saudita; TCD - Chade; VEN - República Bolivariana da Venezuela.

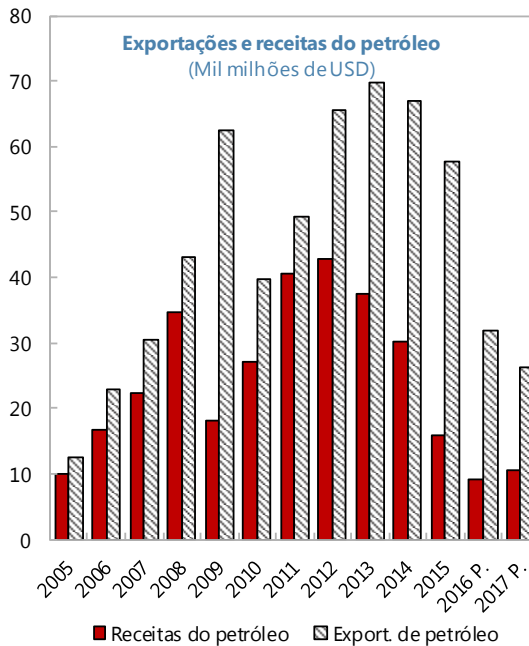
¹ O rácio das exportações de petróleo foi calculado como o rácio médio das exportações de petróleo em relação ao total das exportações de bens e serviços no período 2011-13. A depreciação da moeda foi calculada como a variação da taxa de câmbio entre a moeda do país e o USD entre agosto de 2014 e novembro de 2016. A variação nas reservas internacionais foi calculada como a variação nas reservas internacionais brutas em USD entre agosto de 2014 e outubro de 2016 (ou os dados mais recentes). O rácio da receita fiscal petrolífera foi calculado como o rácio médio entre a receita fiscal petrolífera e o total da receita fiscal no período 2011-13. O ajustamento orçamental primário não petrolífero foi calculado como a variação percentual do saldo orçamental primário não petrolífero (em pontos percentuais do PIB) entre 2014 e as projeções de outubro de 2016 do WEO.

Figura 4. Angola: Evolução Orçamental, 2005-17

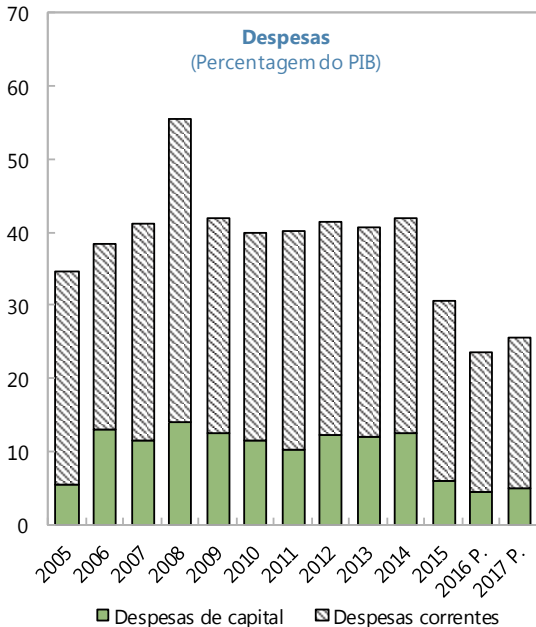
A produção de petróleo estabilizou.



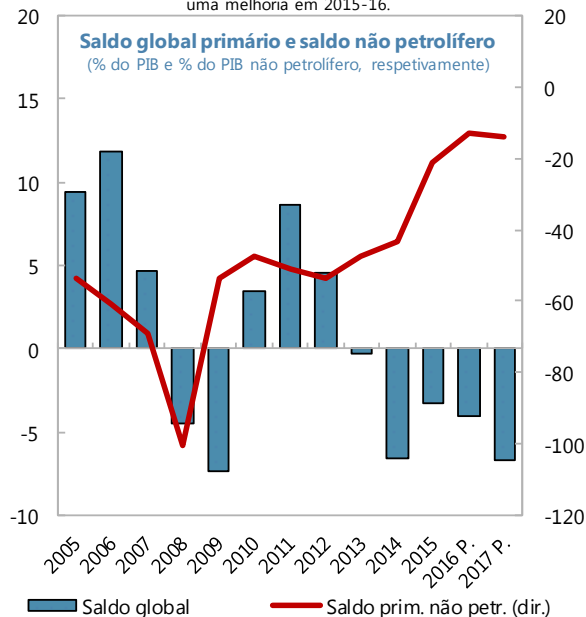
Prevê-se um ligeiro aumento das exportações e receitas do petróleo em 2017 devido à subida dos preços do petróleo...



...mas a despesa deverá aumentar em 2017, após os cortes acentuados em 2015-16



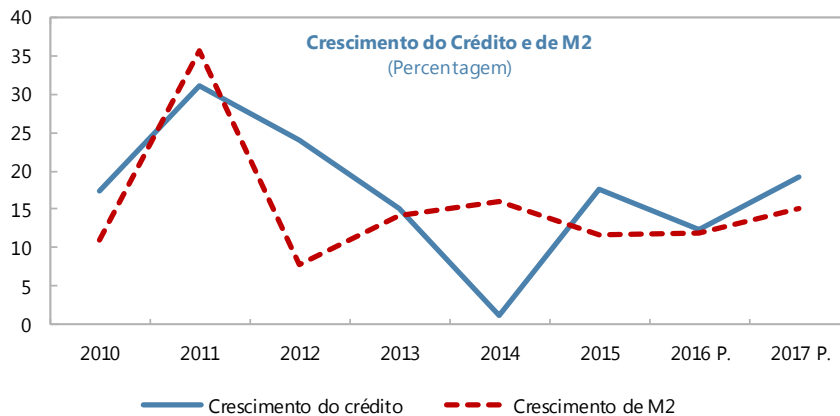
Por conseguinte, espera-se que o saldo orçamental e o saldo primário não petrolífero se deteriore em 2017 depois de uma melhoria em 2015-16.



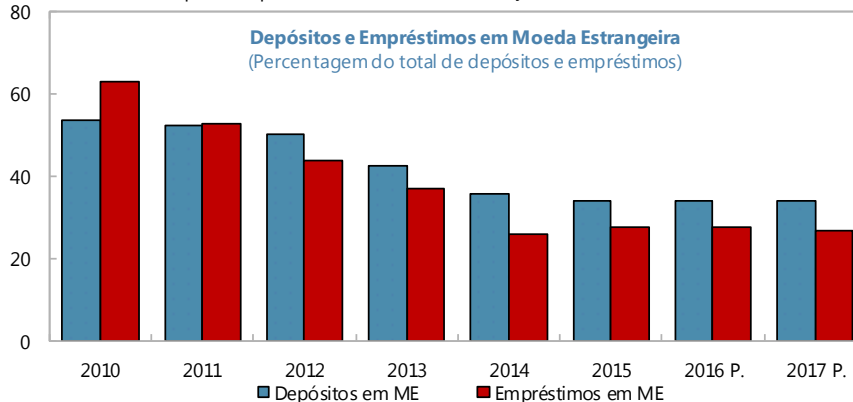
Fontes: Autoridades angolanas e estimativas do corpo técnico do FMI.

Figura 5. Angola: Evolução Monetária, 2010-17

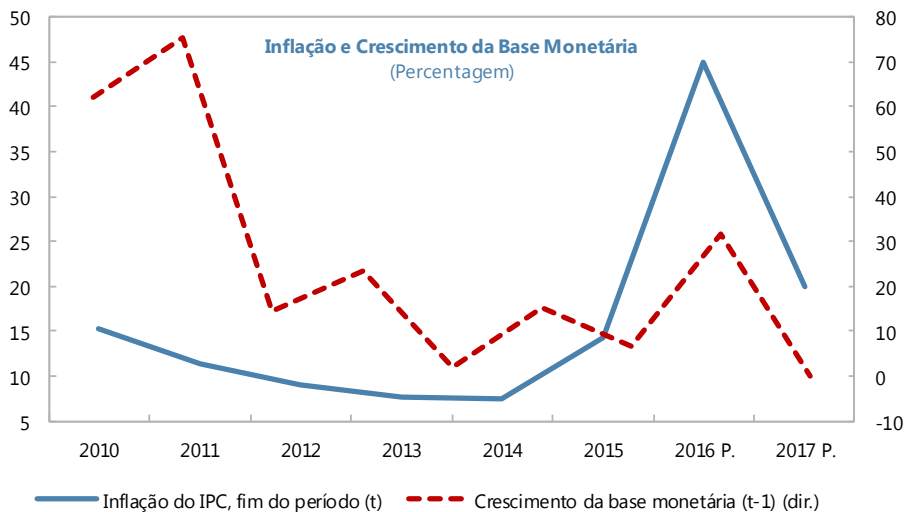
Espera-se que o crédito recupere em 2017, refletindo o crescimento mais elevado.



Espera-se que a tendência de desdolarização estabilize em 2016-17.



Espera-se que a inflação diminua para 20% em 2017, presumindo-se condições monetárias restritivas, nenhum outro aumento dos preços internos dos combustíveis e um kwanza estável.

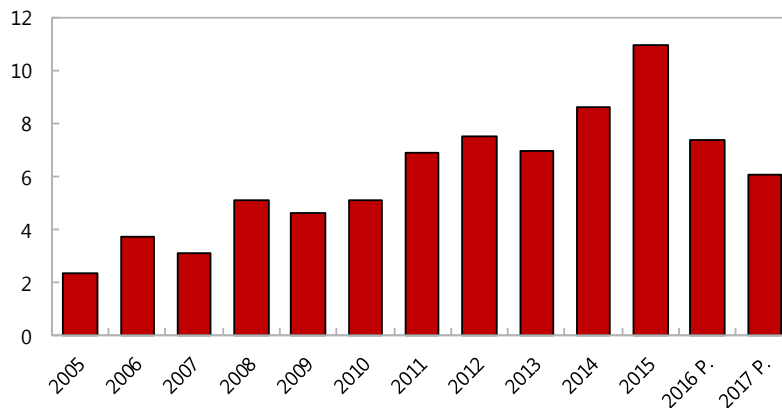


Fontes: Autoridades angolanas e cálculos do corpo técnico do FMI.

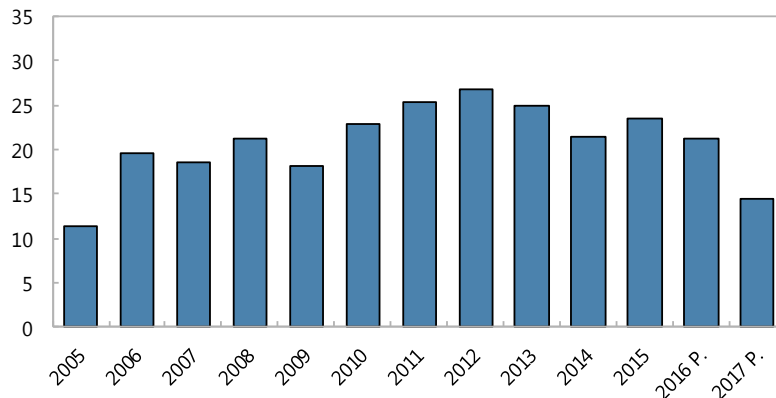
Figura 6. Angola: Evolução do Setor Externo, 2005-17

Espera-se que as reservas cambiais diminuam gradualmente devido a uma maior disponibilização de moeda estrangeira no mercado

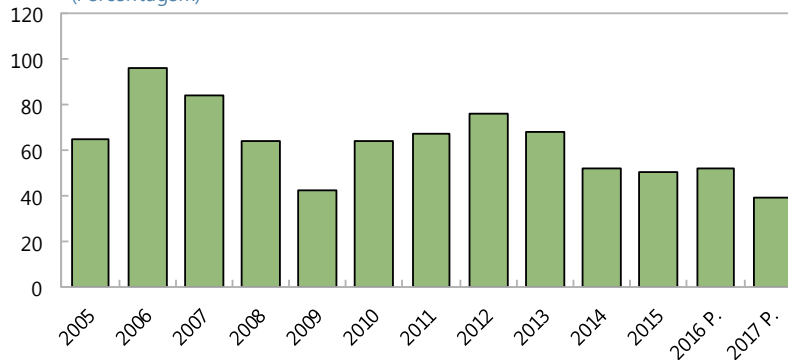
Reservas em relação aos meses de importação do próximo ano



Reservas em relação ao PIB (Porcentagem)



Reservas em relação a M2 (Porcentagem)



Fontes: Autoridades angolanas e cálculos do corpo técnico do FMI.

Figura 7. Angola: Matriz de Avaliação do Risco (julho de 2016)¹
Possíveis desvios em relação ao cenário de base

Fonte de Riscos	Probabilidade relativa	Prazo	Impacto em Angola	Reação de política
Desequilíbrios adicionais no mercado cambial , com uma procura muito superior à oferta num regime de taxa de câmbio muito controlada.	Média	Curto prazo	Elevado	<p>Maior flexibilidade cambial e aperto da política monetária, com uso moderado de reservas internacionais para atenuar a depreciação.</p> <p>Conduzir testes de stress nos bancos com cenários de riscos suficientemente adversos e elaborar planos de contingência para possíveis falências de bancos.</p>
Dificuldades em conter a despesa pública no período que antecede as eleições de 2017.	Média	Curto prazo	Elevado	<p>Monitorizar atentamente a execução do orçamento para evitar a recorrência da acumulação de atrasados de pagamentos internos.</p> <p>Maior flexibilidade cambial e aperto da política monetária.</p>
<p>Condições financeiras mundiais mais restritas e mais voláteis:</p> <ul style="list-style-type: none"> • Forte aumento dos prémios de risco com o efeito da fuga para a segurança: Os investidores abandonam classes de ativos de risco específicas à medida que reavaliam os riscos económicos e financeiros subjacentes nas grandes economias, ou reagem a uma restritividade imprevista da Reserva Federal e aos aumentos dos prémios de prazo nos EUA, com a baixa liquidez de mercado a exacerbar a volatilidade. O forte aumento das moedas seguras – em especial o dólar americano – cria pressões nos balanços dos devedores em ME. • Serviços financeiros reduzidos por parte de bancos globais/regionais: A perda adicional de serviços de correspondentes bancários limita os pagamentos transfronteiras, o financiamento do comércio e as remessas em economias emergentes e em desenvolvimento. 	Média	Curto prazo	Médio	<p>Adiar emissões adicionais de eurobonds até que os mercados internacionais de capitais estabilizem e continuar a desenvolver fontes de financiamento interno e financiamento externo alternativo.</p> <p>Melhor compreensão das tendências, impacto e causas através do reforço da compilação e análise de dados, melhorando o diálogo com o setor privado e os reguladores estrangeiros, desenvolvendo planos de contingência em coordenação com todos os intervenientes, melhorando ainda mais o quadro CBC/FT.</p>
Preços persistentemente mais baixos da energia , impulsionados por fatores do lado da oferta que se revertem mais gradualmente do que o esperado.	Baixa	Médio prazo	Elevado	<p>Aumentar as receitas fiscais não petrolíferas para alargar a margem de manobra orçamental; melhorar a eficiência da despesa orçamental no contexto de declínio do envelope orçamental global.</p> <p>Maior flexibilidade cambial e aperto da política monetária.</p>
Atrasos indevidos na resolução dos bancos com problemas , conduzindo a falências bancárias desordenadas e com possíveis efeitos secundários sobre o conjunto do sistema bancário.	Média	Médio prazo	Elevado	<p>Acelerar os planos de recapitalização e reestruturação dos bancos que necessitam de novos aportes de capital e/ou que enfrentam problemas de liquidez. Em particular, concluir o processo de recapitalização do BPC.</p>
Passivos contingentes do novo programa de apoio destinado a setores considerados como tendo um elevado potencial de substituição da importação e/ou de promoção da exportação	Média	Médio prazo	Médio	<p>Definir claramente a forma como a seleção de projetos é realizada e ter antecipadamente bem em conta os riscos de não reembolso dos recursos que serão repassados (<i>on-lent</i>). O seu progresso e implementação devem ser mais transparentes, devendo os respetivos custos ser divulgados no orçamento anual.</p>

¹ A Matriz de Avaliação do Risco (MAR) mostra eventos que podem alterar de forma material a trajetória de base (o cenário mais provável de se concretizar na perspetiva do corpo técnico do FMI). A probabilidade relativa refere-se à avaliação subjetiva do corpo técnico do FMI acerca dos riscos ao cenário de base ("baixa" = probabilidade abaixo dos 10%; "média" = probabilidade entre os 10% e 30% e "alta" = probabilidade entre os 30% e 50%). A MAR reflete a opinião do corpo técnico sobre a fonte de risco e o nível geral das preocupações no momento das discussões com as autoridades. Riscos não mutuamente exclusivos podem interagir e materializar-se conjuntamente. "Curto prazo" e "médio prazo" referem-se a riscos que se podem materializar em 1 ano e 3 anos, respetivamente.

Figura 8. Angola: Principais Recomendações da Consulta de 2015 ao abrigo do Artigo IV e Ponto da Situação

Área	Recomendação	Ponto da situação
Orçamental	Mobilizar receitas fiscais não petrolíferas adicionais	Em curso. As autoridades reforçaram os esforços de tributação não petrolífera, que incluem o alargamento da base tributária, a criação de uma agência de administração fiscal única, o reforço das inspeções fiscais e uma melhor aplicação da tributação de bens imóveis.
	Melhorar a eficiência da despesa pública	Em curso. As autoridades finalizaram e publicaram um manual para a avaliação de projetos; estão a monitorizar a execução física dos projetos; e suprimiram os projetos em fase de preparação que não estejam em conformidade com a legislação.
	Continuar a reduzir os subsídios às tarifas de eletricidade e água, adotando taxas sociais para proteger os pobres	Em curso. Em 2016, as tarifas de eletricidade aumentaram em cerca de 60% a 70%; e as tarifas de consumo de água em 50% sendo as taxas mais baixas cobradas aos segmentos mais pobres da população. Além disso, em 2015, Angola lançou o Projeto de Apoio à Proteção Social (APROSOC) com a assistência da UE e da UNICEF para reforçar o setor da assistência e da proteção social da população mais vulnerável.
	Adotar um quadro fiscal de médio prazo (QFMP) melhorado	Em curso. A assistência técnica do FMI está a ajudar as autoridades a desenvolver capacidades para trabalhar eficazmente com o QFMP com vista a dispor de legislação em matéria de responsabilidade orçamental nos próximos anos.
	Conceber adequadamente um fundo de estabilização fiscal	Não implementado.
	Melhorar os controlos da despesa	Em curso. Uma missão de assistência técnica do FAD sobre controlos internos concluiu que a grande maioria das recomendações anteriores do FMI foram adotadas ou estão em fase de implementação. Todavia, ainda existem atrasados de pagamentos internos principalmente devido a problemas de liquidez.
Monetária e financeira	Continuar a ajustar a taxa de câmbio, com o apoio de uma política monetária restritiva	Parcialmente implementado. A taxa de câmbio oficial depreciou-se em mais de 40% desde setembro de 2014, mas foi novamente fixada desde meados de abril de 2016. Simultaneamente, o desequilíbrio do mercado cambial permanece elevado situando-se o diferencial da taxa de câmbio paralela em cerca de 190% em novembro de 2016. O BNA tornou a política monetária mais restritiva, mas as taxas de juro de curto prazo continuam negativas em termos reais e o excesso de liquidez do setor bancário permanece volátil mas com uma tendência descendente em $\frac{1}{3}\%$ do PIB.

Figura 8. Angola: Principais Recomendações da Consulta de 2015 ao abrigo do Artigo IV e Ponto da Situação (conclusão)

	Reforçar o papel dos agregados monetários no quadro de política monetária, melhorando, simultaneamente, as previsões de inflação e a gestão de liquidez	Não implementado. O BNA não adotou uma âncora de política monetária clara, embora tenha estado a reforçar a sua capacidade analítica. Para adotar o regime de metas para o agregado monetário, a capacidade do BNA tem de continuar a melhorar. O FMI prestou assistência técnica em matéria do quadro de previsão da inflação do BNA.
	Aumentar a resiliência do setor financeiro, continuando a reforçar a supervisão bancária e os quadros de resolução, e acelerar os planos para reestruturar os bancos fracos	Em curso. As autoridades fizeram progressos constantes na implementação das recomendações do Programa de Avaliação do Setor Financeiro (FSAP) de 2012, em especial, relativas a governança, supervisão e mecanismo de resolução. No entanto, será necessário prosseguir o trabalho adicional para aumentar a eficácia de supervisão no que se refere à implementação de supervisão consolidada, análise da estabilidade sistémica e operacionalização de medidas corretivas imediatas e regulamentos relativos à assistência de liquidez de emergência e preparação para crises.
	Abordar as deficiências no regime de combate ao branqueamento de capitais e de repressão ao financiamento do terrorismo (CBC/FT)	Em curso. O país saiu com sucesso da lista cinzenta do Grupo de Ação Financeira. Contudo, perdeu recentemente a única RCB em USD restante. Os quadros jurídico, de supervisão e regulamentar necessitam de reformas adicionais.
	Aceitação das obrigações ao abrigo das Secções 2(a), 3 e 4 do Artigo VIII	Não implementado.
Diversificação	Melhorar o ambiente de negócios e a competitividade	Em curso. As autoridades têm investido fortemente em infraestruturas de energia, água, eletricidade e agricultura. Lançaram também um programa orientado para setores considerados como tendo um elevado potencial de substituição das importações e/ou de promoção das exportações. Contudo, estes esforços devem ser também complementados pelo investimento em capital humano e por uma abordagem mais contundente dos graves impedimentos de Angola à realização de negócios.

Tabela 1. Angola: Principais Indicadores Económicos, 2010-17

	2010	2011	2012	2013	2014	2015	2016	2017
						Prel.	Proj.	
Economia real (variação percentual, salvo indicação em contrário)								
Produto interno bruto real	3,4	3,9	5,2	6,8	4,8	3,0	0,0	1,3
Setor petrolífero	-3,0	-5,4	4,5	-1,1	-2,6	6,4	0,8	1,5
Setor não petrolífero	7,6	9,5	5,5	10,9	8,2	1,6	-0,4	1,3
Produto interno bruto nominal	26,6	29,0	12,6	9,5	3,4	-1,1	27,7	27,6
Setor petrolífero	27,6	36,7	8,4	-2,9	-10,7	-33,2	11,7	16,9
Setor não petrolífero	25,7	22,8	16,4	19,9	12,9	16,1	32,6	30,4
Deflator do PIB	22,4	24,2	7,1	2,5	-1,4	-4,0	27,7	25,9
Deflator do PIB não petrolífero	16,8	12,2	10,3	8,2	4,4	14,3	33,1	28,8
Preços no consumidor (média anual)	14,5	13,5	10,3	8,8	7,3	10,3	33,0	29,2
Preços no consumidor (fim do período)	15,3	11,4	9,0	7,7	7,5	14,3	45,0	20,0
Produto interno bruto (mil milhões de kwanzas)	7.580	9.780	11.011	12.056	12.462	12.321	15.729	20.072
Produto interno bruto petrolífero (mil milhões de kwanzas)	3.396	4.641	5.030	4.882	4.360	2.914	3.254	3.805
Produto interno bruto não petrolífero (mil milhões de kwanzas)	4.184	5.139	5.982	7.175	8.102	9.408	12.475	16.267
Produto interno bruto (mil milhões de USD)	82,5	104,1	115,3	124,9	126,8	103,0	96,2	121,0
Produto interno bruto per capita (USD)	3.599	4.412	4.745	4.989	4.916	3.876	3.514	4.294
Governo central (percentagem do PIB)								
Total da receita	43,5	48,8	45,9	40,2	35,3	27,3	19,5	18,9
<i>D/q</i> : Petrolífera	33,0	39,0	37,3	30,1	23,8	15,4	9,5	8,7
<i>D/q</i> : Receitas fiscais não petrolíferas	7,8	7,3	6,6	8,1	9,1	9,3	8,0	8,2
Total da despesa	40,0	40,2	41,3	40,5	41,9	30,6	23,6	25,6
Despesas correntes	28,6	30,0	29,0	28,5	29,4	24,7	19,1	20,7
Despesa de capital	11,4	10,2	12,3	12,0	12,5	6,0	4,5	5,0
Saldo orçamental global	3,4	8,7	4,6	-0,3	-6,6	-3,3	-4,1	-6,7
Saldo orçamental primário não petrolífero	-26,2	-26,9	-29,2	-28,2	-28,1	-15,9	-10,2	-11,5
Saldo orçamental primário não petrolífero (% do PIB não petrolífero)	-47,4	-51,1	-53,7	-47,4	-43,2	-20,9	-12,9	-14,1
Moeda e crédito (fim de período, variação percentual)								
Massa monetária (M2)	11,0	35,7	7,9	14,2	16,1	11,8	12,0	15,0
Percentagem do PIB	35,3	37,6	35,0	36,5	41,0	46,4	40,6	36,6
Velocidade (PIB não petrolífero/M2)	1,6	1,4	1,6	1,6	1,6	1,6	2,0	2,2
Crédito ao setor privado (variação percentual em 12 meses)	19,2	28,8	24,2	15,0	1,1	17,6	12,4	19,1
Balança de pagamentos								
Balança comercial (percentagem do PIB)	41,1	45,2	41,1	33,5	24,1	12,1	14,0	11,6
Exportações de bens, FOB (percentagem do PIB)	61,3	64,6	61,6	54,6	46,7	32,2	28,6	26,1
<i>D/q</i> : Exportações de petróleo e gás (percentagem do PIB)	59,8	63,0	60,4	53,6	45,5	31,0	27,3	25,0
Importações de bens, FOB (percentagem do PIB)	20,2	19,4	20,6	21,1	22,5	20,1	14,6	14,5
Termos de troca (variação percentual)	19,6	24,1	5,7	-1,8	-8,6	-41,6	-16,2	12,7
Saldo da conta corrente (percentagem do PIB)	9,1	12,6	12,0	6,7	-3,0	-10,0	-4,3	-6,1
Reservas internacionais brutas (fim de período, milhões de USD)	19.679	27.517	32.156	32.231	27.795	24.419	22.448	19.433
Reservas internacionais brutas (meses de import. do próximo ano)	5,4	7,2	7,8	7,2	8,8	11,0	8,1	6,8
Reservas internacionais líquidas (fim de período, milhões de USD)	18.797	26.323	30.828	31.172	27.276	24.266	20.416	17.416
Taxa de câmbio								
Taxa de câmbio oficial (média, kwanzas por USD)	91,9	93,9	95,5	96,5	98,3	119,7
Taxa de câmbio oficial (fim de período, kwanzas por USD)	92,6	95,3	95,8	97,6	102,9	135,3
Dívida (percentagem do PIB)								
Total da dívida (bruta) do setor público ¹	44,3	33,8	29,5	32,9	40,7	65,4	71,6	62,8
<i>D/q</i> : Sonangol	9,1	9,5	7,8	10,9	12,5	14,2	18,9	13,7
Petróleo								
Produção de petróleo (milhões de barris por dia)	1.758	1.660	1.730	1.716	1.672	1.780	1.789	1.821
Exportações de petróleo e gás (mil milhões de USD)	49,4	65,6	69,7	66,9	57,6	31,9	26,2	30,2
Preço do petróleo angolano (média, USD por barril)	76,5	108,7	110,9	107,7	96,9	50,0	40,5	46,0
Preço do petróleo Brent (média, USD por barril) ²	79,6	111,0	112,0	108,8	98,9	52,4	42,7	49,4
Preço do petróleo bruto (média dos 3 preços spot, USD por barril) ²	79,0	104,0	105,0	104,1	96,2	50,8	41,6	47,9

Fontes: Autoridades angolanas e estimativas e projeções do corpo técnico do FMI.

¹ Inclui a dívida da empresa petrolífera pública, Sonangol, que não é diretamente garantida pelo governo.² Projeções de 3 de novembro de 2016.

Tabela 2a. Angola: Demonstrativo das Operações do Governo Central, 2010-17
(Em mil milhões de kwanzas)

	2010	2011	2012	2013	2014	2015	2016	2017
						Prel.	Proj.	
Receitas	3.295	4.776	5.054	4.849	4.403	3.367	3.075	3.798
Impostos	3.094	4.528	4.826	4.602	4.098	3.042	2.762	3.399
Petrolíferos	2.500	3.817	4.103	3.630	2.970	1.898	1.498	1.751
Não petrolíferos	594	711	723	972	1.128	1.144	1.264	1.648
Contribuições sociais	76	90	107	121	87	151	156	203
Donativos	2	2	2	2	2	1	1	0
Outras receitas	123	156	120	124	216	173	156	195
Despesas	3.034	3.928	4.549	4.889	5.222	3.774	3.719	5.145
Despesas	2.166	2.935	3.193	3.440	3.667	3.038	3.010	4.150
Remuneração dos empregados	714	877	1.031	1.155	1.319	1.390	1.496	1.720
Uso de bens e serviços	625	1.037	1.305	1.231	1.248	787	510	1.035
Juros	90	95	105	99	149	248	464	717
Internos	27	56	68	59	88	143	186	397
Externos	63	38	37	40	62	106	277	320
Subsídios	507	766	548	710	668	278	200	290
Outras despesas	232	159	203	245	282	333	340	388
Aquisição líquida de ativos não financeiros	868	993	1.356	1.449	1.555	736	709	995
Aumento líquido de passivos	261	849	505	-40	-819	-407	-644	-1.347
Discrepância estatística	-106	96	-96	36	13	82	0	0
Aquisição líquida de ativos financeiros (+: aumento)	79	739	592	95	317	917	1.228	0
Internos	67	594	232	95	317	894	1.228	0
Numerário e depósitos	364	714	477	-21	-175	298	200	0
Ações e quotas de fundos de investimento	-1	0	8	0	514	249	407	...
Outras contas a receber	-297	-120	-253	116	-23	347
Empréstimo repassado, <i>onlending</i> (à Sonangol) ¹	622	...
Externos	13	145	361	0	0	23
Numerário e depósitos	13	145	361	0	0	23
Aumento líquido de passivos (+: aumento)	-288	-13	-9	171	1.149	1.407	1.872	1.347
Internos	-304	-64	-227	-12	712	1.115	1.219	586
Títulos da dívida	-78	-187	-415	-539	-17	726	1.219	586
Empréstimos	-68	-61	-68	15	234	-96
Outras contas a pagar	-158	184	256	512	494	485
Externos	16	51	218	183	438	292	653	761
Títulos da dívida	16	51	218	183	438	292	653	761
Desembolsos	154	186	384	380	732	589	1.400	1.445
Amortizações	-138	-135	-166	-197	-294	-297	-747	-685
Outras contas a pagar	0	0	0	0	0	0	0	0
Por memória:								
Saldo orçamental primário não petrolífero	-1.984	-2.627	-3.212	-3.400	-3.500	-1.965	-1.608	-2.299
Percentagem do PIB não petrolífero	-47,4	-51,1	-53,7	-47,4	-43,2	-20,9	-12,9	-14,1
Preço do petróleo angolano (média, USD por barril)	76,5	108,7	110,9	107,7	96,9	50,0	40,5	46,0
Gastos sociais	940	1.375	1.492	2.229	2.175	1.388
Dívida (bruta) do setor público, valor facial	3.357	3.306	3.247	3.963	5.067	8.063	11.264	12.611

Fontes: Autoridades angolanas e estimativas e projeções do corpo técnico do FMI.

¹Inclui desembolsos em 2016 no valor de USD 6,9 mil milhões do China Development Bank (CDB) repassados (*onlending*) pelo Governo Central à Sonangol. Em termos líquidos, isto equivale a cerca de USD 3,8 mil milhões dado que parte deste crédito se destina a refinarciar a dívida existente.

Tabela 2b. Angola: Demonstrativo das Operações do Governo Central, 2010-17
(Em percentagem do PIB)

	2010	2011	2012	2013	2014	2015	2016	2017
						Prel.	Proj.	
Receitas	43,5	48,8	45,9	40,2	35,3	27,3	19,5	18,9
Impostos	40,8	46,3	43,8	38,2	32,9	24,7	17,6	16,9
Petrolíferos	33,0	39,0	37,3	30,1	23,8	15,4	9,5	8,7
Não petrolíferos	7,8	7,3	6,6	8,1	9,1	9,3	8,0	8,2
Contribuições sociais	1,0	0,9	1,0	1,0	0,7	1,2	1,0	1,0
Donativos	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0
Outras receitas	1,6	1,6	1,1	1,0	1,7	1,4	1,0	1,0
Despesas	40,0	40,2	41,3	40,5	41,9	30,6	23,6	25,6
Despesas	28,6	30,0	29,0	28,5	29,4	24,7	19,1	20,7
Remuneração dos empregados	9,4	9,0	9,4	9,6	10,6	11,3	9,5	8,6
Uso de bens e serviços	8,2	10,6	11,9	10,2	10,0	6,4	3,2	5,2
Juros	1,2	1,0	1,0	0,8	1,2	2,0	2,9	3,6
Internos	0,4	0,6	0,6	0,5	0,7	1,2	1,2	2,0
Externos	0,8	0,4	0,3	0,3	0,5	0,9	1,8	1,6
Subsídios	6,7	7,8	5,0	5,9	5,4	2,3	1,3	1,4
Outras despesas	3,1	1,6	1,8	2,0	2,3	2,7	2,2	1,9
Aquisição líquida de ativos não financeiros	11,4	10,2	12,3	12,0	12,5	6,0	4,5	5,0
Aumento líquido de passivos	3,4	8,7	4,6	-0,3	-6,6	-3,3	-4,1	-6,7
Discrepância estatística	-1,4	1,0	-0,9	0,3	0,1	0,7	0,0	0,0
Aquisição líquida de ativos financeiros (+: aumento)	1,0	7,6	5,4	0,8	2,5	7,4	7,8	0,0
Internos	0,9	6,1	2,1	0,8	2,5	7,3	7,8	0,0
Numerário e depósitos	4,8	7,3	4,3	-0,2	-1,4	2,4	1,3	0,0
Ações e quotas de fundos de investimento	0,0	0,0	0,1	0,0	4,1	2,0	2,6	...
Outras contas a receber	-3,9	-1,2	-2,3	1,0	-0,2	2,8
Empréstimo repassado, <i>onlending</i> (à Sonangol) ¹	4,0	...
Externos	0,2	1,5	3,3	0,0	0,0	0,2
Numerário e depósitos	0,2	1,5	3,3	0,0	0,0	0,2
Aumento líquido de passivos (+: aumento)	-3,8	-0,1	-0,1	1,4	9,2	11,4	11,9	6,7
Internos	-4,0	-0,7	-2,1	-0,1	5,7	9,0	7,7	2,9
Títulos da dívida	-1,0	-1,9	-3,8	-4,5	-0,1	5,9	7,7	2,9
Empréstimos	-0,9	-0,6	-0,6	0,1	1,9	-0,8
Outras contas a pagar	-2,1	1,9	2,3	4,2	4,0	3,9
Externos	0,2	0,5	2,0	1,5	3,5	2,4	4,2	3,8
Títulos da dívida	0,2	0,5	2,0	1,5	3,5	2,4	4,2	3,8
Outras contas a pagar	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0
Por memória:								
Saldo orçamental primário não petrolífero	-26,2	-26,9	-29,2	-28,2	-28,1	-15,9	-10,2	-11,5
Receitas não petrolíferas	10,5	9,8	8,6	10,1	11,5	11,9	10,0	10,2
Gastos sociais	12,4	14,1	13,5	18,5	17,5	11,3
Dívida (bruta) do setor público, valor facial	44,3	33,8	29,5	32,9	40,7	65,4	71,6	62,8

Fontes: Autoridades angolanas e estimativas e projeções do corpo técnico do FMI.

¹Inclui desembolsos em 2016 no valor de USD 6,9 mil milhões do China Development Bank (CDB) repassados (*onlending*) pelo Governo Central à Sonangol. Em termos líquidos, isto equivale a cerca de USD 3,8 mil milhões dado que parte deste crédito se destina a refinarciar a dívida existente.

Tabela 2c. Angola: Demonstrativo das Operações do Governo Central, 2010-17
(Em percentagem do PIB não petrolífero)

	2010	2011	2012	2013	2014	2015	2016	2017
						Prel.	Proj.	
Receitas	78,8	92,9	84,5	67,6	54,3	35,8	24,6	23,3
Impostos	74,0	88,1	80,7	64,1	50,6	32,3	22,1	20,9
Petrolíferos	59,8	74,3	68,6	50,6	36,7	20,2	12,0	10,8
Não petrolíferos	14,2	13,8	12,1	13,6	13,9	12,2	10,1	10,1
Contribuições sociais	1,8	1,7	1,8	1,7	1,1	1,6	1,2	1,2
Donativos	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0
Outras receitas	3,0	3,0	2,0	1,7	2,7	1,8	1,2	1,2
Despesas	72,5	76,4	76,0	68,1	64,4	40,1	29,8	31,6
Despesas	51,8	57,1	53,4	47,9	45,3	32,3	24,1	25,5
Remuneração dos empregados	17,1	17,1	17,2	16,1	16,3	14,8	12,0	10,6
Uso de bens e serviços	14,9	20,2	21,8	17,2	15,4	8,4	4,1	6,4
Juros	2,1	1,8	1,8	1,4	1,8	2,6	3,7	4,4
Internos	0,6	1,1	1,1	0,8	1,1	1,5	1,5	2,4
Externos	1,5	0,7	0,6	0,6	0,8	1,1	2,2	2,0
Subsídios	12,1	14,9	9,2	9,9	8,2	3,0	1,6	1,8
Outras despesas	5,5	3,1	3,4	3,4	3,5	3,5	2,7	2,4
Aquisição líquida de ativos não financeiros	20,7	19,3	22,7	20,2	19,2	7,8	5,7	6,1
Aumento líquido de passivos	6,2	16,5	8,4	-0,6	-10,1	-4,3	-5,2	-8,3
Discrepância estatística	-2,5	1,9	-1,6	0,5	0,2	0,9	0,0	0,0
Aquisição líquida de ativos financeiros (+: aumento)	1,9	14,4	9,9	1,3	3,9	9,8	9,8	0,0
Internos	1,6	11,6	3,9	1,3	3,9	9,5	9,8	0,0
Numerário e depósitos	8,7	13,9	8,0	-0,3	-2,2	3,2	1,6	0,0
Ações e quotas de fundos de investimento	0,0	0,0	0,1	0,0	6,3	2,6	3,3	...
Outras contas a receber	-7,1	-2,3	-4,2	1,6	-0,3	3,7
Empréstimo repassado, <i>onlending</i> (à Sonangol) ¹	5,0	...
Externos	0,3	2,8	6,0	0,0	0,0	0,2
Numerário e depósitos	0,3	2,8	6,0	0,0	0,0	0,2
Aumento líquido de passivos (+: aumento)	-6,9	-0,3	-0,1	2,4	14,2	15,0	15,0	8,3
Internos	-7,3	-1,3	-3,8	-0,2	8,8	11,8	9,8	3,6
Títulos da dívida	-1,9	-3,6	-6,9	-7,5	-0,2	7,7	9,8	3,6
Empréstimos	-1,6	-1,2	-1,1	0,2	2,9	-1,0
Outras contas a pagar	-3,8	3,6	4,3	7,1	6,1	5,2
Externos	0,4	1,0	3,6	2,6	5,4	3,1	5,2	4,7
Títulos da dívida	0,4	1,0	3,6	2,6	5,4	3,1	5,2	4,7
Outras contas a pagar	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0
Por memória:								
Saldo orçamental primário não petrolífero	-47,4	-51,1	-53,7	-47,4	-43,2	-20,9	-12,9	-14,1
Receitas não petrolíferas	19,0	18,6	15,9	17,0	17,7	15,6	12,6	12,6
Gastos sociais	22,5	26,8	24,9	31,1	26,8	14,7
Dívida (bruta) do setor público, valor facial	80,2	64,3	54,3	55,2	62,5	85,7	90,3	77,5

Fontes: Autoridades angolanas e estimativas e projeções do corpo técnico do FML.

¹Inclui desembolsos em 2016 no valor de USD 6,9 mil milhões do China Development Bank (CDB) repassados (*onlending*) pelo Governo Central à Sonangol. Em termos líquidos, isto equivale a cerca de USD 3,8 mil milhões dado que parte deste crédito se destina a refinarciar a dívida existente.

Tabela 3. Angola: Contas Monetárias, 2010-17¹
(Em mil milhões de kwanzas, salvo indicação em contrário)

	2010	2011	2012	2013	2014	2015	2016	2017
						Prel.	Proj.	
Síntese Monetária								
Ativos externos líquidos	1.731	2.927	3.166	3.115	3.097	3.570	3.563	3.068
Ativos internos líquidos	947	746	687	1.283	2.013	2.141	2.833	4.286
Crédito (líquido) ao governo central	-223	-446	-942	-666	69	352	1.088	1.674
Crédito a outras sociedades financeiras	70	11	111	34	33	33	44	57
Crédito aos governos provinciais e locais	10	1	1	2	0	0	0	0
Crédito a outras unidades do setor público	70	87	84	72	62	82	109	142
Crédito ao setor privado	1.532	1.974	2.451	2.820	2.852	3.354	3.769	4.491
Outras rubricas (líquido) ²	-513	-882	-1.018	-979	-1.003	-1.680	-2.176	-2.077
Massa monetária (M3)	2.678	3.673	3.853	4.398	5.110	5.712	6.396	7.355
Moeda e quase-moeda (M2)	2.628	3.566	3.848	4.396	5.104	5.704	6.388	7.347
Moeda	868	1.168	1.291	1.747	2.245	2.644	2.962	3.398
Moeda em circulação	172	208	245	276	340	381	426	490
Depósitos à ordem em moeda nacional	696	959	1.046	1.471	1.905	2.264	2.535	2.908
Quase-moeda	451	642	756	900	1.167	1.258	1.409	1.616
Depósitos a prazo e de poupança em moeda nacional	451	642	756	900	1.167	1.258	1.409	1.616
Depósitos em moeda estrangeira	1.310	1.756	1.802	1.749	1.692	1.801	2.017	2.332
Instrumentos do mercado monetário e outros passivos	50	108	5	2	7	8	8	8
Autoridades Monetárias								
Ativos externos líquidos	1.700	2.589	3.017	3.097	2.904	3.361	3.314	2.819
Reservas internacionais líquidas	1.741	2.508	2.954	3.041	2.806	3.284	3.387	2.889
Aumento líquido de passivos	-41	81	63	56	99	78	-72	-70
Ativos internos líquidos	-897	-1.599	-2.010	-1.936	-1.667	-1.730	-1.683	-1.074
Crédito a outras sociedades de depósitos	57	86	55	1	108	223	466	559
Crédito (líquido) ao governo central	-625	-982	-1.339	-1.204	-964	-1.138	-1.447	-1.447
Crédito a outras unidades do setor público ³	0	0	0	0	0	0	0	0
Crédito ao setor privado	26	1	6	4	3	5	6	8
Outras rubricas (líquido) ²	-356	-704	-732	-738	-814	-820	-709	-195
Base monetária	803	989	1.007	1.160	1.238	1.631	1.631	1.745
Moeda em circulação	230	288	336	410	478	520	582	669
Depósitos dos bancos comerciais	573	702	671	750	760	1.112	1.049	1.076
Por memória:								
Base monetária (variação percentual) ⁴	14,3	23,2	1,8	15,2	6,7	31,8	0,0	7,0
Massa monetária (M3) (variação percentual)	5,3	37,1	4,9	14,1	16,2	11,8	12,0	15,0
Moeda e quase-moeda (M2) (variação percentual)	11,0	35,7	7,9	14,2	16,1	11,8	12,0	15,0
Crédito ao setor privado (variação percentual)	19,2	28,8	24,2	15,0	1,1	17,6	12,4	19,1
Rácio M2/PIB (em percentagem)	35,3	37,6	35,0	36,5	41,0	46,4	40,6	36,6
Rácio M2/PIB não petrolífero (em percentagem)	62,8	69,4	64,3	61,3	63,0	60,6	51,2	45,2
Multiplicador monetário (M2/base monetária)	3,3	3,6	3,8	3,8	4,1	3,5	3,9	4,2
Velocidade (PIB/M2)	2,9	2,7	2,9	2,7	2,4	2,2	2,5	2,7
Velocidade (PIB não petrolífero/M2)	1,6	1,4	1,6	1,6	1,6	1,6	2,0	2,2
Crédito ao setor privado (em percentagem do PIB)	20,2	20,2	22,3	23,4	22,9	27,2	24,0	22,4
Crédito real ao setor privado (variação percentual)	3,3	15,6	13,9	6,8	5,9	2,9	-22,5	-0,7
Depósitos em moeda estrangeira (parcela do total de depósitos)	53,3	52,3	50,0	42,5	35,5	33,8	33,8	34,0
Crédito em ME ao setor priv. (parcela do crédito total ao set. priv.)	62,8	52,6	43,7	37,0	26,0	27,6	27,6	26,9

Fontes: Autoridades angolanas e estimativas e projeções do corpo técnico do FMI.

¹ Fim de período.

² Inclui a valorização.

³ Inclui o crédito às empresas públicas e às administrações locais.

⁴ A taxa de crescimento muito elevada da base monetária em 2015 reflete a inclusão de uma parte das facilidades de depósito no BNA a partir de fevereiro de 2015. Se estes montantes fossem também incluídos no final de 2014, a taxa de crescimento da base monetária teria sido de 6%.

Tabela 4. Angola: Balança de Pagamentos, 2010-17
(Em milhões de USD, salvo indicação em contrário)

	2010	2011	2012	2013	2014	2015	2016	2017
						Prel.	Proj.	
Conta corrente	7.506	13.085	13.853	8.348	-3.748	-10.273	-4.102	-7.429
Balança comercial	33.928	47.082	47.376	41.903	30.590	12.489	13.433	13.986
Exportações, FOB	50.595	67.310	71.093	68.247	59.170	33.181	27.466	31.580
Petróleo bruto	48.629	64.539	68.871	65.611	56.364	31.394	25.784	29.725
Produtos petrolíferos refinados e gás	722	1.052	845	1.291	1.278	501	426	495
Diamantes	976	1.205	1.159	1.167	1.335	1.066	1.058	1.132
Outros	267	514	218	177	193	220	198	228
Importações, FOB	16.667	20.228	23.717	26.344	28.580	20.693	14.033	17.594
Serviços (líquido)	-17.897	-22.938	-21.339	-21.531	-23.276	-16.020	-11.390	-14.550
Recebimentos	857	732	780	1.316	1.681	1.256	1.156	1.139
Pagamentos	18.754	23.670	22.119	22.846	24.958	17.276	12.546	15.689
Rendimento primário (líquido)	-8.087	-9.697	-10.422	-9.900	-8.850	-5.908	-5.373	-5.891
Recebimentos	134	210	260	818	646	166	171	177
Pagamentos	8.221	9.907	10.682	10.718	9.495	6.074	5.545	6.068
Rendimento secundário (líquido)	-438	-1.362	-1.762	-2.123	-2.211	-834	-771	-973
Governo geral	-43	-64	-49	6	-34	-33	-24	-30
Outros	-395	-1.298	-1.714	-2.130	-2.177	-801	-748	-944
D/q: Transferências pessoais	-393	-231	-226	-372	-2.136	-747	-697	-880
Conta de capital	1	5	1	0	2	6	0	0
Conta financeira	1.646	4.019	8.886	8.203	487	-6.902	-252	-4.429
Investimento direto	4.568	5.116	9.639	13.164	2.331	-8.235	3.362	-641
Aquisição líquida de ativos financeiros	1.340	2.093	2.741	6.044	4.253	1.047	4.756	992
Aumento líquido de passivos	-3.227	-3.024	-6.898	-7.120	1.922	9.282	1.394	1.633
Investimento de carteira	271	52	200	100	11	-1.512	-19	-19
Outros investimentos	-3.192	-1.150	-953	-5.061	-1.855	2.846	-3.595	-3.768
Créditos comerciais e adiantamentos	2.089	1.061	-1.554	-2.294	-953	-2.025	-1.567	-1.862
Numerário e depósitos	-2.439	-2.039	3.540	3.429	5.343	4.204	3.454	483
Empréstimos	-1.638	-2.466	-1.659	-5.610	-6.217	687	-5.975	-2.370
Empréstimos de médio e longo prazo	-3.833	-3.259	-1.528	-5.668	-7.190	217	-6.661	-3.055
D/q: Governo central (líquido)	-173	-541	-2.283	-1.898	-4.451	-2.440	-239	-4.585
Empréstimos de curto prazo	2.196	793	-131	59	972	470	685	685
Outros	-1.205	2.293	-1.279	-586	-28	-20	493	-18
Erros e omissões	-235	-1.511	-462	199	336	354	0	0
Saldo global	5.626	7.560	4.506	344	-3.896	-3.010	-3.850	-3.000
Financiamento	-5.626	-7.560	-4.506	-344	3.896	3.010	3.850	3.000
Reservas internacionais líquidas das autoridades monetárias (aumento -)	-5.118	-7.527	-4.505	-344	3.896	3.010	3.850	3.000
D/q: Uso do crédito do FMI (programa de 2009)	530	318	137	-264	-480	-342	-121	-15
Financiamento excepcional	-508	-34	-1	0	0	0	0	0
Por memória:								
Conta corrente (percentagem do PIB)	9,1	12,6	12,0	6,7	-3,0	-10,0	-4,3	-6,1
Balança de bens e serviços (percentagem do PIB)	19,4	23,2	22,6	16,3	5,8	-3,4	2,1	-0,5
Balança comercial (percentagem do PIB)	41,1	45,2	41,1	33,5	24,1	12,1	14,0	11,6
Conta de capital e financeira (percentagem do PIB)	14,4	18,3	15,5	7,1	-5,8	-12,6	-8,3	-8,6
Saldo global (percentagem do PIB)	6,8	7,3	3,9	0,3	-3,1	-2,9	-4,0	-2,5
Donativos oficiais (percentagem do PIB)	-0,1	-0,1	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0
Exportações de bens, FOB (Variação percentual)	23,9	33,0	5,6	-4,0	-13,3	-43,9	-17,2	15,0
D/q: Exportações de petróleo e gás (var. percentual)	24,0	32,9	6,3	-4,0	-13,8	-44,7	-17,8	15,3
Importações de bens, FOB (Variação percentual)	-26,4	21,4	17,2	11,1	8,5	-27,6	-32,2	25,4
Termos de troca (variação percentual)	19,6	24,1	5,7	-1,8	-8,6	-41,6	-16,2	12,7
Exportações de bens, FOB (percentagem do PIB)	61,3	64,6	61,6	54,6	46,7	32,2	28,6	26,1
Importações de bens, FOB (percentagem do PIB)	20,2	19,4	20,6	21,1	22,5	20,1	14,6	14,5
Reservas internacionais brutas								
Milhões de USD	19.679	27.517	32.156	32.231	27.795	24.419	22.448	19.433
Meses das importações do próximo ano	5,4	7,2	7,8	7,2	8,8	11,0	8,1	6,8
Taxa de câmbio oficial (média, kwanzas por USD)	91,9	93,9	95,5	96,5	98,3	119,7

Fontes: Autoridades angolanas e estimativas e projeções do corpo técnico do FMI.

Tabela 5a. Angola: Cenário de Base Ilustrativo de Médio Prazo, 2010-21

	2010	2011	2012	2013	2014	2015	2016	2017	2018	2019	2020	2021
						Prel.				Proj.		
Economia real (variação percentual, salvo indicação em contrário)												
Produto interno bruto real	3,4	3,9	5,2	6,8	4,8	3,0	0,0	1,3	1,5	1,4	1,5	1,4
Setor petrolífero	-3,0	-5,4	4,5	-1,1	-2,6	6,4	0,8	1,5	1,6	0,0	0,3	-0,3
Setor não petrolífero	7,6	9,5	5,5	10,9	8,2	1,6	-0,4	1,3	1,5	2,0	2,0	2,0
Produto interno bruto nominal	26,6	29,0	12,6	9,5	3,4	-1,1	27,7	27,6	18,6	16,2	12,9	11,3
Setor petrolífero	27,6	36,7	8,4	-2,9	-10,7	-33,2	11,7	16,9	15,5	17,5	12,3	10,1
Setor não petrolífero	25,7	22,8	16,4	19,9	12,9	16,1	32,6	30,4	19,3	15,9	13,0	11,6
Deflator do PIB	22,4	24,2	7,1	2,5	-1,4	-4,0	27,7	25,9	16,8	14,6	11,2	9,8
Deflator do PIB não petrolífero	16,8	12,2	10,3	8,2	4,4	14,3	33,1	28,8	17,5	13,7	10,8	9,4
Preços no consumidor (média anual)	14,5	13,5	10,3	8,8	7,3	10,3	33,0	29,2	17,8	13,8	10,9	9,4
Preços no consumidor (fim do período)	15,3	11,4	9,0	7,7	7,5	14,3	45,0	20,0	16,0	12,0	10,0	9,0
Produto interno bruto (mil milhões de kwanzas)	7.580	9.780	11.011	12.056	12.462	12.321	15.729	20.072	23.804	27.665	31.234	34.764
Produto interno bruto petrolífero (mil milhões de kwanzas)	3.396	4.641	5.030	4.882	4.360	2.914	3.254	3.805	4.396	5.164	5.799	6.384
Produto interno bruto não petrolífero (mil milhões de kwanzas)	4.184	5.139	5.982	7.175	8.102	9.408	12.475	16.267	19.409	22.501	25.435	28.380
Produto interno bruto (mil milhões de USD)	82,5	104,1	115,3	124,9	126,8	103,0	96,2	121,0	134,4	139,7	145,0	150,3
Produto interno bruto per capita (USD)	3.599	4.412	4.745	4.989	4.916	3.876	3.514	4.294	4.630	4.674	4.708	4.739
Governo central (percentagem do PIB)												
Total da receita	43,5	48,8	45,9	40,2	35,3	27,3	19,5	18,9	19,0	19,1	19,2	19,2
D/q: Petrolífera	33,0	39,0	37,3	30,1	23,8	15,4	9,5	8,7	8,6	8,7	8,7	8,6
D/q: Receitas fiscais não petrolíferas	7,8	7,3	6,6	8,1	9,1	9,3	8,0	8,2	8,3	8,4	8,5	8,7
Total da despesa	40,0	40,2	41,3	40,5	41,9	30,6	23,6	25,6	23,5	22,9	22,3	21,8
Despesas correntes	28,6	30,0	29,0	28,5	29,4	24,7	19,1	20,7	19,0	18,4	17,8	17,4
Despesas de capital	11,4	10,2	12,3	12,0	12,5	6,0	4,5	5,0	4,5	4,5	4,5	4,5
Saldo orçamental global	3,4	8,7	4,6	-0,3	-6,6	-3,3	-4,1	-6,7	-4,5	-3,8	-3,1	-2,6
Saldo orçamental primário não petrolífero	-26,2	-26,9	-29,2	-28,2	-28,1	-15,9	-10,2	-11,5	-9,6	-8,7	-7,9	-7,2
Saldo orçamental primário não petrolífero (% do PIB não petrolífero)	-47,4	-51,1	-53,7	-47,4	-43,2	-20,9	-12,9	-14,1	-11,8	-10,7	-9,6	-8,8
Moeda e crédito (fim de período, variação percentual)												
Massa monetária (M2)	11,0	35,7	7,9	14,2	16,1	11,8	12,0	15,0	19,3	15,9	13,0	11,6
Percentagem do PIB	34,7	36,5	34,9	36,5	41,0	46,3	40,6	36,6	36,8	36,7	36,8	36,9
Velocidade (PIB/M2)	2,9	2,7	2,9	2,7	2,4	2,2	2,5	2,7	2,7	2,7	2,7	2,7
Velocidade (PIB não petrolífero/M2)	1,6	1,4	1,6	1,6	1,6	1,6	2,0	2,2	2,2	2,2	2,2	2,2
Crédito ao setor privado												
(variação percentual em 12 meses)	19,2	28,8	24,2	15,0	1,1	17,6	12,4	19,1	23,8	13,6	12,3	9,9
Percentagem do PIB	20,2	20,2	22,3	23,4	22,9	27,2	24,0	22,4	23,4	22,8	22,7	22,4
Percentagem do PIB não petrolífero	36,6	38,4	41,0	39,3	35,2	35,7	30,2	27,6	28,7	28,1	27,9	27,5
Balança de pagamentos												
Balança comercial (percentagem do PIB)	41,1	45,2	41,1	33,5	24,1	12,1	14,0	11,6	11,8	12,2	12,4	12,5
Exportações, FOB (percentagem do PIB)	61,3	64,6	61,6	54,6	46,7	32,2	28,6	26,1	25,4	25,7	25,5	25,3
D/q: Exportações de petróleo e gás (percentagem do PIB)	59,8	63,0	60,4	53,6	45,5	31,0	27,3	25,0	24,3	24,6	24,4	24,2
Importações, FOB (percentagem do PIB)	-20,2	-19,4	-20,6	-21,1	-22,5	-20,1	-14,6	-14,5	-13,6	-13,5	-13,2	-12,8
Termos de troca (variação percentual)	19,6	24,1	5,7	-1,8	-8,6	-41,6	-16,2	12,7	5,9	4,4	2,0	2,8
Saldo da conta corrente (percentagem do PIB)	9,1	12,6	12,0	6,7	-3,0	-10,0	-4,3	-6,1	-4,6	-4,2	-3,9	-3,5
Reservas internacionais brutas (fim de período, mil milhões de USD)	19,7	27,5	32,2	32,2	27,8	24,4	22,4	19,4	17,9	17,9	17,9	17,9
Reservas internacionais brutas (meses de import. do próximo ano)	5,4	7,2	7,8	7,2	8,8	11,0	8,1	6,8	6,0	6,0	5,9	5,8
Taxa de câmbio												
Taxa de câmbio oficial (média, kwanzas por USD)	91,9	93,9	95,5	96,5	98,3	119,7
Taxa de câmbio oficial (fim de período, kwanzas por USD)	92,6	95,3	95,8	97,6	102,9	135,3
Dívida (percentagem do PIB)												
Total da dívida (bruta) do setor público	44,3	33,8	29,5	32,9	40,7	65,4	71,6	62,8	63,8	63,8	63,8	63,7
Petróleo												
Produção de petróleo (milhões de barris por dia)	1.758	1.660	1.730	1.716	1.672	1.780	1.789	1.821	1.850	1.850	1.850	1.850
Exportações de petróleo e gás (mil milhões de USD)	49,4	65,6	69,7	66,9	57,6	31,9	26,2	30,2	32,7	34,4	35,4	36,3
Preço do petróleo angolano (média, USD por barril)	76,5	108,7	110,9	107,7	96,9	50,0	40,5	46,0	49,0	51,5	53,0	54,5
Preço do petróleo Brent (média, USD por barril)	79,6	111,0	112,0	108,8	98,9	52,4	42,7	49,4	52,7	55,4	57,0	58,5
Preço do petróleo bruto (média dos 3 preços spot, USD por barril)	79,0	104,0	105,0	104,1	96,2	50,8	41,6	47,9	51,1	53,9	55,4	56,7

Fontes: Autoridades angolanas e estimativas e projeções do corpo técnico do FMI.

Tabela 5b. Angola: Cenário Ativo Ilustrativo de Médio Prazo, 2010-21

	2010	2011	2012	2013	2014	2015	2016	2017	2018	2019	2020	2021
						Prel.				Proj.		
Economia real (variação percentual, salvo indicação em contrário)												
Produto interno bruto real	3,4	3,9	5,2	6,8	4,8	3,0	0,0	0,5	1,9	3,5	4,7	5,3
Setor petrolífero	-3,0	-5,4	4,5	-1,1	-2,6	6,4	0,8	1,5	1,6	0,0	0,3	-0,3
Setor não petrolífero	7,6	9,5	5,5	10,9	8,2	1,6	-0,4	0,0	2,0	5,0	6,5	7,5
Produto interno bruto nominal	26,6	29,0	12,6	9,5	3,4	-1,1	27,7	46,4	22,4	14,3	13,8	13,5
Setor petrolífero	27,6	36,7	8,4	-2,9	-10,7	-33,2	11,7	87,9	26,9	12,9	9,8	8,1
Setor não petrolífero	25,7	22,8	16,4	19,9	12,9	16,1	32,6	35,5	20,7	14,8	15,4	15,4
Deflator do PIB	22,4	24,2	7,1	2,5	-1,4	-4,0	27,7	45,7	20,1	10,4	8,8	7,8
Deflator do PIB não petrolífero	16,8	12,2	10,3	8,2	4,4	14,3	33,1	35,5	18,4	9,3	8,3	7,3
Preços no consumidor (média anual)	14,5	13,5	10,3	8,8	7,3	10,3	33,0	35,1	18,5	9,4	8,5	7,5
Preços no consumidor (fim do período)	15,3	11,4	9,0	7,7	7,5	14,3	45,0	30,0	10,0	9,0	8,0	7,0
Produto interno bruto (mil milhões de kwanzas)	7.580	9.780	11.011	12.056	12.462	12.321	15.729	23.022	28.170	32.189	36.643	41.578
Produto interno bruto petrolífero (mil milhões de kwanzas)	3.396	4.641	5.030	4.882	4.360	2.914	3.254	6.116	7.758	8.758	9.614	10.391
Produto interno bruto não petrolífero (mil milhões de kwanzas)	4.184	5.139	5.982	7.175	8.102	9.408	12.475	16.906	20.412	23.431	27.028	31.187
Produto interno bruto (mil milhões de USD)	82,5	104,1	115,3	124,9	126,8	103,0	96,2	86,3	90,1	95,9	102,6	110,5
Produto interno bruto per capita (USD)	3.599	4.412	4.745	4.989	4.916	3.876	3.514	3.064	3.105	3.207	3.332	3.483
Governo central (percentagem do PIB)												
Total da receita	43,5	48,8	45,9	40,2	35,3	27,3	19,5	21,5	22,0	22,7	23,1	22,8
D/q: Petrolífera	33,0	39,0	37,3	30,1	23,8	15,4	9,5	12,2	12,8	12,7	12,2	11,7
D/q: Receitas fiscais não petrolíferas	7,8	7,3	6,6	8,1	9,1	9,3	8,0	7,4	7,4	8,2	9,1	9,3
Total da despesa	40,0	40,2	41,3	40,5	41,9	30,6	23,6	23,6	21,9	21,5	21,5	21,1
Despesas correntes	28,6	30,0	29,0	28,5	29,4	24,7	19,1	19,2	17,4	16,4	15,5	14,6
Despesas de capital	11,4	10,2	12,3	12,0	12,5	6,0	4,5	4,3	4,5	5,1	6,0	6,5
Saldo orçamental global	3,4	8,7	4,6	-0,3	-6,6	-3,3	-4,1	-2,1	0,1	1,2	1,6	1,7
Saldo orçamental primário não petrolífero	-26,2	-26,9	-29,2	-28,2	-28,1	-15,9	-10,2	-9,2	-8,2	-7,2	-6,7	-6,2
Saldo orçamental primário não petrolífero (% do PIB não petrolífero)	-47,4	-51,1	-53,7	-47,4	-43,2	-20,9	-12,9	-12,6	-11,3	-9,9	-9,0	-8,3
Moeda e crédito (fim de período, variação percentual)												
Massa monetária (M2)	11,0	35,7	7,9	14,2	16,1	11,8	12,0	20,0	20,7	17,2	16,5	16,1
Percentagem do PIB	34,7	36,5	34,9	36,5	41,0	46,3	40,6	33,3	32,9	33,7	34,5	35,3
Velocidade (PIB/M2)	2,9	2,7	2,9	2,7	2,4	2,2	2,5	3,0	3,0	3,0	2,9	2,8
Velocidade (PIB não petrolífero/M2)	1,6	1,4	1,6	1,6	1,6	1,6	2,0	2,2	2,2	2,2	2,1	2,1
Crédito ao setor privado												
(variação percentual em 12 meses)	19,2	28,8	24,2	15,0	1,1	17,6	37,7	28,6	12,0	18,5	20,3	21,4
Percentagem do PIB	20,2	20,2	22,3	23,4	22,9	27,2	29,4	25,8	23,6	24,5	25,9	27,7
Percentagem do PIB não petrolífero	36,6	38,4	41,0	39,3	35,2	35,7	37,0	35,1	32,6	33,6	35,1	36,9
Balança de pagamentos												
Balança comercial (percentagem do PIB)	41,1	45,2	41,1	33,5	24,1	12,1	14,0	17,3	19,0	19,2	18,3	17,3
Exportações, FOB (percentagem do PIB)	61,3	64,6	61,6	54,6	46,7	32,2	28,6	36,6	37,9	37,5	36,3	34,8
D/q: Exportações de petróleo e gás (percentagem do PIB)	59,8	63,0	60,4	53,6	45,5	31,0	27,3	35,0	36,3	35,8	34,6	32,9
Importações, FOB (percentagem do PIB)	-20,2	-19,4	-20,6	-21,1	-22,5	-20,1	-14,6	-19,3	-18,9	-18,3	-18,0	-17,5
Termos de troca (variação percentual)	19,6	24,1	5,7	-1,8	-8,6	-41,6	-16,2	12,7	5,9	4,4	2,0	2,8
Saldo da conta corrente (percentagem do PIB)	9,1	12,6	12,0	6,7	-3,0	-10,0	-4,3	-6,2	-4,0	-3,1	-3,6	-3,8
Reservas internacionais brutas (fim de período, mil milhões de USD)	19,7	27,5	32,2	32,2	27,8	24,4	22,4	18,4	16,9	17,3	17,8	18,3
Reservas internacionais brutas (meses de import. do próximo ano)	5,4	7,2	7,8	7,2	8,8	11,0	8,6	6,9	6,1	6,0	5,9	5,9
Taxa de câmbio												
Taxa de câmbio oficial (média, kwanzas por USD)	91,9	93,9	95,5	96,5	98,3	119,7
Taxa de câmbio oficial (fim de período, kwanzas por USD)	92,6	95,3	95,8	97,6	102,9	135,3
Dívida (percentagem do PIB)												
Total da dívida (bruta) do setor público	44,3	33,8	29,5	32,9	40,7	65,4	90,8	81,6	71,7	65,8	59,6	53,3
Petróleo												
Produção de petróleo (milhões de barris por dia)	1.758	1.660	1.730	1.716	1.672	1.780	1.789	1.821	1.850	1.850	1.850	1.850
Exportações de petróleo e gás (mil milhões de USD)	49,4	65,6	69,7	66,9	57,6	31,9	26,2	30,2	32,7	34,4	35,4	36,3
Preço do petróleo angolano (média, USD por barril)	76,5	108,7	110,9	107,7	96,9	50,0	40,5	46,0	49,0	51,5	53,0	54,5
Preço do petróleo Brent (média, USD por barril)	79,6	111,0	112,0	108,8	98,9	52,4	42,7	49,4	52,7	55,4	57,0	58,5
Preço do petróleo bruto (média dos 3 preços spot, USD por barril)	79,0	104,0	105,0	104,1	96,2	50,8	41,6	47,9	51,1	53,9	55,4	56,7

Fontes: Autoridades angolanas e estimativas e projeções do corpo técnico do FMI.

Tabela 6. Angola: Indicadores de Estabilidade Financeira, Dezembro de 2012 – Setembro de 2016
(Porcentagem)

	Dez-12	Mar-13	Jun-13	Set-13	Dez-13	Mar-14	Jun-14	Set-14	Dez-14	Mar-15	Jun-15	Set-15	Dez-15	Mar-16	Jun-16	Jul-16	Ago-16	Set-16
Adequação dos fundos próprios																		
Fundos próprios de base/ativos ponderados pelo risco	18,3	18,6	18,0	18,0	19,5	22,5	22,0	21,0	19,9	21,2	19,7	18,8	19,8	19,3	18,2	18,3	18,2	18,7
Fundos próprios de base (tier 1)/ativos ponderados pelo risco	13,6	13,7	13,7	12,9	14,3	16,4	15,9	14,9	13,9	15,2	14,3	13,7	13,8	13,6	12,8	12,9	12,9	13,4
Qualidade dos ativos																		
Créditos em moeda estrangeira/total do crédito	42,7	41,4	41,3	40,6	37,8	36,9	34,9	31,6	27,4	27,7	31,0	32,8	30,8	34,7	33,8	33,6	32,9	32,9
Crédito mal parado/total do crédito ¹	6,8	5,5	6,3	6,1	9,7	5,4	6,1	7,0	11,7	13,0	13,8	13,2	11,6	12,9	13,3	13,3	15,1	15,2
Distribuição setorial do crédito																		
Crédito ao setor privado/total do crédito	45,9	47,0	47,6	44,8	45,7	45,1	44,9	45,4	42,4	40,8	40,3	42,0	42,1	40,4	39,8	40,1	40,4	40,7
Crédito ao governo/ativos internos brutos	16,1	16,1	15,6	17,1	19,2	20,4	20,7	23,7	26,2	28,2	29,6	28,8	29,4	31,1	32,6	33,7	34,0	34,2
Lucros e rentabilidade																		
Rendibilidade do ativo (ROA)	1,6	1,4	0,6	1,7
Rendibilidade do capital (ROE)	12,5	10,9	5,0	12,9
Total dos custos/total dos rendimentos	99,4	99,7	99,7	99,5	99,6	99,9	99,9	100,0	99,9	99,8	99,7	99,8	99,8	99,8	99,8	99,8	99,9	99,8
Taxa de juro nos empr. - taxa de juro nos dep. à vista (diferencial)	13,3	7,5	13,5	12,9	13,9	12,4	15,1	15,0	14,9	14,1	14,1	...	9,9	16,7	19,1	22,6	22,6	22,5
Taxa de juro sobre a poupança	7,0	6,7	7,2	5,5	4,1	4,9	5,0	5,0	4,9	5,2	5,5	...	3,5	5,0	5,0	4,6	5,0	5,1
Liquidez																		
Ativos líquidos/total do ativo	26,3	25,9	28,8	28,2	30,1	30,6	32,2	30,5	33,9	39,3	42,3	40,4	39,7	38,8	40,8	40,5	41,6	41,3
Ativos líquidos/passivo de curto prazo	33,7	33,7	37,2	35,8	36,9	37,3	39,7	37,7	43,3	50,4	54,1	52,5	50,6	49,9	51,5	51,8	52,7	52,3
Total do crédito/total de depósitos	65,5	66,8	63,5	64,3	63,3	62,1	62,5	69,3	59,9	58,8	56,0	58,4	59,0	57,1	56,1	56,6	57,1	57,6
Passivos em moeda estrangeira/total do passivo	50,7	38,5	50,5	45,6	43,0	41,4	41,4	37,8	33,1	32,2	33,0	34,7	33,6	35,8	34,7	34,4	33,7	33,8
Sensibilidade e variações do mercado²																		
Posição aberta líquida em ME/fundos próprios ³	11,9	11,7	11,0	23,7	21,9	24,9	27,9	30,9	33,9	36,9	37,9	38,9	39,9
Número de bancos declarantes durante o período	22	22	22	22	22	23	23	23	23	24	25	25	28	28	27	27	27	27

Fontes: Autoridades angolanas e estimativas do corpo técnico do FMI

¹ A variação nesse rácio entre set. 2014 e dez. 2014 foi causada pelo forte aumento de crédito mal parado devido à reestruturação e ajustamento da carteira de empréstimos do BESA por determinação do BNA.

² Com base na informação prestada pelo Departamento de Supervisão de Instituições Financeiras do Banco Nacional de Angola.

³ Números positivos indicam uma posição longa em dólares americanos.

Tabela 7. Angola: Dívida Externa e Pública, 2010-21

	2010	2011	2012	2013	2014	2015	2016	2017	2018	2019	2020	2021
						Prel.				Proj.		
Dívida (Mil milhões de USD)												
Total da dívida privada	n.d.	n.d.	n.d.	n.d.	n.d.	n.d.	n.d.	n.d.	n.d.	n.d.	n.d.	n.d.
Total da dívida pública	36,2	34,7	33,9	40,6	49,3	59,6	67,9	76,0	80,4	85,1	89,1	92,6
Curto prazo	4,5	4,1	2,5	3,4	4,0	3,3	2,9	3,1	2,8	2,6	2,3	2,2
Médio e longo prazo	31,8	30,6	31,3	37,3	45,2	56,3	65,0	72,9	77,6	82,5	86,8	90,4
Interna	19,2	14,4	12,2	11,2	14,6	22,7	27,0	30,6	31,7	32,9	34,1	35,1
Curto prazo	4,4	4,0	2,4	3,3	3,9	3,2	2,7	3,0	2,7	2,4	2,2	2,0
Médio e longo prazo	14,9	10,5	9,8	7,9	10,7	19,6	24,3	27,6	29,0	30,5	31,9	33,1
Externa	17,0	20,3	21,7	29,5	34,7	36,9	40,9	45,4	48,7	52,2	55,0	57,5
Curto prazo	0,1	0,1	0,1	0,1	0,1	0,1	0,1	0,1	0,1	0,1	0,2	0,2
Médio e longo prazo	16,9	20,2	21,6	29,4	34,6	36,8	40,7	45,3	48,6	52,0	54,9	57,4
<i>D/q: Sonangol</i>	7,5	9,7	8,9	13,4	15,2	12,9	17,9	16,6	15,6	15,1	15,1	15,1
Dívida (Porcentagem do PIB)												
Total da dívida privada	n.d.	n.d.	n.d.	n.d.	n.d.	n.d.	n.d.	n.d.	n.d.	n.d.	n.d.	n.d.
Total da dívida pública	44,3	33,8	29,5	32,9	40,7	65,4	71,6	62,8	63,8	63,8	63,8	63,7
Curto prazo	5,5	4,0	2,2	2,7	3,3	3,6	3,0	2,6	2,2	1,9	1,7	1,5
Médio e longo prazo	38,8	29,8	27,3	30,1	37,3	61,8	68,6	60,3	61,5	61,9	62,1	62,2
Interna	23,5	14,1	10,6	9,0	12,0	25,0	28,5	25,3	25,2	24,7	24,4	24,1
Curto prazo	5,3	3,9	2,1	2,6	3,2	3,5	2,9	2,5	2,1	1,8	1,6	1,4
Médio e longo prazo	18,2	10,2	8,5	6,4	8,8	21,5	25,6	22,8	23,0	22,9	22,8	22,7
Externa	20,8	19,7	18,9	23,8	28,6	40,5	43,1	37,6	38,6	39,1	39,4	39,6
Curto prazo	0,1	0,1	0,1	0,1	0,1	0,1	0,1	0,1	0,1	0,1	0,1	0,1
Médio e longo prazo	20,7	19,6	18,8	23,8	28,5	40,4	43,0	37,4	38,5	39,0	39,3	39,5
<i>D/q: Sonangol</i>	9,1	9,5	7,8	10,9	12,5	14,2	18,9	13,7	12,4	11,3	10,8	10,4

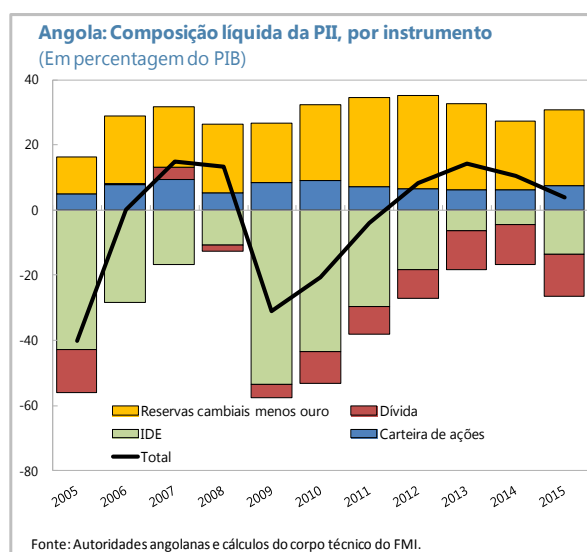
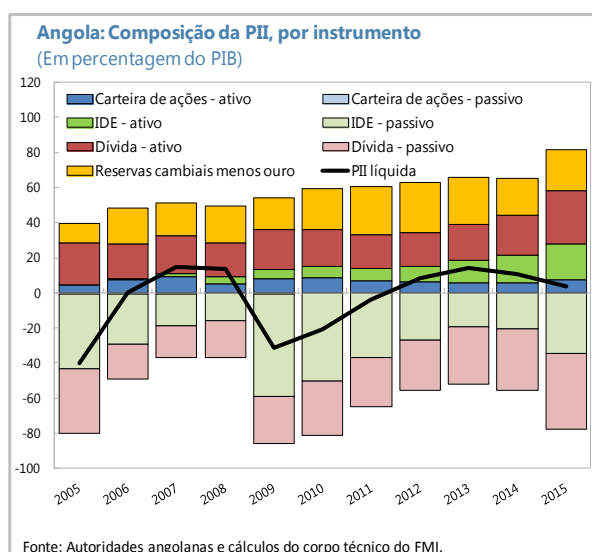
Fontes: Autoridades angolanas e estimativas e projeções do corpo técnico do FMI.

Apêndice I. Angola: Atualização da Avaliação do Equilíbrio Externo

A posição externa de Angola em 2015 foi consideravelmente mais fraca do que o indicado pelos fundamentos de médio prazo embora, em determinada medida, esta posição esteja a ser reforçada em 2016. Surgiram, igualmente, grandes desequilíbrios no mercado cambial num contexto de baixas receitas das exportações. Embora o nível ainda confortável de reservas internacionais de Angola continue a ajudar a conter os riscos de curto prazo para o balanço patrimonial, é necessário continuar o ajustamento de políticas para reforçar ainda mais a posição externa. Uma política orçamental mais restritiva deve ser implementada de forma gradual, e uma maior flexibilidade cambial apoiada por uma política monetária restritiva será fundamental para abordar de forma ordenada os desequilíbrios cambiais, ao passo que reformas estruturais serão necessárias para melhorar a competitividade externa.

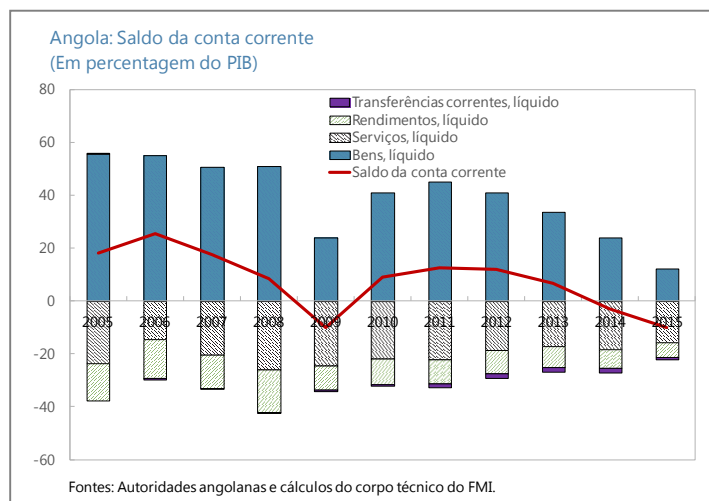
A. Balanços Externos

A posição de investimento internacional líquida (PIIL) de Angola era positiva em cerca de 4% do PIB no final de 2015, principalmente devido ao elevado nível de ativos de reservas oficiais. A contribuição negativa da dívida tem aumentado, o que reflete um maior endividamento externo do setor público. Os défices da conta corrente projetados no médio prazo no contexto de preços internacionais do petróleo baixos implicam que a PIIL continuará a descer, embora se preveja que os riscos de curto prazo para o balanço patrimonial permanecerão contidos devido ao nível confortável das reservas internacionais.



B. Conta corrente

A conta corrente de Angola deteriorou-se para um défice de 10% do PIB em 2015, refletindo a queda prolongada dos preços internacionais do petróleo e exportações não petrolíferas limitadas. Em particular, o excedente comercial diminuiu de 33½% do PIB em 2013, antes do declínio dos preços do petróleo, para 12% do PIB em 2015 dado que o valor das exportações de petróleo desceu para metade durante o mesmo período. Estima-se que o défice da conta corrente tenha melhorado para 4¼% do PIB em 2016 devido à compressão das importações em consequência da restrição orçamental em curso e do racionamento cambial por parte do BNA. No cenário de base, melhorias adicionais do défice da conta corrente no médio prazo serão limitadas por uma taxa de câmbio sobrevalorizada. Consequentemente, projeta-se que o défice da conta corrente diminua somente para 3¾% do PIB em 2021 apesar da esperada recuperação modesta nos preços internacionais do petróleo e das melhorias do saldo orçamental.



O corpo técnico avalia que a conta corrente de Angola em 2015 tenha sido bastante mais fraca do que o nível consistente com os fundamentos de médio prazo e as políticas desejáveis. A avaliação *EBA-lite* do equilíbrio externo estima uma norma de conta corrente ajustada em termos cíclicos de cerca de 0,2% do PIB e um desfasamento da conta corrente de cerca de -8¾% do PIB.¹ A *EBA-lite* ajustada (*EBA-lite* do petróleo), estimada com base numa amostra de economias dependentes do petróleo,² aponta um desfasamento da conta corrente relativamente menor (cerca de -7½% do PIB) com uma norma da conta corrente de cerca de -0,3% do PIB. O desfasamento pode estreitar-se este ano para cerca de -3% do PIB devido à melhoria esperada do saldo da conta corrente.

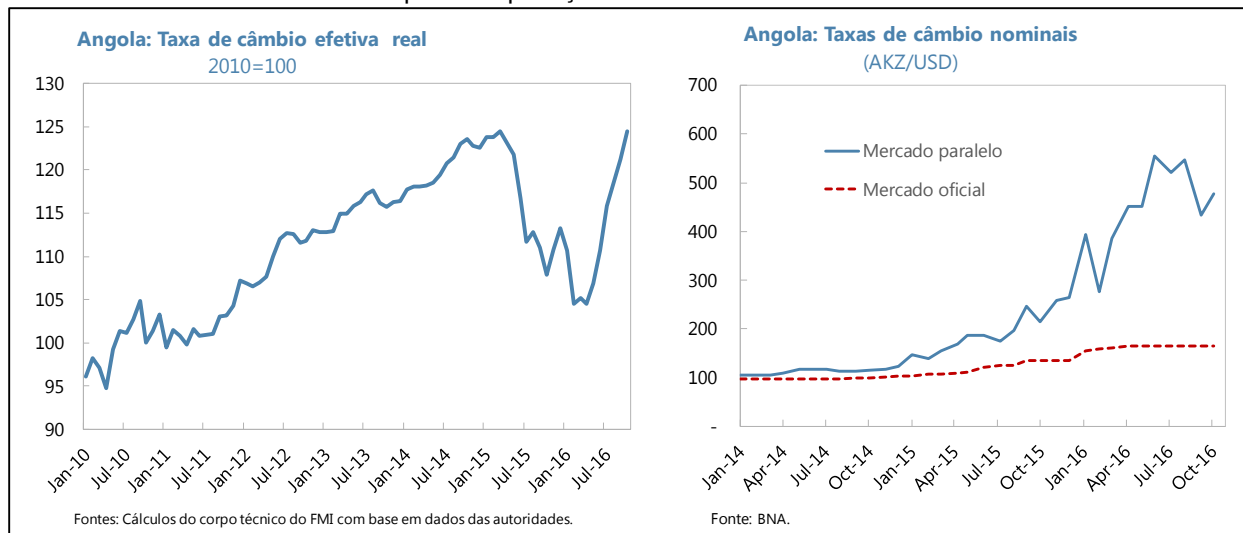
C. Taxa de Câmbio e Competitividade

Apesar da considerável (22%) depreciação da taxa de câmbio oficial nominal média face ao USD, a taxa de câmbio efetiva real (TCER) média depreciou-se apenas 3% em 2015, devido à elevada inflação em Angola face aos seus parceiros comerciais e à depreciação das moedas de outros parceiros comerciais face ao USD. Entretanto, a taxa de câmbio nominal média no mercado paralelo depreciou-se 70%, o que reflete vendas muito reduzidas de moeda estrangeira pelo BNA em consequência da queda acentuada das exportações de petróleo e das restrições impostas pelo BNA,

¹ Os resultados devem ser interpretados com cautela uma vez que grande parte do desfasamento reflete os resíduos da regressão.

² Behar, Alberto e Armand Fouejieu (2016). *External Adjustment in Oil Exporters: The Role of Fiscal Policy and the Exchange Rate*. IMF Working Paper: WP/16/107.

o que conduziu a um alargamento do diferencial entre as taxas de câmbio paralelas e oficiais para cerca de 100% no final de 2015 por comparação a 55% no ano anterior.



As estimativas *EBA-lite* mostram que a sobrevalorização da TCER média em 2015 variou entre 8%, com base na regressão da TCER, e 42%, com base na regressão da conta corrente. O resultado da regressão da conta corrente da *EBA-lite* do petróleo mostra uma sobrevalorização da TCER superior (54%) devido a uma menor elasticidade da conta corrente a alterações na TCER.³ O facto de todas as estimativas apontarem para sobrevalorização, apesar das variações na dimensão estimada da sobrevalorização que refletem incertezas nos métodos de estimativa, são consistentes com um diferencial positivo entre as taxas de câmbio dos mercados paralelo e oficial, embora o diferencial muito elevado e volátil indique provavelmente o facto de o mercado paralelo ser ainda estreito. Não obstante uma depreciação de 39% em termos homólogos da taxa de câmbio nominal oficial face ao USD, a TCER depreciou-se apenas cerca de 4¾%, em termos homólogos, no período entre janeiro e outubro de 2016 devido à elevada inflação em Angola.

Embora isto possa ter corrigido alguns desfasamentos da TCER observados em 2015, a dinâmica da TCER no segundo semestre do ano indica que é provável que estes ganhos tenham desaparecido no final de 2016.⁴

Angola: Avaliação da conta corrente e da TCER, 2015			
	Modelo de conta corrente - padrão 1/	Modelo de conta corrente - ajustado 1/ 2/	Modelo TCER
Conta corrente efetiva	-10,0	Conta corrente efetiva	-10,0
Norma de conta corrente	-1,2	Norma de conta corrente	-2,4
Desfasamento de conta corrente	-8,8	Desfasamento de conta corrente	-7,6
<i>D/q</i> Desfasamento de política	-2,0	<i>D/q</i> Desfasamento de política	-2,1
Elasticidade	-0,21	Elasticidade	-0,14
Desfasamento TCER	41,7	Desfasamento TCER	53,8
			7,9

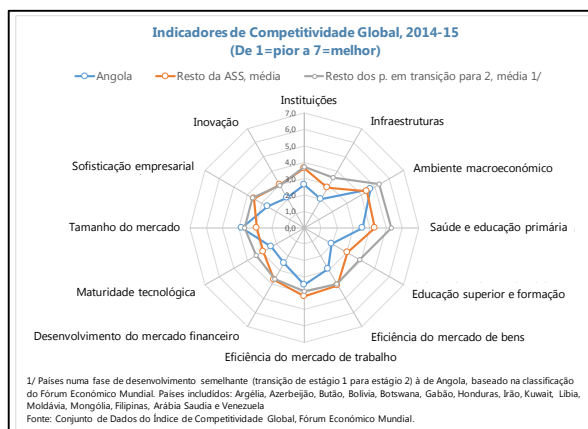
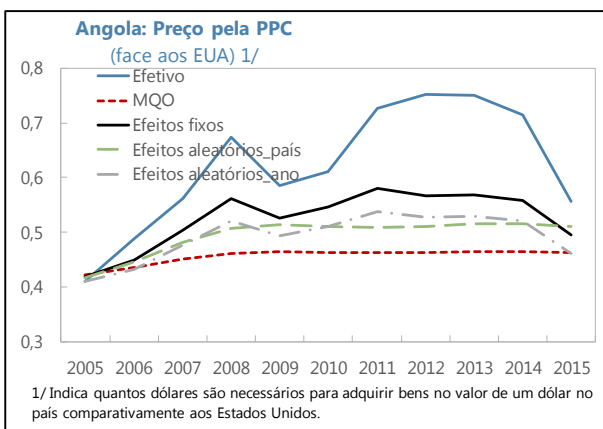
1/ Os valores da conta corrente são em percentagem do PIB.
2/ Usando a metodologia desenvolvida por Behar, Alberto e Armand, Fouejieu (2016). *External Adjustment in Oil Exporters: The Role of Fiscal Policy and the Exchange Rate*. IMF Working Paper: WP/16/107.

³ O método da *EBA-lite* do petróleo pressupõe uma elasticidade da conta corrente relativamente à TCER de 0,14 face a 0,21 usado no método *EBA-lite* normal.

⁴ A TCER registou uma apreciação de 20% entre abril e outubro de 2016 dado que a taxa de câmbio oficial nominal foi fixada no contexto da inflação elevada. No mesmo período, a taxa de câmbio do mercado paralelo manteve-se, em geral, estável.

Existem indicações recentes, contudo, de que os esforços em curso das autoridades para deter a inflação através do controlo do crescimento da base monetária e do aumento da provisão de moeda estrangeira podem ter começado a ser eficazes, dado que a inflação mensal está a diminuir.

Outros indicadores da competitividade baseados nos preços e estruturais também apontam para a necessidade de ajustamento da TCER e de reformas estruturais para melhorar a competitividade externa. Por exemplo, a paridade do poder de compra (PPC) ajustada de Angola é superior em 8% a 20%⁵ ao nível previsto pelo seu rendimento per capita face ao rendimento per capita dos EUA.⁶ Além disso, a classificação da competitividade de Angola no Relatório de Competitividade Global de 2014-15 foi inferior à classificação média para a África Subsariana e de um grupo de países com uma estrutura económica similar à de Angola, praticamente em todos os setores, à exceção da dimensão do mercado. Limitações específicas à realização de negócios, identificadas pelo relatório,⁷ incluem o acesso a financiamento, mão-de-obra com formação inadequada, provisão inadequada de infraestruturas e corrupção.



D. Fluxos de Capital e Medidas de Política

O défice da conta corrente de Angola é financiado, em grande medida, por crédito de longo prazo, principalmente pelo setor público e por investimento direto estrangeiro (IDE). Uma grande parte dos fluxos de IDE para (de) Angola refletem as gestões de liquidez por parte das empresas petrolíferas no contexto da ausência de mercados de capitais locais. Por conseguinte, os fluxos de entrada líquida de IDE tendem a mover-se em contraciclo com o preço do petróleo. Quando o preço do petróleo cai, as empresas residentes (predominantemente a Sonangol) reduzem o seu investimento no estrangeiro e as empresas petrolíferas não residentes obtêm financiamento dos

⁵ Dependendo do método de estimativa das regressões.

⁶ Com base na regressão em painel da paridade do poder de compra ajustada relativamente aos EUA, em termos de PIB per capita, relativamente aos EUA, com uma amostra de 184 países e 16 anos (2000-2015).

⁷ [The Global Competitiveness Report 2014-2015](#).

seus depósitos no estrangeiro, dando origem a um aumento de fluxos de entrada de IDE (como em 2009, 2014 e 2015). Por outro lado, os fluxos de saída de IDE aumentam quando o preço do petróleo aumenta (por ex., em 2010-13) dado que as detenções de ativos estrangeiros de residentes aumentam e as empresas petrolíferas não residentes aumentam os seus depósitos no estrangeiro.

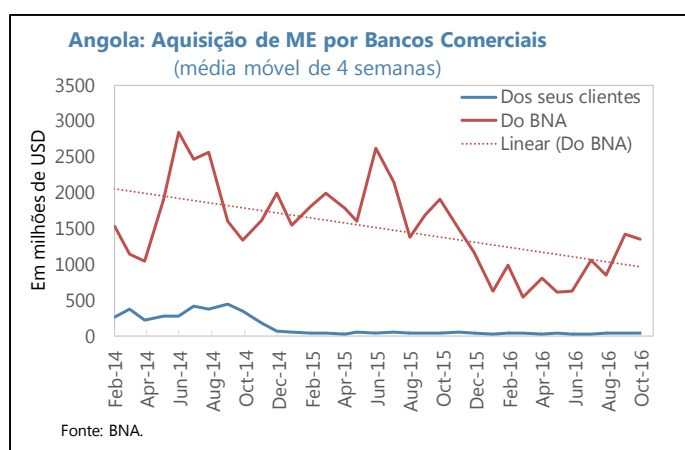
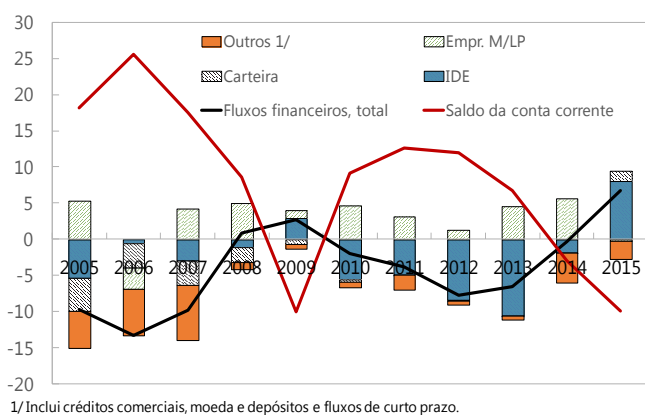
Outros fluxos financeiros, como o investimento de carteira, créditos comerciais, e moeda e depósitos refletem principalmente investimentos de fundos do setor público no estrangeiro e atividades do setor bancário para facilitar o comércio internacional. O investimento de não residentes em Angola está limitado ao IDE e, mais recentemente, a aquisições de títulos públicos de longo prazo emitidos no estrangeiro, dado que o país tem virtualmente fechada a conta de capital para outros fluxos e devido às oportunidades de investimento limitadas. Consequentemente, o risco de inversão de fluxos de capital em Angola é muito limitado.

E. Intervenção Cambial e Níveis de Reservas

O mercado cambial de Angola é um mercado unilateral no qual o BNA é o único fornecedor. Não obstante os recentes aumentos, o fornecimento do BNA diminuiu consideravelmente de cerca de USD 1,8 mil milhões por mês, em média, de janeiro a novembro de 2015, para cerca de USD 0,9 mil milhões por mês durante o mesmo período em 2016, o que reflete a redução das receitas das exportações de petróleo e a decisão do BNA de proteger, em certa medida, as suas reservas internacionais. Por conseguinte, as perdas nas reservas internacionais líquidas (RIL) foram moderadas, ao passo que os desequilíbrios no mercado cambial aumentaram substancialmente.

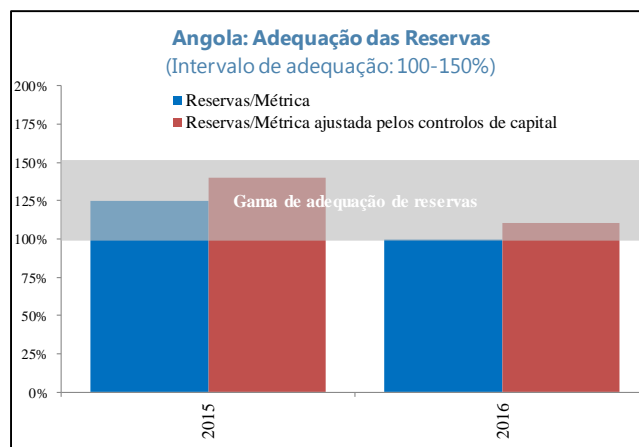
No contexto da escassez de moeda estrangeira, o BNA introduziu uma série de medidas desde 2015, incluindo uma lista prioritária para o acesso a moeda estrangeira à taxa oficial, um imposto especial sobre pagamentos a não residentes de serviços de assistência técnica e de gestão, e limites mais rigorosos relativos ao montante de moeda estrangeira que os viajantes podem levar para o

Angola: Fluxos de entrada financeiros líq. e saldo da conta corrente
(Em percentagem do PIB)



estrangeiro. A lista prioritária inclui importações de alimentos, medicamentos, insumos para a agricultura e a indústria, e o setor petrolífero.

Em novembro de 2016, as RIL de Angola situavam-se em USD 20½ mil milhões,⁸ o que corresponde a 100% da métrica padrão do FMI (tendo diminuído de 125% no final de 2015) e a 110% da métrica ajustada pelos controlos de capital (tendo diminuído de 140% no final de 2015).⁹ A forte dependência de Angola das exportações de petróleo, que constitui cerca de 95% do total de exportações, significa que este rácio deve ser mais próximo ao limite superior do intervalo de adequação (150%).



⁸ O Fundo Soberano de Angola (FSDEA), que equivale a cerca de USD 4½ mil milhões, não está incluído nas RIL.

⁹ No contexto de controlos rigorosos de capital, a métrica relevante para Angola é a métrica ajustada pelos controlos de capital, que tem um menor peso no agregado monetário largo (5% face a 10% na métrica normal), o que reflete a menor probabilidade de fuga de capitais na presença de controlos de capital.



ANGOLA

23 de dezembro de 2016

RELATÓRIO DO CORPO TÉCNICO SOBRE AS CONSULTAS DE 2016 AO ABRIGO DO ARTIGO IV — ANEXO INFORMATIVO

Elaborado por

Departamento de África
(em colaboração com outros departamentos)

ÍNDICE

RELAÇÕES COM O FMI	2
PLANO EXECUTIVO DE AÇÃO CONJUNTA FMI-BANCO MUNDIAL	5
QUESTÕES ESTATÍSTICAS	6

RELAÇÕES COM O FMI

(Em 30 de novembro de 2016)

Admissão e regime de consultas: Admitido em 19 de setembro de 1989; Artigo XIV.

Conta de Recursos Gerais:	Milhões de DSE	% da quota
Quota	740,10	100,00
Haveres do FMI na moeda do país (taxa de câmbio)	648,12	87,57
Posição na tranche de reserva	113,61	15,35

Departamento de DSE:	Milhões de DSE	% da alocação
Alocação acumulada líquida	273,01	100,00
Haveres	228,13	83,56

Saldo de compras e empréstimos:	Milhões de DSE	% da quota
Acordos Stand-By	21,47	2,90

Acordos financeiros mais recentes:

Tipo	Data de aprovação	Data de vencimento	Montante aprovado (milhões de DSE)	Montante sacado (milhões de DSE)
Acordo Stand-By	23/11/2009	30/03/2012	858,90	858,90

Projeção dos pagamentos ao FMI

(Milhões de DSE; com base no presente uso de recursos e haveres correntes em DSE):

	Próximos				
	2016	2017	2018	2019	2020
Capital	10,74	10,74
Comissões/juros		0,19	0,11	0,11	0,11
Total	10,74	10,93	0,11	0,11	0,11

Implementação da Iniciativa HIPC: Não se aplica.

Implementação da Iniciativa de Alívio da Dívida Multilateral (MDRI): Não se aplica.

Implementação do Fundo Fiduciário para Alívio e Contenção de Catástrofes (CCRT): Não se aplica.

Avaliação das salvaguardas:¹ A primeira avaliação das salvaguardas, concluída em maio de 2010, constatou que o Banco Nacional de Angola (BNA) é submetido a auditorias externas anuais por uma firma de boa reputação, mas os pareceres dos auditores contêm ressalvas. A avaliação confirmou que existem deficiências nas práticas de governação e transparência do BNA, entre elas a não publicação atempada das demonstrações financeiras anuais. A avaliação fez recomendações visando o fortalecimento do quadro de controlo nas áreas de gestão de reservas e auditoria interna, bem como o reforço do quadro jurídico e da independência do banco central. Foram feitos alguns progressos na abordagem das recomendações. Entre as principais recomendações ainda pendentes figuram: i) alterar a Lei do BNA para melhor alinhá-la às boas práticas internacionais; ii) implementar as normas internacionais de relato financeiro (NIRF/IFRS); e iii) dar uma solução às restantes ressalvas da auditoria. Aguarda-se ainda a publicação das demonstrações financeiras auditadas de 2015, como parte integrante da política de salvaguardas.

Regime cambial: O regime cambial *de jure* é o regime de câmbio flutuante. Desde junho de 2015, o regime cambial *de facto* é classificado como 'outro regime administrado'. Contudo, desde meados de abril de 2016, o kwanza foi fixado ao dólar norte-americano novamente. O BNA monitoriza atentamente as oscilações da taxa de câmbio tendo em vista o objetivo de manter a estabilidade de preços na economia, e intervém constantemente no mercado cambial ao realizar leilões de divisas e vendas diretas. O BNA recebe as divisas dos impostos pagos ao governo pelas empresas petrolíferas e também compra divisas das empresas petrolíferas que efetuam pagamentos a residentes por serviços prestados em kwanzas. Em seguida, o BNA vende as divisas ao mercado, com atenção particular para o setor petrolífero e outros setores prioritários. A taxa de câmbio oficial do kwanza frente ao dólar norte-americano recuou mais de 40% desde setembro de 2014. Foram utilizadas reservas internacionais para suavizar a depreciação, resultando num declínio de USD 6⅔ mil milhões desde setembro 2014; em novembro de 2016, as reservas totalizavam USD 20⅓ mil milhões em base líquida. O BNA publica os resultados dos leilões e as respetivas taxas de câmbio de referência.

Angola continua a manter restrições sobre pagamentos e transferências para fins de transações internacionais correntes valendo-se do regime transitório previsto na Seção 2 do Artigo XIV. As medidas mantidas nos termos do Artigo XIV são as seguintes: i) limites à disponibilização de moeda estrangeira para operações de invisíveis correntes, tais como despesas de viagem, médicas e de educação e ii) limites às transferências unilaterais para pessoas singulares e instituições baseadas no estrangeiro. Para além disso, Angola mantém três restrições cambiais subordinadas à jurisdição do FMI nos termos da Seção 2(a) do Artigo VIII, resultantes: i) da cobrança discriminatória do imposto do selo de 0,015% sobre operações de câmbio; ii) da aplicação de uma lista prioritária para o acesso ao dólar norte-americano à taxa de câmbio oficial; e iii) de um imposto especial de 10% sobre as transferências a não residentes no âmbito de contratos de assistência técnica estrangeira ou de gestão de serviços.² Angola mantém ainda três práticas de taxas de câmbio múltiplas sujeitas à aprovação do FMI nos termos da Seção 3 do Artigo VIII, decorrentes da ausência de mecanismos para impedir diferenciais superiores a 2% em consequência: i) das ofertas vencedoras nos leilões de divisas do BNA; e ii) de operações efetuadas à taxa de referência em vigor em relação à taxa praticada no leilão de divisas nesse dia, e iii) da cobrança discriminatória do imposto do selo de 0,015% sobre operações de câmbio.

¹ Para uma descrição do quadro de Avaliação das Salvaguardas do FMI, consulte <http://www.imf.org/external/np/exr/facts/safe.htm>.

² Ver o Relatório do FMI n.º 15/301.

Consultas ao abrigo do Artigo IV: Aplica-se a Angola o ciclo normal de 12 meses. A conclusão das próximas consultas ao abrigo do Artigo IV está prevista para janeiro de 2018.

Assistência técnica: Segue-se um resumo das atividades de assistência técnica desde 2013:

Departamento de Mercados Monetários e de Capitais (MCM)	Ano da prestação
Assistência técnica sobre relações de correspondência bancária	2016
AFRITAC Sul: Gestão de liquidez (diversas missões)	2015, 2016
AFRITAC Sul: Quadro de previsão de inflação (diversas missões)	2015, 2016
AFRITAC Sul: Análise macroprudencial	2016
Workshop sobre a liberalização da conta de capitais	2015
Avaliação das necessidades de assistência técnica	2014
Assistência técnica após o FSAP	2013
AFRITAC Sul: Quadro de supervisão baseada no risco	2013
Departamento de Finanças Públicas (FAD)	
Implementação do IVA	2016
AFRITAC Sul: Administração aduaneira	2016
Cenário fiscal de médio prazo	2016
Gestão do investimento público	2015
Formulação de regras fiscais para a gestão das receitas petrolíferas e o reforço do cenário fiscal de médio prazo	2015
Reforma dos subsídios	2014
AFRITAC Sul: Cenário fiscal de médio prazo (diversas missões)	2013, 2014
AFRITAC Sul: Controlo das despesas e atrasados (diversas missões)	2013, 2014
AFRITAC Sul: Lei de responsabilidade fiscal e regras fiscais	2014
Departamento de Estatística (STA)	
AFRITAC Sul: Preços das exportações e importações	2016
AFRITAC Sul: Contas nacionais (diversas missões)	2012, 2015, 2016
Estatísticas do setor externo	2015
Estatísticas monetárias e financeiras (diversas missões)	2014, 2016
Instituto para o Desenvolvimento das Capacidades (ICD)	
Programação e políticas financeiras para as autoridades angolanas	2014

Representante Residente: O Sr. Max Alier é o Representante Residente do FMI em Angola desde maio de 2015.

PLANO EXECUTIVO DE AÇÃO CONJUNTA FMI-BANCO MUNDIAL

Matriz de Implementação			
Título	Produtos	Prazo	Data da prestação
A. Informação mútua sobre programas de trabalho pertinentes			
Programa de trabalho do Banco Mundial nos próximos 12 meses	Projeto de desenvolvimento institucional do setor hídrico - 2		Fevereiro de 2017
	Apoio à reforma do ambiente de negócios		Junho de 2017
	Estratégia para o desenvolvimento do setor financeiro		Dezembro de 2016
	Serviços de aconselhamento ao setor financeiro		Em curso
	Serviços de aconselhamento em branqueamento de capitais		Junho de 2017
	Projeto programático de gestão fiscal DPF II		Junho de 2017
	Primeira revisão da despesa pública		Janeiro de 2017
	Segunda revisão da despesa pública		Dezembro de 2017
	Assistência técnica no desenvolvimento de estatísticas		Dezembro de 2016
	Projeto de agricultura comercial		Abril de 2017
Programa de trabalho do FMI nos próximos 12 meses	Projeto de reforma do setor da saúde		Outubro de 2017
	Visita do corpo técnico	Março de 2017	
	Missão de consulta ao abrigo do Artigo IV	Outubro de 2017	
B. Pedido de contributos para o programa de trabalho			
Pedido do FMI ao Banco Mundial	Reportes periódicos sobre a implementação da condicionalidade DPL		Em curso
Pedido do Banco Mundial ao FMI	Colaboração no fornecimento de um conjunto completo do quadro macroeconómico e tabelas		Em curso
C. Acordo sobre programas e missões conjuntas			
Produtos conjuntos nos próximos 12 meses	Díálogo contínuo sobre previsões económicas e modelagem macroeconómica		Contínuo
	Intercâmbio de informação e consultas sobre os desenvolvimentos macroeconómicos		Contínuo

QUESTÕES ESTATÍSTICAS

ANGOLA — APÊNDICE SOBRE QUESTÕES ESTATÍSTICAS

Em 30 de novembro de 2016

I. Avaliação da adequação dos dados para fins de supervisão

Geral: O fornecimento de dados apresenta algumas deficiências, mas em geral é apropriado para fins de supervisão. A qualidade e atualidade dos dados inspiram preocupação, mas estão a ser desenvolvidos esforços para reforçar a base estatística do país, inclusivamente com a assistência técnica do FMI e do Banco Mundial.

Angola tem hoje diversas publicações estatísticas regulares e informativas, o que reflete progressos significativos no fornecimento de dados e na transparência dos relatórios estatísticos. Os maiores avanços se concentram no BNA e no Instituto Nacional de Estatística (INE). Ambos passaram a fornecer e publicar dados muito mais abrangentes, em bases atempadas. A prestação e publicação de dados do Ministério das Finanças carece de melhorias significativas. Dados pormenorizados sobre as receitas dos setores de petróleo e diamantes e relatórios sobre as finanças públicas são publicados no sítio do Ministério das Finanças na Internet, com algum desfasamento.

Contas nacionais: O INE divulgou as contas nacionais de Angola do período 2002-13. Trata-se da primeira publicação de contas nacionais de Angola, com dados anuais sobre o produto, as despesas e os rendimentos. As contas nacionais incluem o PIB anual a preços correntes e em volumes utilizando estimativas encadeadas com base nas referências de 2002. Espera-se que o Ministério do Planeamento continue a divulgar estimativas preliminares e projeções do PIB anual (produto). Está a ser produzida uma série trimestral do PIB, cuja conclusão e publicação estão previstas para 2017. O INE publica também outros importantes boletins de dados, como os boletins trimestrais sobre a confiança empresarial, a produção industrial e o comércio de mercadorias. O INE concluiu um recenseamento nacional em 2014, o primeiro em quatro décadas após a independência. O questionário do censo abrange uma vasta gama de informações, mormente de natureza demográfica e social.

Estatísticas de preços: O INE publica relatórios mensais sobre os índices de preços grossistas e no consumidor. O IPC foi alargado para incluir os preços no consumidor em todas as 18 províncias do país. O INE começou a desenvolver índices de preços de importações e exportações.

Estatísticas de finanças públicas: É preciso melhorar substancialmente a periodicidade e qualidade das estatísticas de finanças públicas. As receitas e despesas são registadas corretamente pelo regime de especialização do exercício, mas perduram alguns problemas na reconciliação de operações acima e abaixo da linha. É fundamental assegurar a publicação regular (no mínimo em bases trimestrais) de dados consolidados e pormenorizados das finanças públicas em formato eletrónico no sítio do Ministério das Finanças na Internet. Seria também importante publicar dados em Excel — a atual publicação em PDF

dificulta a análise — e em valores nominais (e não em termos de variações percentuais), bem como atualizar os números à medida que estes forem revisados. São publicados mensalmente dados pormenorizados sobre as receitas do petróleo, mas seria mais útil para os analistas e outras partes interessadas se tais dados fossem publicados como planilhas de cálculos e não como imagens em PDF. Publica-se trimestralmente um relatório pormenorizado sobre a evolução das receitas do petróleo, porém com algum desfasamento. Seria importante começar a publicar dados mensais sobre as receitas não petrolíferas. Até à altura, o Ministério das Finanças divulga dados segundo uma versão “modificada” da metodologia *GFSM 1986*, utilizando um fator de ajustamento para reconciliar as cifras acima da linha (registadas segundo o regime de especialização) com aquelas abaixo da linha (registadas segundo o regime de caixa). O Ministério das Finanças compila dados anuais e mensais em conformidade com a metodologia *GFSM 2001*.

Estatísticas monetárias e financeiras: Os dados do inquérito às sociedades de depósitos e do balanço do BNA foram revistos com o auxílio da assistência técnica do STA. Os dados baseiam-se agora nos novos formulários de declaração de dados. O BNA transmite atempadamente dados ao FMI, e publica dados pormenorizados no seu sítio na Internet todos os meses. O BNA publica também outros relatórios, nomeadamente um relatório trimestral sobre a inflação e o seu relatório anual (que resume a evolução monetária, macroeconómica e da inflação), para além de um relatório semestral sobre a estabilidade financeira (que avalia a estabilidade do sistema financeiro); a publicação destes relatórios, porém, ocorre com um desfasamento significativo.

Supervisão do setor financeiro: Os dados do BNA sobre os indicadores de solidez financeira são publicados mensalmente. A qualidade dos indicadores de solidez financeira deve ser melhorada, consoante as recomendações da assistência técnica do STA. O Relatório de Estabilidade Financeira do BNA teria mais utilidade se as informações fossem mais atualizadas, uma vez que o último relatório foi publicado no início de 2015.

Estatísticas do setor externo: A balança de pagamentos e a posição de investimento internacional (PII) são compiladas em conformidade com as recomendações da sexta edição do *Manual da Balança de Pagamentos* do FMI (*BPM6*). Estas estatísticas são compiladas e divulgadas em base anual, com um desfasamento de cerca de nove meses em relação ao período de referência. Uma missão de assistência técnica do STA na área de estatísticas do setor externo, realizada em novembro de 2015, fez o acompanhamento da implementação das recomendações de missões de assistência técnica anteriores, e verificou que houve avanços, principalmente quanto à automatização do processo de compilação. A missão apresentou recomendações sobre os procedimentos de compilação e a cobertura e qualidade da série para aumentar a coerência dos dados sobre fluxos e stocks. A missão confirmou também a existência de informações trimestrais já recolhidas pelo BNA para a grande maioria dos componentes da balança de pagamentos. A cobertura e frequência dos dados ainda são as áreas que apresentam as maiores deficiências. Ademais, é preciso abordar a questão da coordenação entre os órgãos estatísticos e os fornecedores de dados de base.

II. Normas e qualidade dos dados	
<p>As autoridades estão empenhadas em utilizar o Sistema Geral de Difusão de Dados (GDDS) para melhorar o sistema estatístico. Angola iniciou a sua participação no GDDS em 29 de janeiro de 2004, com a publicação de metadados no Boletim Eletrónico sobre Normas de Difusão do FMI.</p>	

Quadro de Indicadores Comumente Exigidos para Fins de Supervisão

	Data da última observação (dd/mm/aa)	Data de recebimento	Frequência dos dados ⁷	Frequência do reporte ⁷	Frequência da publicação ⁷
Taxas de câmbio	30/11/16	30/11/16	D	D	D
Ativos de reserva internacionais e passivos de reserva das autoridades monetárias ¹	10/16	11/16	M	M	M
Reservas/base monetária	10/16	11/16	M	M	M
Massa monetária	10/16	11/16	M	M	M
Balanço do banco central	10/16	11/16	M	M	M
Balanço consolidado do sistema bancário	10/16	11/16	M	M	M
Taxas de juros ²	30/11/16	09/12/16	S	S	S
Índice de Preços no Consumidor	11/16	12/16	M	M	M
Receitas, despesas, saldo e composição do financiamento ³ – Governo General ⁴	ND	ND	ND	ND	ND
Receitas, despesas, saldo e composição do financiamento ³ – Governo Central	09/16	11/16	T	T	T
Stock da dívida contraída ou garantida pelo Governo Central ⁵	12/15	11/16	A	A	A
Saldo da conta corrente externa	12/2015 (est.)	11/16	A	A	A
Exportações e importações de bens e serviços	12/2015 (est.)	11/16	A	A	A
PIB/PNB	12/2015 (est.)	11/16	A	A	A
Dívida externa bruta	12/15	11/16	A	A	A
Posição de investimento internacional ⁶	12/15	11/16	A	I	A

¹ Ativos de reserva dados em garantia ou penhorados devem ser especificados à parte. Para além disso, os dados devem abranger os passivos de curto prazo indexados a uma moeda estrangeira porém liquidados de outras formas, bem como os valores nominais dos derivados financeiros para o pagamento e o recebimento de moeda estrangeira, inclusive os indexados a uma moeda estrangeira porém liquidados de outras formas.

² Taxas de mercado e oficiais, incluindo taxas de desconto, taxas dos mercados monetários e taxas dos títulos, bilhetes e obrigações do tesouro.

³ Financiamento externo, bancário interno e não bancário interno.

⁴ O governo geral é composto pelo governo central (fundos orçamentais, fundos extraorçamentais e fundos de segurança social) e pelos governos estaduais/provinciais e locais.

⁵ Composição por moeda e por vencimento.

⁶ Incluindo as posições em ativos e passivos financeiros externos brutos com não residentes.

⁷ Diária (D), semanal (S), mensal (M), trimestral (T), anual (A), irregular (I) e não disponível (ND).



ANGOLA

23 de dezembro de 2016

RELATÓRIO DO CORPO TÉCNICO SOBRE AS CONSULTAS DE 2016 AO ABRIGO DO ARTIGO IV — ANÁLISE DE SUSTENTABILIDADE DA DÍVIDA

Aprovado por
David Robinson e
Bob Traa

Preparado pelo corpo técnico do Fundo Monetário
Internacional

Embora a trajetória projetada da dívida pública de Angola seja sustentável no cenário de base, os testes de stress mostram que o país é altamente vulnerável a choques, sobretudo os que incidem sobre o crescimento do PIB real, a taxa de câmbio, os passivos contingentes financeiros e o preço do petróleo. O rácio dívida pública/PIB aumentou 24¾ pontos percentuais (p.p.) no decorrer de 2015, para 65½% ao final do ano, em razão do défice orçamental e do efeito da depreciação cambial sobre a dívida expressa em moeda estrangeira ou indexada. A expectativa é que este rácio aumente para 71½% até ao final de 2016, dadas as previsões de défice orçamental da ordem de 4% do PIB para o ano e de uma taxa de câmbio mais depreciada. Não obstante as projeções de crescimento moderado do PIB real, espera-se que o rácio dívida pública bruta/PIB diminua em 2017, sobretudo devido à apreciação projetada da taxa de câmbio real, e em seguida estabilize em torno dos 64%, em grande medida devido às melhorias esperadas nos saldos orçamentais. A dívida externa bruta de Angola deverá baixar para 39½% do PIB até ao final de 2021, contra 40½% do PIB no final de 2015.

ANÁLISE DE SUSTENTABILIDADE DA DÍVIDA PÚBLICA

1. Estima-se que a dívida pública bruta de Angola ascenda a 65½% do PIB no final de 2015. As estatísticas da dívida pública incluem o governo central e a dívida externa da empresa petrolífera e da companhia aérea estatais (Sonangol e TAAG, respetivamente).¹ Houve um aumento de 24¾ p.p. do PIB na dívida pública bruta em 2015 em relação a 2014, devido a um défice orçamental de cerca de 3½% do PIB e ao efeito da depreciação cambial sobre os stocks da dívida externa expressa em moeda estrangeira e indexada — o que representa um acréscimo de 9½ p.p. do PIB na dívida pública. A dívida pública líquida (a dívida bruta menos os depósitos do governo central no BNA) situava-se em 54¼% do PIB no final de 2015.²

2. Em 2016, estima-se que a dívida pública bruta de Angola tenha continuado a aumentar, em 6¼ p.p., para 71½% do PIB. Tal se deve ao défice orçamental projetado de 4% do PIB no ano e ao efeito de uma taxa de câmbio mais desvalorizada sobre os stocks de dívida expressa em moeda estrangeira e indexada.

3. Os principais pressupostos subjacentes à análise de sustentabilidade da dívida (ASD) são plenamente coerentes com o cenário macroeconómico de base descrito no relatório do corpo técnico sobre as consultas ao abrigo do Artigo IV. Após o crescimento negativo registado em 2016, as projeções do corpo técnico para o país indicam um aumento muito gradual do crescimento não petrolífero até 2019, bem como um crescimento moderado porém estável daí em diante, como reflexo da evolução positiva dos termos de troca e de um ambiente de negócios moderadamente melhor, para além da conclusão de diversos projetos agrícolas e de infraestruturas. A inflação deve permanecer elevada em 2016 e, em seguida, diminuir gradualmente. O saldo orçamental primário não petrolífero deve começar a registar melhorias apenas em 2018 — dada a previsão de aumento dos gastos públicos em 2017 — para preservar a sustentabilidade da dívida, uma vez que o preço internacional do petróleo deve melhorar mas permanecerá consideravelmente abaixo daqueles registados em 2011–13. O défice da conta corrente externa seria reduzido no médio prazo como resultado da contenção orçamental e da subida dos preços do petróleo.

4. O corpo técnico estima que a dívida pública em percentagem do PIB diminua em 2017 devido à apreciação projetada da taxa de câmbio real,³ e que estabilize em seguida como reflexo de melhorias nos saldos orçamentais e a despeito das previsões de crescimento

¹ A dívida externa da Sonangol (14¼% do PIB no final de 2015) é incluída na dívida pública, uma vez que a empresa é totalmente detida pelo Estado. A maior parte da sua dívida não beneficia de uma garantia pública explícita, mas os desembolsos em 2016 no montante de USD 6,9 mil milhões do China Development Bank (CDB), repassados pelo governo central à Sonangol, são explicitamente garantidos. Em termos líquidos, isto equivale a cerca de USD 3,8 mil milhões, dado que parte desse empréstimo foi utilizada para refinaranciar a dívida existente.

² Uma parte dos depósitos do governo central no BNA, que incluem fundos do petróleo, pode ser usada para reduzir as necessidades de financiamento, mas sob condições muito rigorosas e com a aprovação do Presidente da República.

³ O declínio projetado no rácio da dívida pública em 2017 resulta da inflação ainda elevada e do compromisso das autoridades com a manutenção de uma taxa de câmbio nominal estável.

moderado do PIB real. À medida que o governo prossegue nos seus esforços de consolidação orçamental, o rácio da dívida estabilizaria em cerca de 64%.⁴ A consolidação orçamental seria alcançada sobretudo através do aumento dos impostos não petrolíferos e da contenção de despesas.

5. A carga moderada da dívida e as necessidades brutas de financiamento de Angola podem gerar riscos para a sustentabilidade da dívida e tornar a dinâmica da dívida altamente vulnerável a choques macroeconómicos. Projeta-se que em 2016 (mas não nos anos subsequentes) o rácio de endividamento de Angola ultrapasse o parâmetro de referência do peso da dívida em países emergentes, que é de 70% do PIB. Estima-se que a necessidade bruta de financiamento público de Angola ultrapasse ligeiramente o parâmetro de referência de 15% do PIB em 2017 e em 2019–20.

6. O historial de previsão das principais variáveis macroeconómicas de Angola mostra um erro mediano relativamente alto em alguns anos em relação ao de países desenvolvidos e de mercados emergentes objeto de supervisão. Isto se deve, em parte, a desenvolvimentos imprevisíveis, inclusivamente à volatilidade na produção ou nos preços do petróleo e oscilações na produção agrícola provocadas por condições climáticas. Tal facto também reflete o baixo nível de diversificação da economia e a fragilidade das instituições orçamentais.

7. A trajetória de base da dívida é vulnerável a vários choques, incluindo aqueles que afetam o crescimento do PIB real, a taxa de câmbio, os passivos contingentes financeiros e o preço do petróleo.⁵

- **Choque de crescimento:** Uma redução de meio desvio padrão nas taxas projetadas de crescimento do PIB real (o que implicaria um recuo de cerca de 4 p.p. no crescimento real em 2017 e 2018) resultaria num rácio da dívida de 72¾% do PIB em 2018, após o qual o rácio iria estabilizar em cerca de 73%.⁶
- **Choque da taxa de câmbio real:** Uma depreciação em termos reais e pontual de 30% (depreciação nominal de 45%) provocaria uma mudança significativa na trajetória do rácio dívida/PIB, com este rácio a atingir os 74¾% do PIB em 2017 antes de recuar ligeiramente para 74½% em 2021.

⁴ Os residuais da contribuição de variações tanto na dívida pública como na dívida externa decorrem sobretudo da nova desvalorização projetada do kwanza em 2018–21, mas a um ritmo mais brando do que em 2015–16.

⁵ O choque de taxa de juro aplicado a Angola reflete um aumento de 200 p.b., e não a taxa de juro real máxima dos últimos 10 anos, para excluir a anomalia provocada pela crise mundial de 2008–09, que distorce o impacto do choque sobre a dívida pública.

⁶ O crescimento do PIB real é reduzido em meio desvio-padrão (e não em 1 desvio-padrão) por dois anos consecutivos, para melhor adaptar esse choque à nova realidade da economia angolana, que vem crescendo há mais de uma década e que registou um aumento da participação do setor não petrolífero, menos volátil e dominado pelos serviços.

- **Choque combinado:** Uma combinação de vários choques macrofiscais (padrão e não padrão) elevaria a dívida para 101½% do PIB até 2021.
- **Choque de passivos contingentes do setor financeiro:** Um aumento pontual das despesas não financeiras equivalente a 10% dos ativos do setor bancário elevaria o rácio dívida/PIB para 73½% até 2018, após o qual o rácio estabilizaria em cerca de 74%.
- **Choque do preço do petróleo:** Uma vez que Angola é fortemente dependente do petróleo, considerou-se também um choque do preço do petróleo representando uma queda de 30% do preço projetado da rama angolana em 2017. Nesse cenário, o rácio dívida/PIB aumentaria em 2017 em comparação ao cenário de base e estabilizaria em 66½%.⁷

⁷ O choque do preço do petróleo mostra apenas o impacto direto de uma queda dos preços do petróleo sobre as receitas em 2017. O preço, neste cenário, é de USD 32¼ por barril.

Angola. Figura 1: Análise de Sustentabilidade da Dívida do Setor Público, Avaliação de Risco

Mapa de Tensão Financeira

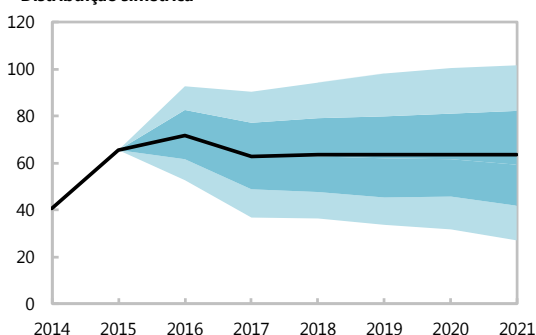
Nível de dívida ^{1/}	Choque de crescimento do PIB real	Choque do saldo primário	Choque da taxa de juro real	Choque da taxa de câmbio	Choque de passivo contingente
Necessidade bruta de financ. ^{2/}	Choque de crescimento do PIB real	Choque do saldo primário	Choque da taxa de juro real	Choque da taxa de câmbio	Choque de passivo contingente
Perfil da dívida ^{3/}	Perceção de mercado	Necessidade de financ. externo	Var. na parcela da div. de C/P	Dívida pública detida por não residentes	Dívida em moeda estrangeira

Evolução das Densidades Preditivas da Dívida Pública Nominal Bruta

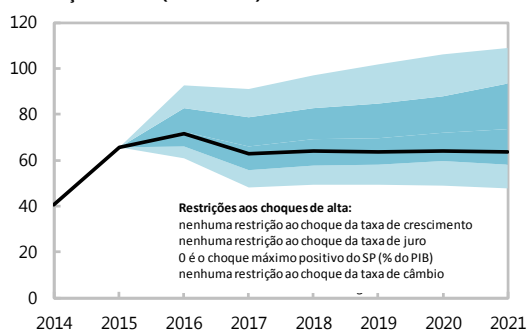
(em percentagem do PIB)

— Base Percentis: ■ 10-25 ■ 25-75 ■ 75-90

Distribuição simétrica

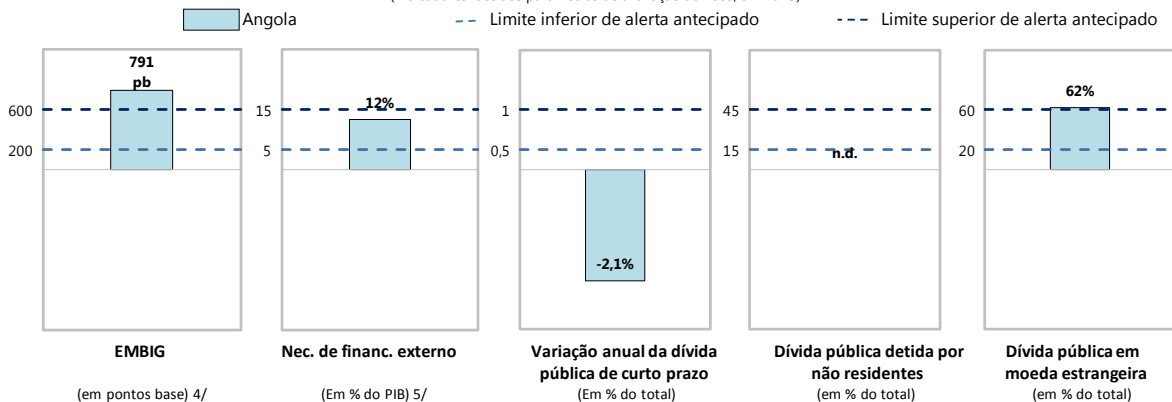


Distribuição restrita (assimétrica)



Perfil da Dívida: Vulnerabilidades

(Indicadores face aos parâmetros de avaliação do risco, em 2015)



Fonte: Corpo técnico do FMI.

1/ A célula é destacada a verde se o parâmetro de encargo da dívida de 70% não for excedido no choque específico ou no cenário de base, amarelo se for excedido no choque específico mas não no cenário de base, vermelho se o parâmetro for excedido no cenário de base e branco se o teste de stress não for relevante.

2/ A célula é destacada a verde se o parâmetro de necessidade bruta de financiamento de 15% não for excedido no choque específico ou no cenário de base, amarelo se for excedido no choque específico mas não no cenário de base, vermelho se o parâmetro for excedido no cenário de base e branco se o teste de stress não for relevante.

3/ A célula é destacada a verde se o valor do país for inferior ao parâmetro de avaliação de risco inferior, vermelho se o país excede o parâmetro de avaliação de risco superior, amarelo se o valor do país ficar entre os parâmetros de avaliação de risco inferior e superior, e branco se não houver dados disponíveis ou o indicador não for relevante.

Os parâmetros de avaliação de risco inferior e superior são:

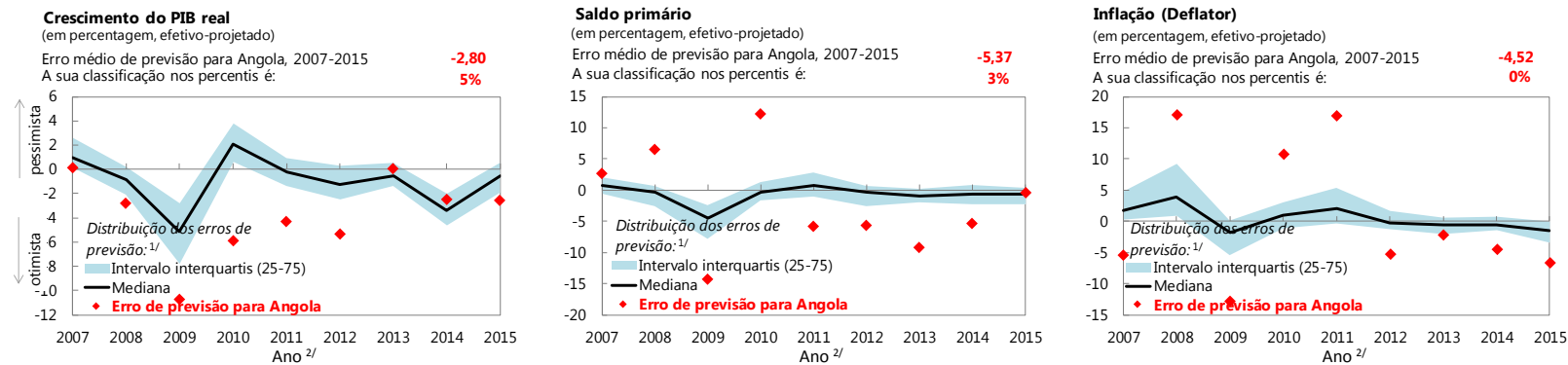
200 e 600 pontos base para os diferenciais de obrigações; 5 e 15% do PIB para a necessidade de financiamento externo; 0,5 e 1% para a variação na parcela da dívida de curto prazo; 15 e 45% para a dívida pública detida por não residentes; e 20 e 60% para a parcela da dívida em moeda estrangeira.

4/ EMBIG, média dos últimos 3 meses, de 01/09/16 até 30/11/16.

5/ A necessidade de financiamento externo é definida como a soma do défice da conta corrente, da amortização da dívida externa total de médio e longo prazos e da dívida externa total de curto prazo no final do período anterior.

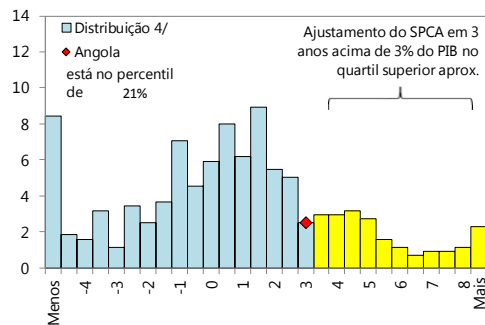
Angola. Figura 2: Análise de Sustentabilidade da Dívida Pública, Realismo dos Pressupostos de Base

Historial das Previsões em Comparação a Países Objeto de Supervisão

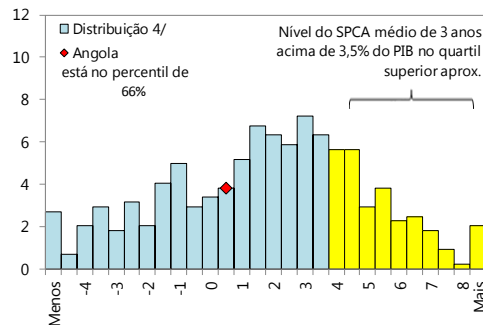


Avaliação do Realismo do Ajustamento Orçamental Projetado

Ajustamento do saldo primário ciclicamente ajustado (SPCA) em 3 anos (Percentagem do PIB)

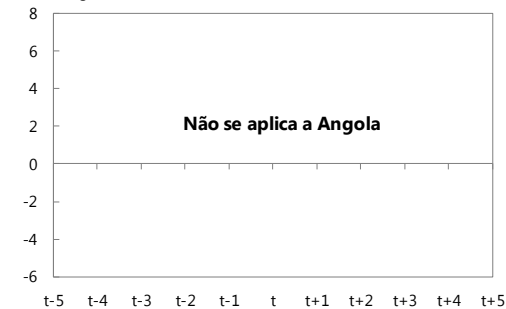


Nível médio do saldo primário ciclicamente ajustado (SPCA) em 3 anos (Percentagem do PIB)



Análise Conjuntural^{3/}

Crescimento do PIB real (em percentagem)



Fonte: Corpo técnico do FMI.

1/ A distribuição no gráfico abrange os países objeto de supervisão e a classificação no percentil se refere a todos os países.

2/ Projeções realizadas na edição do WEO da primavera do ano anterior.

3/ Não aplicável para Angola, porque não satisfaz os critérios de hiato do produto positivo ou de crescimento do crédito privado.

4/ Os dados cobrem observações anuais de 1990 a 2011 para economias desenvolvidas e emergentes com dívida superior a 60% do PIB. Percentagem de amostras no eixo vertical.

Angola. Figura 3. Análise de Sustentabilidade da Dívida Pública, Cenário de Base

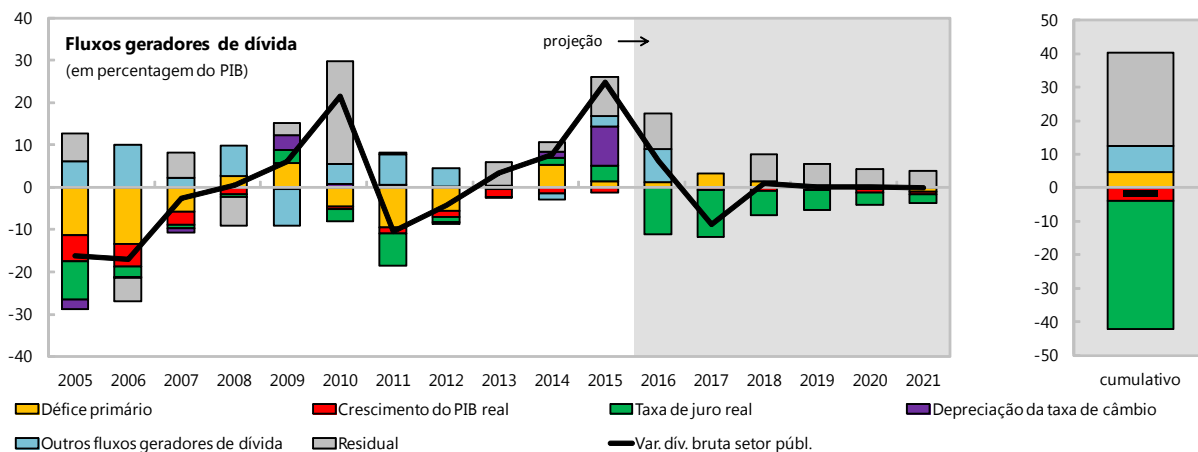
(Em percentagem do PIB, salvo indicação em contrário)

Indicadores da Dívida, Económicos e de Mercado ^{1/}

	Efetivo			Projeções						Em 30 de novembro de 2016		
	2005-2013 ^{2/}	2014	2015	2016	2017	2018	2019	2020	2021			
Dívida pública bruta nominal	27,8	40,7	65,4	71,6	62,8	63,8	63,8	63,8	63,8	Spreads soberanos EMBIG (pb) 3/ 815		
Necessidade bruta de financiamento público	4,8	13,3	12,0	12,8	15,7	12,7	15,7	15,1	13,6	CDS a 5 anos (pb) n.a.		
Dívida pública líquida	16,5	31,0	54,2	59,6	53,4	54,7	55,2	55,6	55,9			
Crescimento do PIB real (em %)	10,8	4,8	3,0	0,0	1,3	1,5	1,4	1,5	1,4	Notação	Estrang. Nacional	
Inflação (deflator do PIB, em %)	13,4	-1,4	-4,0	27,7	25,9	16,8	14,6	11,2	9,8	Moody's	B1	B1
Crescimento do PIB nominal (em %)	25,9	3,4	-1,1	27,7	27,6	18,6	16,2	12,9	11,3	S&Ps	B	B
Taxa de juro efetiva (em %) ^{4/}	6,9	3,8	4,9	5,8	6,4	5,9	6,1	6,2	6,3	Fitch	B	B

Contribuição para as Variações na Dívida Pública

	Efetivo			Projeções						Saldo primário estabilizador da dívida ^{9/}	
	2005-2013	2014	2015	2016	2017	2018	2019	2020	2021		cumulativo
Variação da dívida bruta do setor público	-2,1	7,8	24,8	6,2	-8,8	1,0	0,0	0,0	-0,1	-1,7	
Fluxos geradores de dívida identificados	-5,8	5,4	15,6	-2,3	-8,8	-5,3	-5,1	-4,2	-3,9	-29,6	
Déficit primário	-4,7	5,4	1,3	1,1	3,1	1,4	0,4	-0,4	-1,0	4,7	-2,9
Receita e donativos primários (excl. juros)	44,9	35,3	27,3	19,5	18,9	19,0	19,1	19,2	19,2	115,0	
Despesas primárias (excl. juros)	40,1	40,7	28,6	20,7	22,1	20,4	19,5	18,8	18,2	119,6	
Dinâmica automática da dívida ^{5/}	-4,7	1,4	11,9	-11,2	-11,9	-6,8	-5,5	-3,8	-2,9	-42,1	
Diferencial taxa de juro/crescimento ^{6/}	-4,9	0,1	2,5	-11,2	-11,9	-6,8	-5,5	-3,8	-2,9	-42,1	
D/q: taxa de juro real	-2,4	1,7	3,7	-11,2	-11,2	-5,9	-4,8	-2,9	-2,1	-38,2	
D/q: crescimento do PIB real	-2,5	-1,5	-1,2	0,0	-0,7	-0,8	-0,8	-0,9	-0,8	-3,9	
Depreciação da taxa de câmbio ^{7/}	0,2	1,3	9,4	
Outros fluxos geradores de dívida identificados	3,7	-1,4	2,4	7,8	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	7,8	
Uso de depósitos (negativo)	3,7	-1,4	2,4	1,3	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	1,3	
Passivos contingentes	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	
Aquisição líquida de ativos financeiros	0,0	0,0	0,0	6,5	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	6,5	
Residual, incluindo variação de ativos ^{8/}	3,7	2,4	9,2	8,4	0,0	6,3	5,1	4,2	3,8	27,9	



Fonte: Corpo técnico do FMI.

1/ O setor público é definido como o governo central e as empresas públicas.

2/ Com base nos dados disponíveis.

3/ EMBIG.

4/ Definido como os pagamentos de juros divididos pelo stock da dívida (excluindo garantias) no final do ano anterior.

5/ Derivado como $[(r - \pi(1+g) - g + ae(1+r)] / (1+g+\pi+gr)$ multiplicado pelo rácio da dívida do período anterior, em que r = taxa de juro; π = taxa de crescimento do deflator do PIB;

g = taxa de cresc. do PIB real; a = parcela da dívida expressa em ME; e e = depreciação da taxa de câmbio nominal (medida pelo aumento do valor do USD em MN).

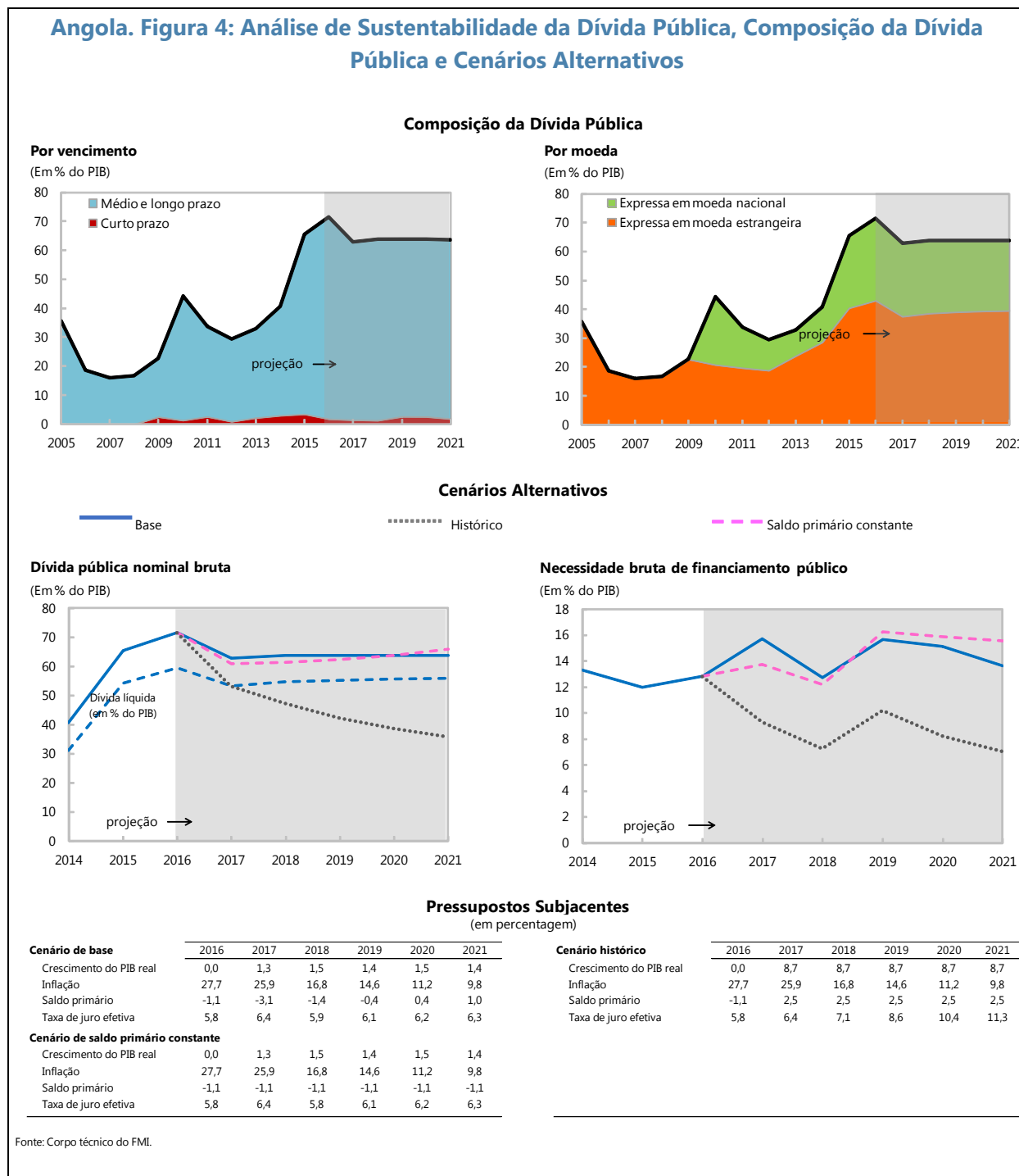
6/ A contribuição da taxa de juro real é derivada do numerador na nota de rodapé 5 como $r - \pi(1+g)$ e a contribuição do crescimento real como $-g$.

7/ A contribuição da taxa de câmbio é derivada do numerador na nota de rodapé 5 como $ae(1+r)$.

8/ Inclui as variações de ativos e receitas de juros (se houver). Para as projeções, incluí as variações da taxa de câmbio durante o período projetado.

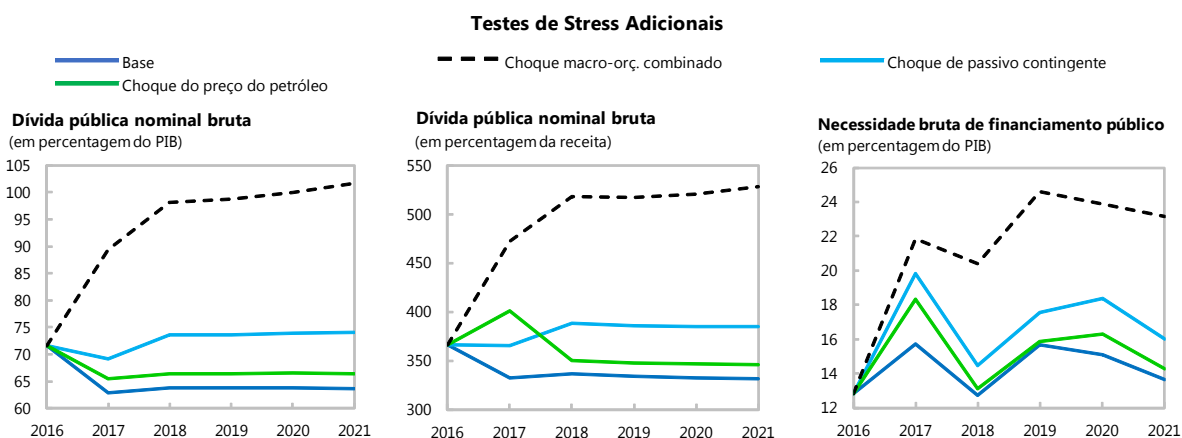
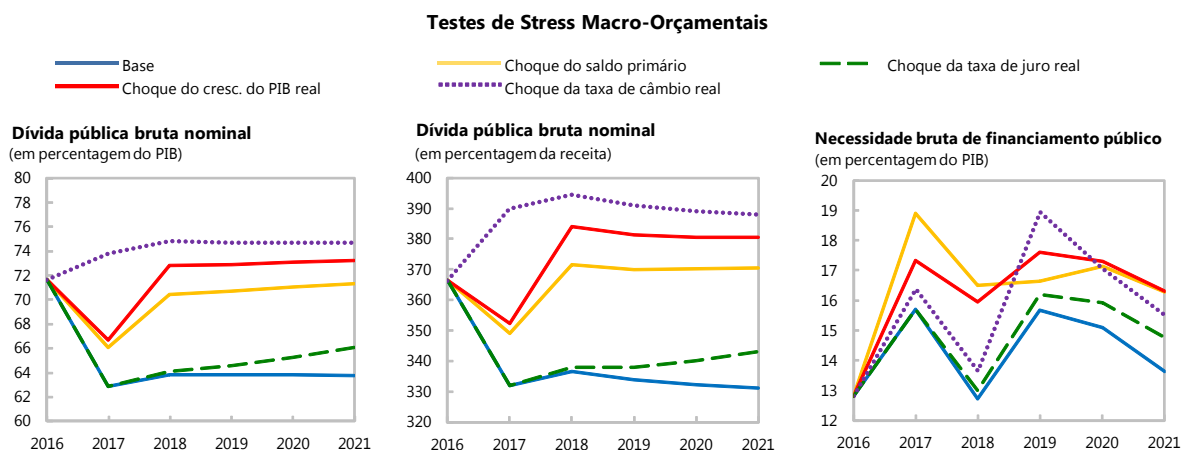
9/ Presume que as principais variáveis (crescimento do PIB real, taxa de juro real e outros fluxos geradores de dívida identificados) se mantêm no nível do último ano de projeção.

Angola. Figura 4: Análise de Sustentabilidade da Dívida Pública, Composição da Dívida Pública e Cenários Alternativos



Fonte: Corpo técnico do FML.

Angola. Figura 5: Análise de Sustentabilidade da Dívida Pública, Testes de Stress



Pressupostos Subjacentes (em percentagem)

	2016	2017	2018	2019	2020	2021
Choque do saldo primário						
Crescimento do PIB real	0,0	1,3	1,5	1,4	1,5	1,4
Inflação	27,7	25,9	16,8	14,6	11,2	9,8
Saldo primário	-1,1	-6,3	-4,6	-0,4	0,4	1,0
Taxa de juro efetiva	5,8	6,4	6,2	6,6	6,6	6,6
Choque da taxa de juro real						
Crescimento do PIB real	0,0	1,3	1,5	1,4	1,5	1,4
Inflação	27,7	25,9	16,8	14,6	11,2	9,8
Saldo primário	-1,1	-3,1	-1,4	-0,4	0,4	1,0
Taxa de juro efetiva	5,8	6,4	6,3	7,0	7,4	7,7
Choque combinado						
Crescimento do PIB real	0,0	-2,5	-2,3	1,4	1,5	1,4
Inflação	27,7	25,0	15,9	14,6	11,2	9,8
Saldo primário	-1,1	-6,3	-4,6	-0,4	0,4	1,0
Taxa de juro efetiva	5,8	7,7	6,2	6,8	7,3	7,6
Choque do cr. do PIB real						
Crescimento do PIB real	0,0	-2,5	-2,3	1,4	1,5	1,4
Inflação	27,7	25,0	15,9	14,6	11,2	9,8
Saldo primário	-1,1	-4,2	-3,4	-0,4	0,4	1,0
Taxa de juro efetiva	5,8	6,4	5,9	6,3	6,4	6,4
Choque da taxa de juro real						
Crescimento do PIB real	0,0	1,3	1,5	1,4	1,5	1,4
Inflação	27,7	41,4	16,8	14,6	11,2	9,8
Saldo primário	-1,1	-3,1	-1,4	-0,4	0,4	1,0
Taxa de juro efetiva	5,8	7,7	5,7	5,9	6,0	6,2
Choque de passivo contingente						
Crescimento do PIB real	0,0	-2,5	-2,3	1,4	1,5	1,4
Inflação	27,7	25,0	15,9	14,6	11,2	9,8
Saldo primário	-1,1	-6,4	-1,4	-0,4	0,4	1,0
Taxa de juro efetiva	5,8	6,9	6,2	6,4	6,4	6,4

Fonte: Corpo técnico do FMI.

ANÁLISE DE SUSTENTABILIDADE DA DÍVIDA EXTERNA

8. A dívida externa de Angola é sustentável.⁸ Espera-se que a dívida externa continue a aumentar em 2016, para cerca de 43% do PIB, contra os 40½% registados em 2015. Projeta-se que a trajetória da dívida externa decline para 39½% até 2021, sobretudo em razão da diminuição dos défices da conta corrente, bem como do abrandamento do ritmo de depreciação cambial.

9. Os testes de stress da ASD externa indicam que o rácio da dívida externa de Angola é também sensível a choques. Dos vários choques padrão, o mais significativo é o choque de depreciação em termos reais. O segundo choque mais significativo é o da conta corrente excluindo juros, seguido do choque combinado e do choque do crescimento.

- **Choque de depreciação em termos reais:** Uma depreciação em termos reais e pontual de 30% em 2017 faria a dívida externa subir para 89% até 2021.
- **Choque da conta corrente excluindo juros:** Um aumento de meio desvio padrão da conta corrente excluindo os pagamentos de juros em cada um dos anos a partir de 2017 elevaria a dívida externa para 70% do PIB até 2021.
- **Choque combinado:** Um choque de um quarto de desvio padrão na taxa de juro real, na taxa de crescimento e na conta corrente elevaria o rácio da dívida externa para 60% até ao final do período projetado.
- **Choque de crescimento:** Um choque permanente de meio desvio padrão aplicado ao crescimento elevaria a dívida externa para 46% do PIB até 2021.

⁸ A ASD externa refere-se exclusivamente à dívida do setor público, incluindo as duas empresas públicas (Sonangol e TAAG), devido à ausência de dados sobre a dívida externa do setor privado. As autoridades estão a envidar esforços para recolher dados sobre a dívida do setor privado, com a ajuda da assistência técnica do STA.

Angola. Tabela 1: Quadro de Sustentabilidade da Dívida Externa, 2011–2021

	Efetivo					Projeções							
	2011	2012	2013	2014	2015	2016	2017	2018	2019	2020	2021		
1 Cenário de base: Dívida externa	19,7	18,9	23,8	28,6	40,5	43,1	37,6	38,6	39,1	39,4	39,6		
2 Variação da dívida externa	-1,1	-0,9	5,0	4,8	11,8	2,6	-5,5	1,1	0,5	0,3	0,2		
3 Fluxos geradores de dívida externa identificados (4+8+9)	-22,0	-22,5	-18,7	1,6	29,8	0,8	6,2	5,0	4,5	4,0	3,6		
4 Défice da conta corrente, excl. pagamentos de juros	-13,1	-12,4	-7,1	2,5	10,4	2,6	4,5	3,4	2,7	2,1	1,6		
5 Défice da balança de bens e serviços	-23,5	-22,7	-16,5	-6,0	3,9	-2,2	0,5	-0,7	-1,3	-1,7	-2,1		
6 Exportações	66,3	62,5	56,3	50,2	37,8	30,2	27,0	28,1	27,9	27,6	27,2		
7 Importações	42,8	39,9	39,8	44,2	41,7	28,0	27,5	27,4	26,7	25,9	25,1		
8 Fluxos de capital líquidos não geradores de dívida (negativo)	-5,0	-8,4	-10,7	-1,9	9,0	-3,5	0,5	0,6	0,6	0,6	0,6		
9 Dinâmica automática da dívida 1/	-3,8	-1,8	-1,0	1,1	10,4	1,8	1,1	1,0	1,2	1,4	1,5		
10 Contribuição da taxa de juro nominal	0,4	0,3	0,3	0,6	0,9	1,8	1,6	1,6	1,7	1,9	2,0		
11 Contribuição do crescimento do PIB real	-0,6	-0,9	-1,2	-1,2	-1,1	0,0	-0,4	-0,6	-0,5	-0,6	-0,5		
12 Contribuição das var. cambiais e de preços 2/	-3,6	-1,2	-0,1	1,6	10,6		
13 Residual, incl. variação em ativos externos brutos (2-3) 3/	20,9	21,7	23,7	3,1	-17,9	1,8	-11,8	-3,9	-4,0	-3,7	-3,5		
Rácio dívida externa/exportações (em %)	29,8	30,1	42,4	57,0	107,0	142,7	138,9	137,4	139,9	142,9	145,4		
Necessidade bruta de financ. externo (em mil milhões de USD) 4/	-11,5	-12,0	-6,2	6,8	12,9	8,7	11,7	10,1	9,4	9,7	9,9		
em percentagem do PIB	-11,2	-10,5	-5,0	5,6	14,1	10 anos	10 anos	9,2	9,6	8,0	7,1	7,0	6,8
Cenário com as principais variáveis às suas médias históricas 5/						43,1	26,4	11,5	-1,5	-13,4	-24,0		
Principais pressupostos macroeconómicos subjacentes ao cenário de base						Média histórica	Desvio padrão						
Crescimento do PIB real (em %)	3,9	5,2	6,8	4,8	3,0	8,7	7,6	0,0	1,3	1,5	1,4	1,5	1,4
Deflador do PIB em USD (variação percentual)	20,7	6,5	0,7	-6,5	-27,0	4,4	17,8	4,1	25,9	2,6	4,4	3,1	2,7
Taxa de juro nominal externa (em %)	2,4	1,9	1,9	2,5	2,4	3,8	2,2	4,5	4,7	4,3	4,8	5,1	5,4
Crescimento das exportações (em termos de USD, em %)	32,2	5,6	-3,2	-12,5	-43,4	8,2	31,2	-16,9	14,3	8,3	5,2	3,3	2,8
Crescimento das importações (em termos de USD, em %)	23,9	4,4	7,3	8,8	-29,1	13,0	29,9	-30,0	25,2	3,7	3,2	1,5	0,9
Saldo da conta corrente, excl. pagamentos de juros	13,1	12,4	7,1	-2,5	-10,4	7,4	12,2	-2,6	-4,5	-3,4	-2,7	-2,1	-1,6
Fluxos de capital líquidos não geradores de dívida	5,0	8,4	10,7	1,9	-9,0	2,4	5,7	3,5	-0,5	-0,6	-0,6	-0,6	-0,6

1/ Derivado como $[r - g - r(1+g) + ea(1+r)] / (1+g+r+gr)$ multiplicado pelo stock da dívida do período anterior, em que r = taxa de juro nominal efetiva sobre a dívida externa; r = variação no deflador do PIB interno em USD, g = taxa de crescimento do PIB real, e = valorização nominal (aumento do valor em dólar da moeda nacional), e a = parcela da dívida externa total expressa em moeda estrangeira.

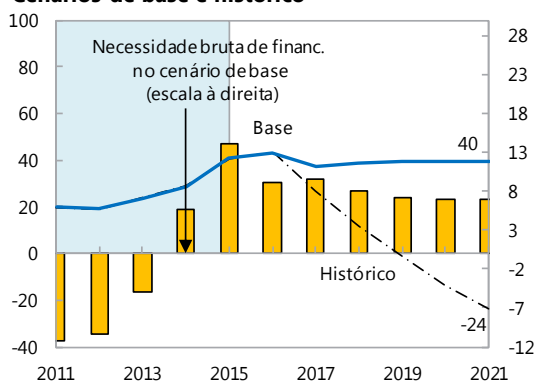
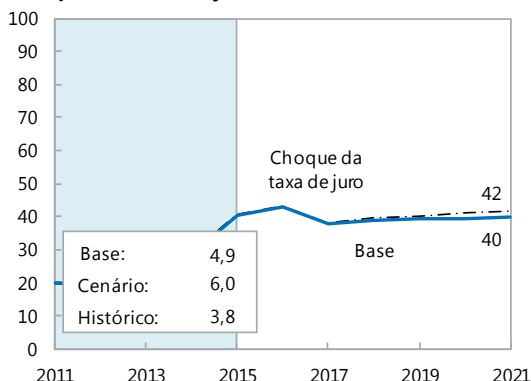
2/ A contribuição das var. cambiais e de preços é definida como $[-r(1+g) + ea(1+r)] / (1+g+r+gr)$ multiplicado pelo stock da dívida do período anterior. r aumenta com a valorização da MN ($e > 0$) e com o aumento da inflação (com base no deflador do PIB).

3/ Para a projeção, a rubrica incluiu o impacto das variações cambiais e de preços.

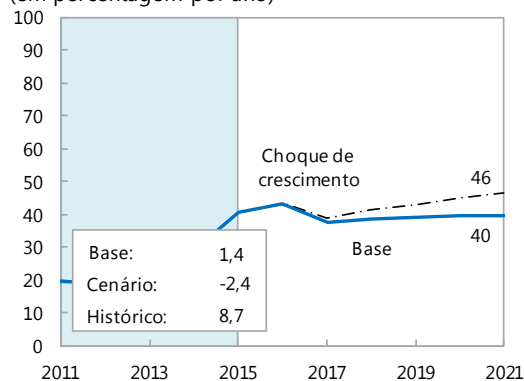
4/ Definido como défice da conta corrente, mais a amortização da dívida de médio e longo prazos, mais a dívida de curto prazo no final do período anterior.

5/ As principais variáveis incluem crescimento do PIB real; taxa de juro nominal; crescimento do deflador em dólar; e conta corrente excluindo juros e fluxos de entrada não geradores de dívida em percentagem do PIB.

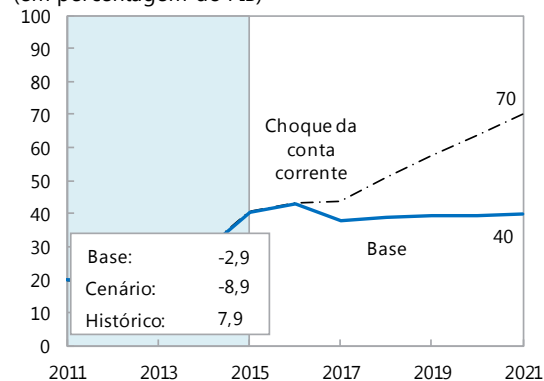
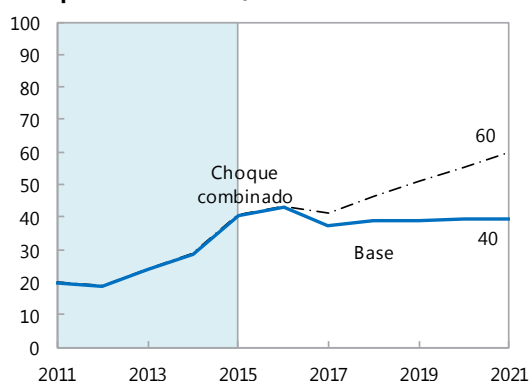
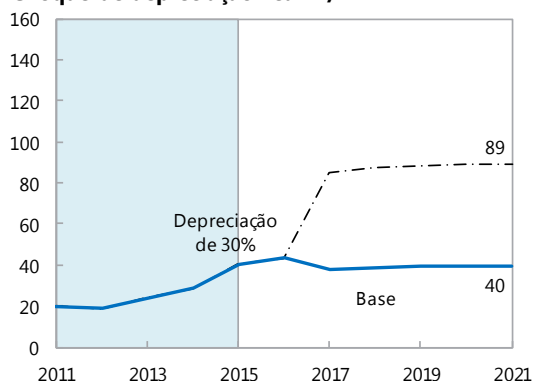
6/ Saldo constante a longo prazo que estabiliza o rácio da dívida, pressupondo que as principais variáveis (crescimento do PIB real, taxa de juro nominal, crescimento do deflador em dólar e fluxos de entrada não geradores de dívida em percentagem do PIB) se mantêm nos níveis do último ano da projeção.

Angola. Figura 6: Sustentabilidade da Dívida Externa, Testes-Limite^{1,2}**Cenários de base e histórico****Choque de taxa de juro (em %)****Choque de crescimento**

(em percentagem por ano)

**Choque da conta corrente excl. juros**

(em percentagem do PIB)

**Choque combinado 3/****Choque de depreciação real 4/**

Fontes: Fundo Monetário Internacional, dados da equipa responsável pelo país e estimativas do corpo técnico.

1/ As áreas sombreadas representam dados efetivos. Os choques individuais são choques permanentes de meio desvio padrão. As figuras nas caixas representam as projeções médias das respetivas variáveis no cenário de base e no cenário apresentado. Inclui-se também a média histórica de dez anos para a variável.

2/ Para os cenários históricos, as médias históricas são calculadas para um período de 10 anos e as informações são usadas para projetar a dinâmica da dívida para os próximos 5 anos.

3/ Choques permanentes de um quarto de desvio padrão aplicados à taxa de juro, à taxa de crescimento e ao saldo da conta corrente.

4/ A depreciação real e pontual de 30% ocorre em 2017.

**Declaração do Sr. Mkwezalamba, Administrador, e do Sr. Tivane, Assessor do
Administrador, sobre Angola
23 de janeiro de 2017**

1. Introdução

Angola realizou um progresso louvável na sua abordagem aos desafios de desenvolvimento pós-conflito, incluindo no que toca às deficiências em infraestrutura básica e ao desenvolvimento limitado do capital humano, necessário para impulsionar o crescimento no longo prazo. Nos últimos anos, a implementação de políticas macroeconómicas e reformas estruturais sólidas resultou num crescimento estável, melhorou os indicadores socioeconómicos e abriu caminho a melhorias contínuas nas instituições. Aproveitar os benefícios do setor petrolífero para atualizar a capacidade produtiva necessária à diversificação das fontes de crescimento económico é fundamental para reduzir os riscos das oscilações dos preços das matérias-primas. Mais recentemente, as autoridades realizaram ajustamentos significativos no conjunto de políticas macroeconómicas para enfrentar o impacto adverso do choque do preço do petróleo, juntamente com o crescimento lento nos mercados emergentes e a restritividade das condições financeiras. Doravante, estão empenhadas em avançar com a agenda de reformas para criar fundamentos macroeconómicos fortes, acelerar a diversificação económica e reforçar as instituições de políticas. Concordam, em termos gerais, com a avaliação do corpo técnico e as recomendações de políticas, agradecem o empenho e o aconselhamento contínuos do FMI em matéria de política, assim como as francas discussões de políticas durante a consulta ao abrigo do Artigo IV referente a 2016.

2. Desenvolvimentos Económicos Recentes

A economia angolana está a adaptar-se a um “novo normal” caracterizado pelo ciclo de preços das matérias-primas mais baixos desde meados de 2014. Tendo em conta a dependência do país em relação ao petróleo, o desempenho económico é intrinsecamente determinado pela evolução do preço do petróleo.

A atividade económica estagnou em 2016, depois de crescer 3,0% em 2015, principalmente devido ao abrandamento do setor petrolífero para 0,8% em 2016, face a 6,4% em 2015. Além disso, a escassez de moeda estrangeira para financiar as importações de bens intermédios e bens de capital necessárias à produção de bens não transacionáveis, um enfraquecimento na atividade do setor privado e a redução do investimento em infraestruturas públicas afetaram negativamente o crescimento.

A inflação atingiu 41,2% em dezembro de 2016, em termos homólogos, impulsionada em grande medida pelo efeito de transmissão da depreciação da moeda nacional durante o período de reequilíbrio do mercado cambial. As maiores pressões inflacionárias em 2016 foram também induzidas pelos efeitos desfasados da eliminação gradual dos subsídios ao combustível em 2015 e 2016. O kwanza depreciou aproximadamente 60% face ao USD durante o período de 2015–2016. Para conter as pressões inflacionárias e abordar

gradualmente os desequilíbrios no mercado cambial, o Banco Nacional de Angola (BNA) aumentou a sua taxa de juro diretora em 200 pontos base para 14% em junho de 2016, em comparação com janeiro de 2016. Da mesma forma, a taxa da facilidade permanente de cedência de liquidez foi aumentada de 14% para 20%, e a da facilidade permanente de depósito foi aumentada de 2,25% para 7,25%, ao longo do mesmo período. Estas medidas contribuíram para reduzir o excesso de liquidez e preservar as margens de acumulação de reservas.

A orientação de política orçamental para 2016 permaneceu restritiva, dada a urgência de acelerar o ritmo da consolidação orçamental iniciada em 2015. O orçamento suplementar para 2016 reduziu as despesas públicas e, simultaneamente, protegeu o espaço orçamental para programas sociais. Adicionalmente, foram implementadas medidas de redução do défice, em particular, a eliminação gradual dos subsídios aos combustíveis e a racionalização das despesas recorrentes, principalmente salários e bens e serviços. No sentido de proteger a economia da volatilidade do preço do petróleo e evitar o risco de sobre-endividamento, as autoridades concordaram em tomar medidas adicionais com vista a, no médio prazo, alcançar uma trajetória de consolidação orçamental primária não petrolífera, necessária à reconstrução das margens de manobra orçamentais.

Projeta-se que o défice da balança corrente externa diminua para 4% do PIB em 2016, face aos 10% do PIB em 2015, por conta de uma atividade económica mais fraca, ao passo que as reservas internacionais brutas devem permanecer em níveis confortáveis em 2016, em USD 22,7 mil milhões (aproximadamente 8 meses de importações estimadas), face a USD 24,4 mil milhões em 2015 (11 meses de importações estimadas).

3. Perspetivas Económicas a Médio Prazo e Prioridades de Políticas

As perspetivas económicas a médio prazo para Angola continuam favoráveis, apesar do equilíbrio de riscos se orientar num sentido descendente. Os principais riscos incluem a persistência do baixo preço do petróleo, o crescimento mais lento em mercados emergentes e a restritividade das condições financeiras. Estes riscos serão mitigados através da rápida implementação do programa de ação recentemente lançado (Programas Dirigidos) orientado para setores com um elevado potencial de substituição das importações e promoção das exportações, especificamente a agricultura, processamento de alimentos, pescas e indústria ligeira.

Projeta-se que o crescimento económico retome para 2,1% em 2017, impulsionado pela recuperação do setor petrolífero e pela retoma esperada do setor não petrolífero, com taxas de crescimento estimadas em 1,8% e 2,3%, respetivamente. O desempenho do setor não petrolífero será impulsionado pelo crescimento acelerado em setores como a agricultura (7,3%), indústria transformadora (4,0%), construção (2,3%) e eletricidade (40,2%), que representam uma percentagem considerável do PIB. As projeções de crescimento das autoridades para 2017 são ligeiramente superiores às do corpo técnico por conta de diferentes pressupostos relativos à disponibilidade de financiamento para investimentos em infraestruturas públicas para aumentar a capacidade de geração de eletricidade, em particular:

- i) construção das fases 1 e 2 da central hidroelétrica de Cambambe, com capacidade para

gerar 960 megawatts; e ii) construção da central hidroelétrica de Lauca, com uma capacidade planeada de 1.320 megawatts.

À semelhança da maioria dos países ricos em recursos, os principais desafios de Angola nos próximos anos são acelerar o ritmo da transformação e diversificação económica, melhorar o desenvolvimento do capital humano e reforçar as instituições. Para isso, as autoridades aprovaram em janeiro de 2016, um Programa de Ação para a Diversificação Económica para enfrentar o choque do preço do petróleo e estimular a implementação do Plano Nacional de Desenvolvimento (2013–17), que visa desbloquear o potencial de crescimento do país e impulsionar um crescimento de base mais abrangente.

Política Orçamental

A estratégia orçamental de médio prazo das autoridades procura fomentar a consolidação orçamental e acelerar a implementação de reformas estruturais para melhorar a mobilização de receitas internas e reforçar a gestão das finanças públicas. O projeto de orçamento para 2017, aprovado pela Assembleia Nacional em 16 de dezembro de 2016, prevê um défice orçamental global de 6,7% do PIB e é consistente com o objetivo de médio prazo de promover o crescimento, preservando a sustentabilidade da dívida. Mais especificamente, no curto a médio prazo, as autoridades darão seguimento à implementação das reformas orçamentais com vista a diversificar as fontes de receitas não petrolíferas através de medidas destinadas a alargar a base tributária, melhorar as inspeções fiscais e a aplicar melhor a tributação sobre bens imóveis. Além disso, acelerarão os passos preparatórios em curso para criar uma capacidade institucional adequada e implementar uma infraestrutura apropriada de IT para a introdução do IVA. De igual modo, em termos prospetivos, será dada prioridade à atualização da capacidade institucional para o planeamento e implementação do investimento, melhorando em simultâneo o quadro fiscal de médio prazo (QFMP). Adicionalmente, as autoridades melhorarão a capacidade institucional de supervisão dos riscos orçamentais de empresas públicas (EP) e acelerarão o programa da sua reestruturação e privatização, que inclui o encerramento de 48 e a privatização de 53 EP.

Política Monetária e Cambial

As prioridades de políticas do BNA continuam orientadas no sentido de alcançar a estabilidade de preços e de reequilibrar o mercado cambial. As autoridades têm consciência de que restringir ainda mais a orientação da política monetária permitindo, em simultâneo, uma maior flexibilidade da taxa de câmbio é fundamental para salvaguardar a estabilidade macroeconómica. Todavia, tendo em conta as rigidezes estruturais da economia e a sua forte dependência das importações, é desejável uma abordagem gradual para alcançar a flexibilidade cambial de modo a impedir o aumento das pressões inflacionárias. O BNA continuará a aperfeiçoar o seu quadro de política monetária para reforçar a credibilidade, a acelerar a implementação de medidas que visam melhorar a capacidade de previsão e gestão de liquidez, e a atualizar os regulamentos macroprudenciais. À medida que a economia melhorar, as autoridades estão empenhadas em tomar medidas decisivas para remover as restrições às transações cambiais. Além disso, serão tomadas medidas adicionais para melhorar a eficácia da política monetária, em particular estreitando o corredor da taxa de juro

diretora para 500 p.b. para indicar melhor as decisões de política monetária e adotando uma meta para a base monetária para cumprir o objetivo de inflação.

Políticas do Setor Financeiro

Criar um sistema financeiro sólido e fomentar um aprofundamento financeiro e inclusão são essenciais para apoiar os esforços em curso de impulsionar o crescimento inclusivo e promover a diversificação económica. Para evitar os riscos sistémicos decorrentes da deterioração da qualidade dos ativos e da ausência de conformidade com os requisitos mínimos de capital por parte de bancos de importância sistémica, o BNA continuará a melhorar os quadros regulamentar e de supervisão e a reforçar a sua ferramenta de gestão de crises. A este respeito, as autoridades envidaram esforços significativos para abordar as recomendações da Avaliação da Estabilidade do Sistema Financeiro (FSSA) de 2012. Mais especificamente: i) concluíram a reestruturação das funções de supervisão do BNA com departamentos específicos de supervisão bancária, regulação, supervisão cambial e proteção do consumidor; ii) criaram um Comité de Estabilidade Financeira no BNA; iii) estabeleceram uma unidade de supervisão de risco; e iv) estão em fase de alinhamento das práticas contabilísticas e de reporte do sistema bancário com as Normas Internacionais de Relato Financeiro (NIRF).

À luz dos riscos decorrentes da perda de relações de correspondência bancária (RCB) em USD, o BNA tomou medidas rápidas para mitigar estes riscos e encontrar soluções de longo prazo. Mais especificamente, ao longo dos últimos meses, o BNA intensificou os seus esforços de compilação e de análise de dados para assegurar a conformidade com a provisão de dados sobre RCB por parte do setor bancário, e tem estado ativamente envolvido num diálogo de alto nível com bancos correspondentes globais para melhor compreender as expectativas e o ambiente regulamentar associados às RCB. A este respeito, estão atualmente em curso medidas para melhorar os quadros de supervisão, regulamentar e prudencial e para implementar mecanismos em linha com as melhores práticas internacionais. Além disso, o BNA tem estado envolvido num diálogo de política aberto com instituições privadas sobre as medidas necessárias para abordar a suspensão das RCB e melhorar o quadro de CBC/FT do país, bem como para conseguir uma maior conscientização.

Políticas Estruturais

Abordar os constrangimentos estruturais de longa data à competitividade económica e acelerar a diversificação e a transformação económicas continuam a constituir desafios fundamentais em termos de política que Angola tem de enfrentar no médio e longo prazo. As prioridades de políticas numa perspetiva estrutural estarão centradas no aumento do espaço orçamental para despesas que estimulem o crescimento, melhorando o desenvolvimento do capital humano. Neste sentido, as autoridades acelerarão os esforços para fortalecer rapidamente o setor não petrolífero através da aplicação renovada de medidas estruturais para aliviar os constrangimentos restritivos ao crescimento de base mais abrangente. Irão igualmente melhorar o ambiente de negócios, incluindo a aceleração da implementação da nova Lei das Empresas, da nova Lei do Trabalho, e aprovaram decretos

para facilitar as empresas em fase de arranque, eliminar a burocracia e desbloquear oportunidades para as pequenas e médias empresas (PME).

4. Conclusão

As autoridades angolanas realizaram esforços notáveis para avançar com a sua agenda de reformas que visa enfrentar as vulnerabilidades de curto prazo decorrentes do choque dos preços do petróleo e para melhorar a resistência e a competitividade económicas. Os esforços de ajustamento de política para preservar a estabilidade macroeconómica e promover o crescimento económico prosseguirão, em particular, através de um maior espaço orçamental para investimentos públicos favoráveis ao crescimento, necessários para reduzir a dependência do país do setor do petróleo. Para isso, o empenho e o aconselhamento contínuos do FMI em matéria de política continuam a ser essenciais para apoiar a agenda futura de desenvolvimento das autoridades.